

CADERNOS DO

terceiro mundo

LOUZEIRO:

Como se faz
uma novela

A GUERRA

SAARA

AMÉRICA CENTRAL

AFEGANISTÃO

CISJORDÂNIA

ÁFRICA AUSTRAL



GOLFO

PELA PAZ

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30
chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30
Chegada / Luanda: 04:30
(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

AOS LEITORES

A era Reagan, que chega ao fim, caracterizou-se por tensões internacionais, pela primazia da força sobre a razão, o desprezo pela diplomacia e um certo zelo por operações ilegais, como o escândalo Irã-contras. Mas, no fim do seu governo Reagan teve de curvar-se às evidências da realidade, que nem sempre coincidiram com suas interpretações macartistas. Uma das mudanças mais significativas deu-se nas relações dos Estados Unidos com a União Soviética, que hoje vivem um dos momentos menos conflituos do pós-guerra. Mais pelas repercussões favoráveis, a nível mundial, da *perestroika* impulsionada por Gorbachev — diga-se em honra da verdade — que por algum empenho especial de Reagan. O fato é que as sucessivas reuniões entre os dois dirigentes das superpotências foram limando as asperezas, no rumo da convivência pacífica e do consequente desarmamento. O clima de distensão tomou conta das relações internacionais e — se ainda estamos longe do sonho de um mundo sem guerras — já se pode hoje acreditar que a negociação diplomática é o caminho a ser percorrido para a superação dos problemas entre as nações. Este é o tema da nossa matéria de capa, a qual, pelas características do assunto, intitulamos por isso mesmo de **A guerra pela paz**.

SUMÁRIO

- 3 **CARTAS** _____
- 4 **PANORAMA TRICONTINENTAL** _____
- MATÉRIA DE CAPA** _____
- 10 **Diplomacia:** A guerra pela paz
- ESPECIAL** _____
- 17 **Estados Unidos:** Política de duas caras
- AMÉRICA LATINA** _____
- 22 **Venezuela:** Eleição sem novidades
- 25 **Argentina:** Primavera quente
- 28 **El Salvador:** A estrutura do novo poder
- ÁSIA** _____
- 32 **Índia-Paquistão:** O equilíbrio do terror
- 34 O clube nuclear
- 39 **Birmânia:** As ruas clamam por mudanças
- ORIENTE MÉDIO** _____
- 41 **Palestina:** Unidade sem fronteiras de classe
- CULTURA** _____
- 45 **Semana da Venezuela:** Literatura e política
- 46 **Angola-Brasil:** As relações históricas
- SUPLEMENTO BRASIL** _____
- 48 **Economia:** Norte-Sul, o trem vai correr
- 52 **Política:** Constituição, novos caminhos
- 54 **Panorama Nacional**
- 56 **História:** Memórias da luta pelo desenvolvimento
- 60 **Comunicação:** Novela, para confundir ou mudar a ética das elites?
- 65 **Cultura:** Grupo Buscón Cuba mostrou obra de Benedetti
- 66 Sociologia do futebol
- 72 **Opinião:** Quando as forças progressistas se unem



Paz: otimismo em várias frentes



Birmânia: revolta contra crise



Norte-Sul: riscando o cerrado

INTERCÂMBIO

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês.

Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122/105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

• **Roberto Tost**

R: Isidoro de Maria 1615
(Alpargatas-Sección Portaria)
Montevideo -Uruguay

• **Mania Regina F. Pereira**

Rua André da Cunha Fonseca, 129
CEP 03258 - Vila Industrial
São Paulo - Brasil

• **Gildo Andrade Simões**

Rua C 211 - Jardim Santo Antônio
CEP 49000 - Atalaia
Aracaju - SE

• **Nilson Violato**

Rua Cel. Elísio Pereira 861 (Fundos)
CEP 83200 - Paranaguá
Paraná - Brasil

• **Rodrigues Gambo Aragão**

T. Gaky, 153 r/ 21 "A."
Az - CCP - CCCP - URSS

• **Gaston Eduardo Echevarria Laco**

Felipe Cardozo, 2623-H - Barrio
Nuevo Amanecer - Montevideo
Uruguay

• **Sebastião Vera Cruz**

Av. Ipiranga, 84 - Apto. 1802
CEP 01039 - Centro
São Paulo - Brasil

• **Miguel Lopez**

Riachuelo, 179
Montevideo - Uruguay

• **Ana Maria Kara José Freire**

Rua João Manoel de Andrade, 171
(Bairro José Sampaio)
CEP 14100 - Ribeirão Preto
Sao Paulo - SP

• **Manela Guerrero Marín**

Av. San Felipe a Ríos,
Resid. "Dannit", piso 3, Apto. 31
La Candelaria - Caracas - Venezuela

• **José Salvador R. de A. Neto**

S.H.C.E. 1505 Bloco - H
Apartamento 104
CEP 70650

Brasília DF - Brasil

• **Sheila de Oliveira Bezerra**

Rua César no, 277 B. Realengo
CEP 21750 - Piraquara
Rio de Janeiro

RJ - Brasil

• **Cesar Pemas**

Fragoso de Rivera, 1202
Barrio Rivera - Maldonado
Uruguay

• **Mônica Cardoso**

Rua Almirante Pestana no. 701
bloco 3 - ap. 101
CEP 21921 - Ilha do Governador
Rio de Janeiro - Brasil

• **Arlindo Bernardo**

Rua Serpa Pinto, 13
Caixa Postal 1049
A/C de Cesar Bernardo
Benguela - Angola

• **Bárbara M. C. Almeida**

Casilla 5359
Santa Cruz de la Sierra
Bolívia

• **Márcio Antônio Araújo**

Caixa Postal 032
CEP 30161 Belo Horizonte - MG

• **Amada da Silva Thomás**

Part. dos Correios 1684
A cidade Amandio T.
Benguela - Angola

• **Constantino Moisés José**

C.P. N° 16801
A/C Amandio Thomas
Benguela - Angola

• **Joaquim Monteiro**

a/c Tony Fernando
Caixa Postal 452
Benguela - Angola

• **José Geraldo Soares**

Av. Rio Branco, 2993/302
CEP 36025 - Juiz de Fora
MG - Brasil

• **Federico Leguani Risso**

33.459 - Canelones
Uruguay

• **Ludovico Marcos**

Rua 31 de janeiro,
Caixa Postal 73
Benguela - Angola

• **Manuel Domingos**

A/C de Mingo Pírex
C.P. 997 - Benguela - Angola

• **Sara Deolinda de Jesus**

C.P. 1361
Luanda - Angola

• **Carla Marques**

C.P. 1361
Luanda - Angola

• **Guzmán Trujillo**

E. Erria 70, P. 4460 - B.C-3 - Apt° 001
Veracierto e Iguá
Montevideo - Uruguay

• **Enrique Dario Díaz Castro**

Calle 5 N° 6323, Parque Tomkinson
Paso de la Arena
Montevideo - Uruguay

Cadernos do TERCEIRO MUNDO

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Procópio

Mineiro

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro,

Henry Pease García, Eduardo Galeano, Juan

Somavía

Redação Permanente: Claudia Neiva, Nereida Daudt,

(Brasil), Roberto Bordini (México), Baptista da Silva,

Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura

(Uruguai).

Correspondentes: Haracio Verbitsky (Argentina),

Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra

Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael

Roncagliolo/César Arias Quincol (Peru), Guillermo

Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales

(Nicarágua), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito

(Moçambique), Claude Alvares (Índia)

Colaboradores: Adrián Soto (Finlândia), Alberto

Mariantoni (Suíça), Artur Pöerner (Brasil), Ash Narain

Roy (Índia), A. W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco

(Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos

Castilho (Brasil), Carlos Núñez (Uruguai), Cedric

Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard

Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selsler (México),

Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai),

Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbert de Souza

(Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor

(Brasil), M. Venugopal Rao (Índia), Marcela Otero

(Chile), Mario de Cautín (México), Mia Couto

(Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker

(Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger

Rumrill (Peru), Theotonio dos Santos (Brasil), Medea

Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio

(Líbano) e Adam Keller (Israel).

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), Miguel

Ele, Reginaldo Caxias. **Colaboradores:** Adérito

Gusmão e Dayse Vitoria. **Centro de Documentação:**

Maria Helena F. Icaão (diretora), Elizabeth Mesquita,

Sônia Lana Drum. **Administração do Banco de**

Dados: Raimundo José Macário Costa. **Digitador:**

Antonio Carlos S. Aguirre. **Composição:** Luzia A.

Neiva e Valéria Soares Santos. **Revisão:** Cléa Márcia

Soares.

SEDE CENTRAL NO BRASIL:

Diretor Administrativo: Henrique Menezes,

Departamento de Produção Industrial: Paulo Gomes,

Deptº de Assinaturas e Circulação: Rafael Peres

Borge Filho

Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 /

105-106 CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil -

Tels. 222-1370/242-1957/ Assinaturas:

252-7440 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

EDIÇÕES REGIONAIS:

• **Edição em Português:**

Diretor: Neiva Moreira/**Editor:** Procópio Mineiro.

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo),

Clóvis Sema e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos

Gondim (Amazonia)

Sede de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro,

10 / 1º andar - Lisboa, 1.200

Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• **Edição em Espanhol**

Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul

Diretores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio

Assinaturas: A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461/ Tel.: 49-61-92

Montevideo, Uruguai - **Distribuição no**

Uruguai: Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná

750 esq. Ciudadela

Impressão: Impressora Poço Ltda. Garibaldi 2579

Tel.: 802420 - Montevideo

Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones

Colihue - Buenos Aires - Argentina

• **Edição em Inglês:**

Editor: Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto

Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 -

CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das

seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM

(Moçambique), INA (Iraque), IPS (InterPress Service),

A esquerda mobilizada

Depois de ler uma carta intitulada "A esquerda mobilizada" em **terceiro mundo**, senti a necessidade de enunciar outras reflexões do discurso pronunciado pelo general Liber Seregni (presidente da coalizão das esquerdas na Frente Ampla) em 19 de abril, na principal avenida de Montevidéu.

O autor da carta transcreve ao final, um trecho do discurso de Seregni: "Levou muitos anos às forças progressistas a construção da Frente Ampla, antes da sua efetivação em 1971. E a fizeram através de múltiplos acertos e erros... Não vamos pensar que modificá-la para aperfeiçoá-la, será mais simples do que construí-la".

Fica evidente que se verdadeiramente desejamos "aperfeiçoá-la", devemos elaborar um projeto comum, real e consensual, que se adapte às legítimas necessidades do país.

Como integrante desta coalizão, considero que chegou o momento de se refletir séria e sinceramente sobre a mudança necessária na esquerda nacional, para se adequar ao Uruguai de hoje, nos agrade ou não sua presença.

Não podemos polarizar o espectro político uruguiaio, ao dizer que alguns são democratas e outros não, uns amigos e outros inimigos, uns conservadores e outros progressistas.

A esquerda no mundo está perdendo essa concepção de mitos, dogmas e de distinções tão radicais, como são as que possui uma parte da esquerda uruguiaia para com outros grupos políticos. Para que verdadeiramente a Frente Ampla seja opção de governo devemos entre todos os "frenteampelistas" reformular e enterrar velhas concepções e mitos do século passado, postulando como novos o respeito mútuo, a democracia interna e a justiça social.

Para concluir, vou citar outra frase que merece ser pensada:

"Quando a realidade discrepa da teoria, a que se equivoca é a teoria".

Diego Pelufo
Montevidéu, Uruguai

O portunhol

Felicitações pelo tema da capa de julho, "O portunhol", que está muito bem realizado, e também pelo nível de **terceiro mundo**, simplesmente genial.

Interessam-me muito os temas



ANGOLA - ÁFRICA DO SUL
A PAZ POSSÍVEL



que tratam da África Austral, a situação em Angola, Namíbia, a luta contra o apartheid.

Enrique Darío Díaz Castro
Paso de la Arena
Montevidéu
Uruguai

Documentação Popular

Acaba de ser fundado em Uberlândia (MG) o Centro de Documentação Popular, que arquivará jornais, panfletos, cartilhas, livros, e cartazes, entre outras publicações editadas por entidades populares e de trabalhadores.

O centro não tem fins lucrativos e necessita da cooperação das pessoas e entidades interessadas nesse trabalho.

Endereço: Av. Belarmino Cotta

Pacheco, 80 C02- Bairro Santa Mônica - CEP 39.400 - Uberlândia-MG.

Ronan Hungria e
Puçacó Nomura

Canção pela Paz

A Prefeitura da Estância de Atibaia organizou em 1987 o "1º Festival Internacional da Canção pela Paz", com pleno êxito, mercê do apoio recebido, notadamente pela iniciativa privada, empresas estatais, consulados e embaixadas de diversos países.

Para 07, 08 e 09 de outubro próximo, estava previsto o "2º Festival da Canção pela Paz", mas por força das vicissitudes econômico-financeiras que atravessa o país, atingindo duramente as administrações municipais, fomos obrigados a decidir pelo seu cancelamento, decisão essa lamentável, posto entendermos ser a luta pela paz, decisiva à existência humana.

Atenciosamente
Dilára Rúbia Pereira,
Coordenadora da U.P.A.
Gilberto Santanna,
Prefeito Municipal

Suplemento Brasil

Sou leitor da revista **cadernos do terceiro mundo** há muito tempo, e gostaria de que o suplemento dedicado aos fatos do Brasil fosse suprimido, pois os fatos abordados por ele, nós já tomamos conhecimento através de outros meios de comunicação.

Espero que minha idéia seja analisada pelos redatores deste excelente caderno.

Manoel Orzabal do
Nascimento
Natal-RN

O Suplemento Brasil nasceu da necessidade, manifestada por muitos leitores e sentida pela direção da revista, de que temas brasileiros tivessem a abordagem terceiro-mundista, a qual

não se encontra em outras publicações. A Redação



Ferrovia X Rodovia

Quero felicitar o jornalista Neiva Moreira pela reportagem "Caminhos do Brasil" (edição nº 111), onde o setor ferroviário é focalizado sem aquelas distorções tendenciosas (quando não inteiramente mentirosas) características da maior parte da imprensa brasileira, com raríssimas exceções.

O problema focalizado na "São Luiz-Teresina" se assemelha, em certas partes, com o da antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro, aqui em São Paulo, outrora orgulho das ferrovias brasileiras, depois inteiramente dilapidadas pelos desgovernos que tivemos a infelicidade de possuir, inclusive e principalmente, no período "revolucionário". Tudo, é claro, devido ao famigerado "lobby" do setor rodoviário, como apresentou a referida reportagem, os quais mancomunados com os tecnocratas, acabaram por levar o país à falência.

Enfim, a revista foi uma surpresa para mim, e agora inclusive vou me tornar assinante desta interessante e imparcial publicação.

Moacyr Aparecido Costa
Rio Claro-São Paulo

ÁFRICA:

Papa condena o apartheid



Movimentado giro, de 10 a 20 de setembro, levou João Paulo II ao Zimbábue, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Moçambique, quando se preocupou em acentuar a condenação da igreja ao regime racista sul-africano. Na foto superior, o papa com Robert Mugabe, presidente do Zimbábue. Poucos dias antes da visita papal, o presidente moçambicano Joaquim Chissano recebeu o presidente sul-africano Pieter Botha (foto inferior), para debater a revalidação do Acordo de Nkomati, que Pretória nunca observou, ao manter as agressões contra Moçambique e sustentar a guerrilha de direita.

ARGENTINA:

Expulso cônsul sul-africano

O chanceler argentino Dante Caputo ordenou a expulsão do cônsul em Buenos Aires, Dirk de Wett, e de mais três cidadãos sul-africanos, por ações indevidas no país, relacionadas com o *apartheid*. Gerrit Olivier, Ismail Richards e Bennet Ndhlazi tiveram que deixar a Argentina, juntamente com o cônsul Dirk de Wett, quando o ministro das Relações Exteriores da Nigéria, Ike Muachukhu, se encontrava prestes a viajar para Buenos Aires.

A visita do chanceler da Nigéria se soma às realizadas nos últimos dois meses pelos seus colegas de Cabo Verde, Uganda, Tanzânia, Benin e pelo secretário geral da Organização da Unidade Africana-OUA, Ide Oumarou. Essa aproximação com os países da África se inscreve na política externa de não-alinhamento, impulsionada pelo governo Alfonsín.

Ao contrário da atitude adotada pela ditadura mili-

tar, que manteve sólidos laços com o regime racista do *apartheid*, o governo democrático de Alfonsín rompeu relações com a África do Sul, em 22 de maio de 1986, e limitou os contatos entre ambos a uma representação consular, encarregada de assuntos comerciais.

Os três sul-africanos solicitaram vistos de turista no consulado argentino de Joanesburgo, para dois dias de permanência em Buenos Aires, para "uma visita de orientação e reunião com o cônsul sul-africano". Os três são importantes representantes da vida política e universitária de seu país. De acordo com a chancelaria argentina, eles "tergiversaram flagrantemente, quanto ao objetivo dos vistos", ao participarem como únicos oradores num seminário organizado pelo consulado em Buenos Aires, para melhorar a imagem de Pretória perante os empresários argentinos.

MÉXICO:

Tensão no Colégio Eleitoral

Depois que os partidos de oposição formularam graves acusações contra o Partido Revolucionário Institucional-PRI de ter fraudado o resultado das eleições presidenciais de julho, a Comissão Federal Eleitoral publicou os resultados oficiais preliminares, que dão como ganhador o candidato governista Carlos Salinas de Gortari, com 50,3% dos votos. Cuauhtémoc Cárdenas, can-

didato da Frente Democrática Nacional (FDN), obteve 31,1% dos votos, segundo dados oficiais. Foi uma eleição sem precedentes no México, onde há 60 anos o PRI elege seus candidatos sem oposição. (Ver **terceiro mundo** nº 112, "México: Vitória eleitoral, derrota política").

Dois meses depois de realizadas as eleições, Cárdenas reitera que ele e sua

coalizão foram os ganhadores, enquanto o candidato da direita, Manuel Clouthier, sustenta similar posição e exige novas eleições.

A resposta oficial, formulada em documento do PRI, acusa a oposição de tentar quebrar a ordem e a legalidade. "Ninguém pode se equivocar - diz o documento - quando as atas de cada mesa e a contagem

em cada seção foram feitas na presença dos representantes de todos os partidos.

Nesse clima de acusações recíprocas, reuniu-se o novo congresso nacional que atuará também como colégio eleitoral, para oficializar o resultado definitivo das eleições. Pela primeira vez na história do México, a oposição ganhou 240 vagas contra 260 do PRI.

CHILE:

Pena de morte suspensa

O voto de um juiz civil impediu que uma corte marcial confirmasse o pedido de pena de morte que pesava sobre três membros da Frente Patriótica Manuel Rodríguez-FPMR. Eles são Hugo Marchand Moya, Carlos Araneda Miranda e Jorge Palma Donoso, acusados da morte do ex-prefeito de Santiago, general Carol Urzúa, em agosto de 1983. (Ver **terceiro mundo** n.º 112: "Condenados à morte").

O tribunal mudou a condenação em prisão perpétua - a pena imediatamente inferior - por não se ter conseguido unanimidade no voto dos integrantes do tribunal militar. A resolução original confirmava, por quatro votos contra um, a sentença ditada pelo juiz militar de Santiago, Samuel Rojas. Os votos a favor foram de Luis Correa e Joaquim Erlbaum, pelo exército; Adolfo Celedón pela força aérea e Ximena Márquez pelos carabineiros (a polícia militar). A divulgação da suspensão da pena foi feita pelo magistrado civil Enrique Paillas, presidente do tribunal, que votou pela diminuição do castigo. A Corte

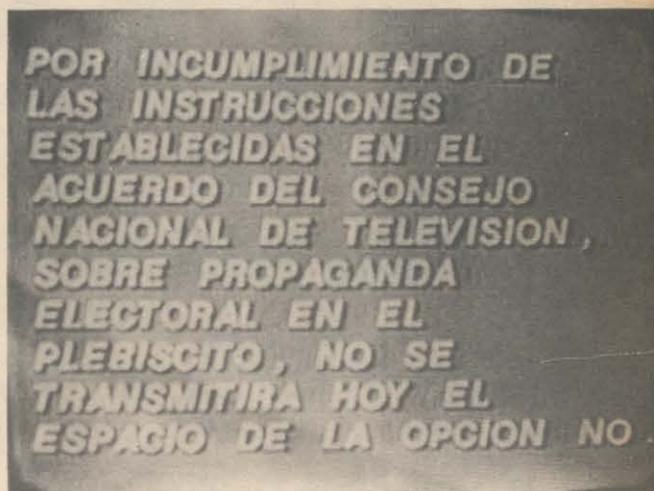
só teria conseguido ratificar a pena de morte com o voto unânime de seus membros.

Diversas organizações de juristas, humanitárias e profissionais realizaram intensa campanha para impedir a aplicação da pena de morte contra os acusados, que se encontram presos, em Santiago. Suzana Capriles e Marta Silva González, acusadas de haverem ajudado na preparação da emboscada que custou a vida ao general Urzúa, foram condenadas a quatro anos de reclusão, mas, como já passaram esse tempo encarceradas, poderão recuperar a liberdade.

Outros onze opositores do governo do general Pinochet, processados perante tribunais militares pela "lei antiterrorista", enfrentam também a possibilidade de serem condenados à morte, depois de terem sido responsabilizados por ações, nas quais morreram membros do exército ou agentes de segurança. Os advogados dos presos sustentam que os processos têm diversas falhas e que as confissões dos acusados foram obtidas "por meios ilegais".

CHILE:

Plebiscito sob tensão



Dificuldades políticas, sociais e econômicas levaram a ditadura militar chilena a recorrer a um plebiscito, marcado para 5 de outubro, na tentativa de dar respaldo ao regime de força que já dura 15 anos. O general Pinochet é o nome único para ficar mais nove anos do poder, se os chilenos disserem "sim". Mas, a maioria - segundo as ruas e as pesquisas - estão dizendo "não". Na foto superior, o comunicado do regime militar nas telas de televisão, no dia 12 de setembro, quando o programa da oposição foi censurado, por lembrar torturas e assassinatos promovidos pelo regime de Pinochet. Dois dias antes, as oposições tinham realizado manifestação, que reuniu mais de 50 mil pessoas no centro de Santiago, no primeiro ato permitido pelo governo, desde 1973 (foto inferior). O Comando pelo Não vem denunciando que o regime recorrerá à fraude para garantir um resultado positivo, enquanto atos de intimidação das lideranças opositoras se sucedem em diversas cidades do país.



CUBA:

Londres não explica

O embaixador de Cuba, Fernández Mell, foi expulso da Grã-Bretanha em 13 de setembro, após incidente em que se envolveu seu terceiro-secretário, também expulso. O governo britânico calou ante as denúncias da imprensa londrina, de que, na verdade, o diplomata cubano reagira a tiros a uma tentativa de sequestro por parte do MI-5 e da CIA.

PANAMÁ:

Exigências de Washington

As pressões norte-americanas sobre o Panamá não são novas nem originais. No começo do século, os Estados Unidos já se empenhavam em transformar aquele país numa colônia disfarçada. Com a construção do canal, o interesse estratégico juntou-se ao econômico. Os norte-americanos não renunciam ao controle do canal e, conseqüentemente, do país.

A última investida, que visava a varrer a herança política do torrijismo, centrou-se na guerra contra o atual governo, do Partido Revolucionário Democrático, e contra a Guarda Nacional, de conhecidas posições nacionalistas e cujo comandante é o general Manuel Noriega.

O Panamá está resistindo e a guerra da Casa Branca está alertando o país para o

desafio histórico de consolidar a independência e fazer valer os seus direitos soberanos.

Ao mesmo tempo que o país avança nessa direção, começam a tornar-se públicas algumas exigências descabidas que alimentavam a última crise. Os norte-americanos querem construir, na área do canal, mais duas bases: na ilha de Coiba, no Pacífico, e a outra junto ao Forte Sherman, para que sua esquadra ganhe nova mobilidade nos dois oceanos.

Mas, não é só isso. A firma Bechtel, à qual está ligado o secretário George Shultz, foi qualificada em primeiro lugar na concorrência para os estudos de um canal alternativo. Mesmo que o governo se decida amanhã por outra empresa, o governo norte-americano

terá pleno acesso, através da empresa de Shultz, à informação confidencial que o projeto venha a gerar.

Como se vê, essa história de combate ao narcotráfico, de que se acusa Noriega, é apenas pretexto. O fundo do problema é o domínio do Panamá que, desde o governo do general Omar Torrijos, escapou, pelo menos no essencial, ao controle dos Estados Unidos.

GUATEMALA:

Pressões militares

A organização guatemalteca Unidade de Ação Sindical e Popular (Uasp), que agrupa 14 confederações e sindicatos de camponeses e estudantes, convocou uma série de greves escalonadas durante o mês de agosto, culminando numa greve geral de protesto contra a política econômica do governo. As greves, que se realizaram todas as quinta-feiras, começaram com paralisações de uma hora por dia e se consolidaram com a adesão dos trabalhadores do Ministério da Fazenda e do sistema bancário privado e com a realização de manifestações de massa em muitos municípios do interior do país. A organização sindical reclama o cumprimento de um programa de reformas assinado pelo presidente Vinicio Cerezo e os líderes sindicais, em março.

O governo, por seu lado, anunciou mudanças no gabinete, com a saída do ministro da Economia e reformas na política econômica — como a baixa de 10 centavos de quetzal nos preços dos combustíveis — que, no en-

tanto, não satisfizeram os trabalhadores. Divulgou-se também a criação de centros de abastecimento, onde a população poderá adquirir alimentos a preços mais baixos.

Em meio à tensão social reinante, fontes do governo informaram que o presidente Vinicio Cerezo foi pressionado por militares e civis de ultradireita, para que renunciasse. Mas, porta-vozes do Partido Demócrata Cristão afirmaram que o presidente ratificou sua decisão de continuar à frente do governo. Os militares exigiam uma ampla reestruturação do gabinete e uma mudança da política externa, que incluía o repúdio aos compromissos assumidos no acordo de Esquipulas II.

HAITI:

Ataque à igreja

As crias da era Duvalier parecem estar se devorando entre si: três meses depois de assessorar o general Henri Namphy no golpe contra Leslie Manigat — primeiro presidente eleito em 30 anos e que tomara posse em fevereiro — o também general da era Duvalier, Prosper Avril, tomou o poder no dia 17 de setembro, prometendo reencaminhar a transição.

Em meios diplomáticos, especulou-se que o golpe do general Avril foi estimulado e recebido com simpatia pelos Estados Unidos, inquietos com os rumos que estava tomando a ditadura de Namphy, a cada dia mais violenta e que despertava uma oposição progressista.

No domingo anterior ao golpe, por exemplo, quase

PALESTINA

Arafat chama Israel à negociação



A convite dos socialistas do Parlamento Europeu, Yasser Arafat compareceu a Estrasburgo, França, em 13/09, quando expôs os planos de instalação de um Estado Palestino na Cisjordânia e Gaza. Arafat (na foto com o chanceler francês Roland Dumas) se disse pronto a negociar a paz diretamente com Israel que seria reconhecido oficialmente pela OLP.

BANGLADESH

O suplício das grandes enchentes



Inundações de grandes proporções afetam Bangladesh há semanas e já causaram centenas de mortes, além de deixarem ao desabrigo cerca de 30 milhões de pessoas. Às águas, somam-se as doenças e a fome no suplício à população, cuja sobrevivência tem sido precariamente garantida por socorros que, porém, chegam de forma desorganizada aos flagelados, devido às dificuldades de transporte, pois a maioria dos aeroportos está inoperante. Na foto, distribuição de víveres em Daca.

100 homens invadiram a igreja de S. João Bosco, em Porto Príncipe, mataram cinco pessoas e feriram mais de setenta das centenas de fiéis, que participavam da missa celebrada pelo padre Jean-Bertrand Aristide, 35 anos, ligado à tendência progressista do catolicismo e duro crítico do regime haitiano. O padre não foi atingido, mas a igreja foi incendiada.

Dois atentados contra o padre Aristide tinham sido realizados dias antes. O padre Aristide é seguidor da Teologia da Libertação e tem defendido a mudança do regime do Haiti. (Veja **terceiro mundo** n.ºs 106, p. 16; e 112, seção Panorama).

ISRAEL:

Prisões

O ministro da Defesa de Israel, Yitzhak Rabin, disse que 18 mil árabes foram presos, desde que começou o levante palestino há nove meses. Desse total, 5.600 permanecem prisioneiros e 2.600 ainda não foram submetidos a processo judicial, embora já estejam detidos há mais de seis meses. As informações foram prestadas ao parlamento israelense.

O exército tem utilizado as prisões em massa, as deportações, o toque de recolher e até agressões, assim como armas de fogo, em seus esforços para terminar com os protestos na Cisjordânia e Faixa de Gaza.

Essas localidades ocupadas por forças israelenses sofrem sistemáticos protestos por parte dos palestinos, especialmente crianças que atiram pedras nos soldados das forças de ocupação.

NOVA CALEDÔNIA:

Acordo por um decênio

A Frente de Libertação Nacional Canaque Socialista (FLNKS), nacionalista, e a Agrupação por uma Caledônia na República (RPCR), pró-francesa, assinaram em 20 de agosto, em Paris, um acordo que define o futuro político do arquipélago para os próximos dez anos. Escrito depois de árduas negociações realizadas na presença de Louis Le Pensec, ministro dos Assuntos Externos do governo socialista francês, o pacto assenta as bases para a "convivência pacífica" na Nova Caledônia.

Pierre Beregovoy, titular da pasta de Economia e Finanças e número três do governo em Paris, afirmou que o governo gaulês destinará 300 milhões de francos (50 milhões de dólares) ao desenvolvimento desse arquipélago da Melanésia, no Pacífico. As declarações de Beregovoy foram interpretadas como um "prêmio" das autoridades francesas "à seriedade e valentia dos participantes no diálogo".

O documento assinado na capital francesa pelas delegações encabeçadas por Jean-Marie Yibao, da FLNKS, e Dick Ukeiwe, representante do RPCR, ratifica e completa o Acordo de Matignon, subscrito em 26 de junho último. O novo tratado prevê, entre outras coisas, a realização de um referendo em 1998, para que a população da Nova Caledônia se pronuncie sobre a autodeterminação. Yibao, Ukeiwe e seus acompanhantes (oito pela FLNKS e quatorze pelo RPCR) eliminaram a maior parte das di-

vergências deixadas em suspenso pelo Acordo de Matignon, relacionadas com a composição do corpo eleitoral e a distribuição do poder econômico nas ilhas.

Assim, os nacionalistas canaques conseguiram que a maioria dos eleitores que se pronunciarão sobre a independência do território, em 1998, seja de origem melanésia. O corpo eleitoral será "congelado" em seus níveis atuais e se procederá a uma revisão excepcional de sua composição no próximo ano e depois em 1992 e 1998, para evitar "todo tipo de injustiças", expressa o documento.

A FLNKS obteve também vitória em uma de suas reivindicações, quanto à questão dos recursos. O acordo, em uma das cláusulas, estabelece que os recursos econômicos, de que dispõem as diferentes regiões administrativas, serão "repartidos equitativamente". Atualmente, a maior parte dos créditos para investimentos se concentra em Numea, a capital, localizada ao sul da ilha e onde vive o grosso da população *caldoche*, os descendentes dos colonos europeus. Na intenção de remediar essa situação, o acordo de Matignon, ratificado também nesse ponto, dispôs que 75% das somas de dinheiro que serão "injetadas" no arquipélago sejam destinadas às regiões do Leste e Norte, habitadas pela população canaque.

As três áreas administrativas em que se dividirá o território de 19 mil km² - Sul, Leste e Norte - conta-

rão com certos níveis de autonomia para administrar os recursos e definir as prioridades de gestão. A anistia geral e irrestrita para os culpados de delitos políticos, reclamada pela FLNKS, foi repudiada, mas se determinou a libertação dos prisioneiros não responsáveis por assassinatos.

No entanto, se os 150 mil habitantes da Nova Caledônia "confirmarem na prática as disposições desse pacto de pacificação, o governo poderia baixar medidas de clemência para os presos acusados de delitos de sangue", afirmou o ministro francês Le Pensec. Tanto a FLNKS, como o RPCR, informarão as respectivas comunidades sobre as condições e modalidades de aplicação do acordo.

O representante da FLNKS sustentou que "não

haverá maiores problemas para a ratificação do pacto pelo conjunto da coalizão independentista", e anunciou a realização de uma convenção extraordinária, para discutir o novo acordo. Só um dos integrantes da FLNKS, a minoritária Frente Unida pela Libertação Canaque (Fulc), manifestou-se contra as negociações com o RPCR, negando-se a enviar um representante a Paris. A organização dissidente não aceita que a maioria da FLNKS tenha "abandonado as bandeiras da independência imediata da população canaque, deixando para daqui a dez anos o que deve ser solucionado agora".

Quanto à população de origem francesa, até o final de dezembro deverá discutir e submeter à aprovação o texto do acordo e o calendário de reformas.

CORÉIAS

Retomando o diálogo



Às vésperas dos Jogos Olímpicos de Seul, parlamentares das duas Coreias entrevistaram-se na aldeia de Panmunjon, na fronteira entre os dois países, a instâncias do governo norte-coreano e pela pressão de intensas manifestações populares em Seul, exigindo a reunificação nacional. As delegações debateram as condições para que se retome o diálogo entre os dois governos, com vistas à normalização da vida coreana. Desde 1985 não ocorria encontro semelhante. Na foto, Chun Kum-Chol, chefe da delegação da Coreia do Norte (direita) troca credenciais com seu colega do Sul, Park Jun-Kiu (esquerda).

FILIPINAS

Desde que Corazón Aquino endureceu as negociações sobre o arrendamento das bases norte-americanas, tornou-se precário o seu poder. O vice, Salvador Laurel (foto), passou a pregar sua queda.



COMISSÃO SUL:

Estratégia comum

Os países do Terceiro Mundo receberam um chamado para realizarem esforço político especial e desenvolverem estratégia coordenada durante a próxima rodada de negociações multilaterais sobre comércio internacional, que acontecerá em dezembro, em Montreal. O chamamento é da Comissão Sul, que reuniu seus 29 integrantes em agosto, na Cidade do México. A declaração assinala que as negociações de Montreal poderiam "afetar vitalmente o desenvolvimento e as opções futuras" do Terceiro Mundo, acentuando que perante "uma estratégia bem organizada por parte das nações desenvolvidas, os interesses do Terceiro Mundo estarão em sério perigo, se não houver uma resposta coletiva".

A declaração foi divulgada pelo presidente da comissão, o líder tanzaniano, Julius Nyerere, um dos fundadores da Comissão Sul, organismo que se formou em 1987 para propor novas idéias ao desenvolvimento do Terceiro Mundo.

A discussão sobre a importância das próximas conversas de Montreal surgiu em meio à crescente preocupação de que as principais

nações comerciais estão tratando de reorientar o Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt, segundo seus exclusivos interesses.

Nyerere disse estar convencido de que, se o Terceiro Mundo não permanecer atento, pode surgir uma ordem econômica internacional pior que a atual. Tal perigo poderia se materializar, se os países industrializados conseguirem impor grandes mudanças no sistema de comércio mundial, de modo a adquirir um maior acesso aos mercados do Terceiro Mundo, enquanto fecham suas portas aos produtos vitais que este possa vender. A nova ordem contrasta fortemente com a visão dos anos setenta, quando o Terceiro Mundo tinha confiança em que era possível reestruturar o sistema econômico, mediante negociações globais.

Boa parte do otimismo de então se baseava na suposição de que o poder da corrente do petróleo poderia ser utilizado como controle para as negociações.

Mas, a arma do petróleo "foi desperdiçada", como se observou durante a reunião, e vários obstáculos impedem a unidade do Terceiro Mundo.

DÍVIDA EXTERNA

Unctad quer redução de 30%

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) recomendou a redução de pelo menos 30% do montante da dívida dos 15 principais países devedores. De acordo com divulgação do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, no Rio de Janeiro, essa é a única forma realista de dar aos países endividados uma oportunidade de superar o problema da dívida, mediante o crescimento de suas economias.

Segundo Kenneth Dadzie, secretário geral da Unctad, é necessário enfrentar o fato de que "a crise de endividamento dos países em desenvolvimento está entrando em seu sétimo ano, sem sequer se aproximar de uma solução". Para o sistema financeiro, assinalou, "não seria perigoso conceder o alívio no montante necessário: o perigo real estaria na postergação do desenvolvimento e na recusa em se enfrentar o problema da solvência".

Em agosto de 1986, o relatório sobre comércio e desenvolvimento se pronunciou por uma estratégia deflacionária. Este conceito constituiu um aspecto chave da proposta Baker, dada a conhecer posteriormente, naquele mesmo ano, pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker.

No relatório deste ano, a Unctad observa que não se materializaram, no meio

econômico mundial, as condições necessárias para se aplicar com êxito tal estratégia.

Para os países fortemente endividados com os bancos comerciais, e sobretudo para os devedores de menores rendas, a deterioração das relações de intercâmbio neutralizou a maior parte, senão o total, das melhorias que significaram as reduções nas taxas de juros. A permanente perda de recursos, devido à mudança de direção das transferências financeiras líquidas, bem como a constante deterioração das relações de intercâmbio, destruíram as possibilidades de se alcançarem os objetivos da estratégia de reduzir o excessivo endividamento e reavivar o desenvolvimento.

Fontes da secretaria da Unctad declararam que, pela primeira vez, uma organização internacional se pronunciou por uma redução tão generalizada da dívida com os bancos comerciais.

Os países potencialmente mais beneficiados pela redução recomendada no relatório seriam Brasil, México, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Filipinas, Marrocos, Nigéria, Peru, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia. Este conjunto de países deve aos bancos comerciais 300 bilhões de dólares, do total de 500 bilhões de dólares devidos pelos países em desenvolvimento.

A GUERRA PELA PAZ

Beatriz Bissio

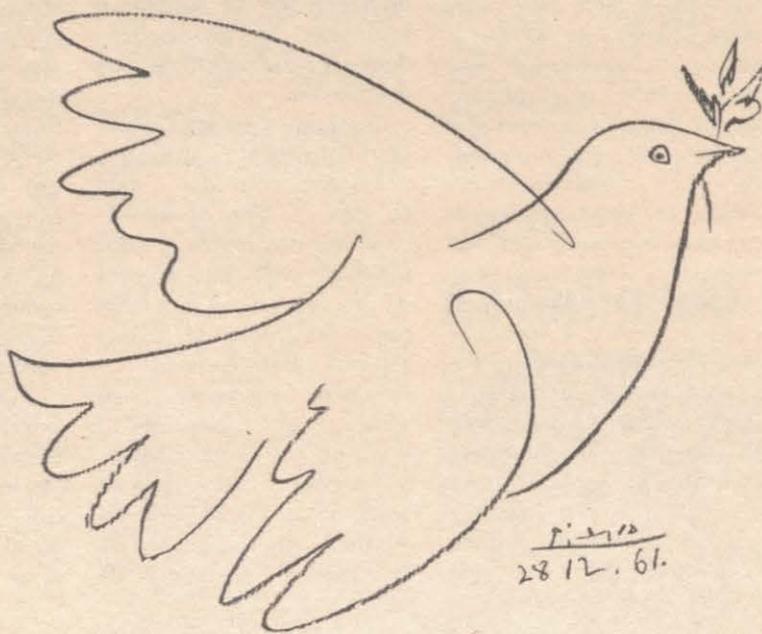
O ano de 1989 parece destinado a marcar não só o fim dos anos 80, mas toda uma etapa da política mundial caracterizada por conflitos localizados no Terceiro Mundo.

Este período foi trágico para os países do Sul. Eles foram vítimas de uma conjuntura de particular intransigência das antigas metrópoles e dos principais centros econômicos mundiais em relação à questão da dívida externa, os preços das matérias-primas e

as regras do jogo do comércio internacional. E como se isso não bastasse, vários deles caíram na armadilha de buscar pela via militar – às vezes induzidos pelos mesmos que os exploram economicamente – a solução para disputas fronteiriças ou ideológicas. Dessa forma, desviaram da esfera produtiva seus já minguados recursos para consumi-los na voracidade da guerra.

O caso mais claro desse drama é a guerra entre Irã e Iraque, que em oito

Com a valiosa intermediação das Nações Unidas, a maior parte dos conflitos regionais que enfraqueceram o Terceiro Mundo, na última década, tende a se solucionar



anos matou mais de um milhão de pessoas, deslocando para a frente de combate dois milhões de homens (um milhão de cada lado) e destruindo a economia de duas das mais prósperas e poderosas nações do Oriente Médio.

É lógico que nem todos os casos de conflitos localizados são iguais. Se a guerra entre as nações petrolíferas do Golfo era evitável, o mesmo não se pode dizer de outras como, por exemplo, a da África Austral. Neste caso, Angola e

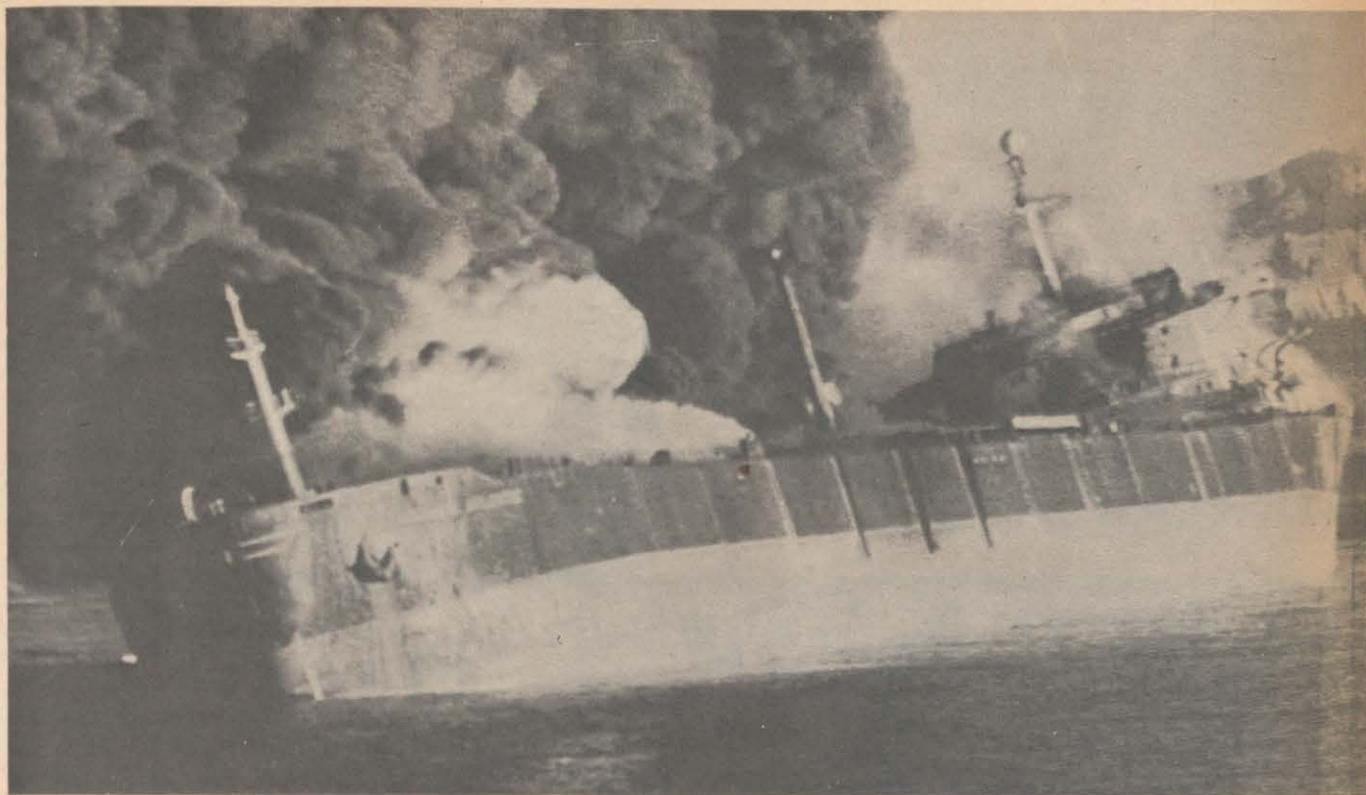
Mocambique foram arrastados ao confronto pela agressão sistemática da vizinha África do Sul. Governado por uma minoria branca racista, o regime de Pretória se sentiu ameaçado pela proximidade de duas nações que emergiam à vida independente com um projeto socializante e uma proposta de integração regional que permitisse o fim da dependência econômica em relação ao *apartheid*.

Mas, se as causas diferem, os resultados coincidem com os da guerra do Golfo: o conflito na África Austral também paralisou os

esforços de reconstrução nacional dos governos surgidos de décadas de luta de libertação contra o colonialismo português, e dificultou a reciclagem de economias que já eram fracas e careciam da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento.

De Campuchea à Nicarágua

No norte da África, desenvolve-se desde 1975 a guerra do Saara, antiga pos-



O conflito mais dramático de todos os que sacudiram o Terceiro Mundo na última década foi a guerra entre Irã e Iraque.

sessão espanhola ocupada pelo Marrocos, depois da morte de Franco e da conseqüente retirada das tropas coloniais. Conflitos menos graves se registraram em outras latitudes desse continente, como os esporádicos conflitos militares entre a Somália e a Etiópia pela disputada região de Ogadén, ou entre a Líbia e Chad por causa de uma faixa fronteiriça. (Capítulo à parte são os problemas secessionistas, comuns no continente africano – arbitrariamente recortado pelos poderes coloniais –, e também em outras regiões do Terceiro Mundo, como nas Filipinas, onde a comunidade moura mukulmana luta por uma estado independente).

O continente asiático também não conheceu a paz, nem sequer depois da retirada dos norte-americanos do Vietnã. Na Ásia Central, viveu-se intensamente o problema afegão, de grande repercussão internacional, porque nele teve participação direta a União Soviética, país que compartilha uma extensa fronteira terrestre com o Afeganistão. E, no sudeste asiático, a guerra continuou em Campuchea (ex-Camboja). Apesar

da ausência de eco nos meios de comunicação, viveu-se nesse país um conflito de importantes proporções, no qual o Vietnã teve um papel destacado, ao lado do governo socialista de Heng Samrin, enfrentando os remanescentes do Khmer Vermelho, de Pol Pot, e seus aliados regionais.

Completamente esquecida pela grande imprensa, desenvolve-se a luta de libertação do povo maubere, na ilha de Timor Leste (no Pacífico Sul), ocupada e anexada pela Indonésia, depois da retirada das tropas coloniais portuguesas, em 1975. A Fretilin, vanguarda do povo de Timor Leste, luta desde então em condições adversas, a partir de seus santuários no interior da ilha. A igreja local denunciou recentemente, um verdadeiro genocídio contra a população que resiste à ocupação comandada pelo general Suharto.

No Oriente Médio, a guerra do Golfo deixou relegado a segundo plano o conflito árabe-israelense, mas a invasão do Líbano, em 1982, e depois a rebelião palestina nos territórios ocupados (1987-1988) trouxeram novamente a

primeiríssimo plano esse conflito, que remonta ao pós-guerra, com a criação do Estado de Israel sob o impacto do holocausto judeu nos campos de concentração nazistas.

Na América Latina, as coisas não aconteceram de forma melhor. A vitória sandinista na Nicarágua provocou a ira da administração republicana – que sempre a interpretou como fruto da debilidade do presidente Carter – e levou Reagan a fazer da derrubada do governo encabeçado por Ortega um dos principais eixos de sua política externa.

A conseqüência é bem conhecida: com a oportuna invenção dos “contras” – recrutados entre os remanescentes da destruída Guarda de Somoza – os Estados Unidos deflagraram uma guerra não-declarada, mas igualmente destrutiva, contra a Nicarágua, o que não só tornou muito mais difícil a consolidação da revolução nicaraguense, como repercutiu em toda América Central, deixando um saldo de 50 mil mortos.

O governo de Honduras foi pressionado ao máximo para permitir a transformação do país em um porta-avião

terrestre dos americanos, e todo subterfúgio foi usado para tentar submeter os demais chefes de Estado da região à estratégia belicista de Washington.

Esforços de pacificação

Assim que surgiram os diferentes conflitos, começaram também os esforços para acabar com eles. Porém, como bem sabem os militares, a guerra tem sua própria lógica e é muito mais fácil começá-la do que pará-la. Nem as Nações Unidas, nem as organizações regionais, nem os esforços de grupos militantes de direitos humanos pareciam estar obtendo algum resultado positivo

para todas as partes envolvidas.

Mas o caminho rumo à paz se viu favorecido também pelo novo clima nas relações mundiais, gerado pelos entendimentos entre as duas superpotências.

Não deixa de ser um dado curioso o fato de o presidente norte-americano, que com sua visão simplista e maniqueísta da problemática mundial tanto contribuiu para deteriorar e desprestigiar, inclusive, o espaço da diplomacia, tenha sido levado por fatores que ele mesmo provocou – o déficit e o endividamento do Estado norte-americano – a buscar um novo estilo de convivência com a URSS (à qual, no começo de seu mandato, chamava de "império do

de 400 milhões de dólares), continua sendo um foro e um instrumento insubstituível no terreno das relações internacionais. Pérez de Cuellar – indicado por numerosas entidades para disputar o Prêmio Nobel da Paz – com as suas reconhecidas virtudes (paciência, imparcialidade e independência) deu ajuda substancial para restaurar a credibilidade da via diplomática na solução dos conflitos.

É um mérito que beneficia indiretamente a América Latina que está mostrando condições de representar um papel crucial no cenário internacional. Não só o secretário-geral da ONU está pessoalmente empenhado na busca de

saídas, mas também outros funcionários do nosso subcontinente, como o equatoriano Diego Cordovéz, o qual, como enviado especial de Pérez de Cuellar, deu contribuição decisiva em Genebra, durante a discussão dos acordos que permitiram pôr fim à presença soviética no Afeganistão.

Nos casos da guerra do Golfo, do conflito do Saara, do Afeganistão e da questão da África Austral, a solução negociada que se discutiu, ou ainda



O problema do Afeganistão: repercussão internacional devido à participação soviética

na direção da paz.

De fato, não era bem assim. Não só se ganhava arduamente terreno no campo da opinião pública mundial – com a criação em muitos países de centenas e milhares de comitês de solidariedade à Nicarágua, Angola, Moçambique, Namíbia, Frente Polisário do Saara, à causa palestina, enfim, a todos os povos cuja liberdade e autodeterminação estava sendo cerceada – como, a nível diplomático e político internacional, aprofundava-se no conhecimento da origem e das repercussões de cada um dos problemas, para se definir possíveis hipóteses de solução, aceitáveis

mal”), gerando benéficas repercussões no resto do mundo.

Dos conflitos mencionados, praticamente todos caminham para uma solução, com a valiosa intermediação das Nações Unidas.

A reconstrução e as saídas possíveis

Atualmente comandada por um latino-americano, o diplomata peruano Javier Pérez de Cuellar, já em seu segundo mandato, a ONU mostrou que, apesar da crise financeira que atravessa, por causa das dívidas dos países-membros (só os Estados Unidos devem mais

se discute, surgiu de propostas concretas – de planos de pacificação – apresentados pelo secretário-geral da ONU, ou aprovados pelo Conselho de Segurança.

Vejamos em que ponto está cada caso:

Afeganistão: nem tudo está resolvido

Em 15 de agosto, Moscou havia retirado a metade dos cem mil soldados que tinha nesse país. Assim, cumpriu com os acordos de Genebra e obedeceu o calendário proposto pelas Nações

Unidas. As tropas restantes devem deixar o país até 15 de fevereiro de 1989.

A guerra continua, no entanto, entre o governo de Cabul, aliado de Moscou, e as guerrilhas muçulmanas, que têm apoio econômico e logístico dos Estados Unidos e utilizam, como base de operações, o território do Paquistão.

Os acordos estabeleciam a suspensão de hostilidades entre eles, mas isto não está sendo cumprido. O principal responsável pela violação do acordo de Genebra é o Paquistão, cujo falecido presidente, o general Zia ul-

Haq, foi um aliado dos guerrilheiros muçulmanos e eixo da estratégia norte-americana para o caso afegão. Zia não demonstrava interesse pelo fim da guerra, mas sua morte suspeita pode alterar a situação. O homem forte do regime de Islamabad estava empenhado na continuação das hostilidades no Afeganistão, porque este conflito lhe havia permitido se transformar num aliado indispensável para Washington, que passou a lhe destinar mais de 600 milhões de dólares de ajuda militar e econômica por ano, a mais significativa depois da de Israel e Egito.

Resta saber se as forças armadas paquistanesas manterão a linha de Zia ou se afastarão dela, retornando a suas tarefas constitucionais. Uma eventual redemocratização do Paquistão tiraria da contra-revolução afegã a sua retaguarda. Com isso, em pouco tempo a resistência armada muçulmana possivelmente ficaria reduzida a uma expressão insignificante.

Irã-Iraque: trégua e reconstrução

Em 20 de agosto começou a trégua proposta pela ONU na guerra do Golfo e já se encontram atuando os 350 observadores de 25 países que estão supervisionando o cessar-fogo. Só os primeiros seis meses da missão internacional custarão à ONU 74 milhões de dólares. Os boinas azuis, como são

chamados, estão desarmados e, pela primeira vez desde a fundação das Nações Unidas, o contingente inclui unidades navais que devem patrulhar a região de Shat-Al-Arab, fronteira marítima entre ambos os países.

A ONU tem que superar obstáculos importantes antes do fim definitivo do conflito, o mais sangrento desde a Segunda Guerra Mundial. O Irã tem 50 mil prisioneiros iraquianos e o Iraque, 30 mil iranianos. A negociação em curso gira em torno da Resolução 598 do Conselho de Segurança da ONU, de julho de 1987, que além de exigir o fim dos enfrentamentos, estabelece que deverá ser determinado de forma imparcial quem começou a guerra e se fixarem as fronteiras definitivas entre ambos.

A estimativa é que, tanto o Iraque como o Irã, empregaram 450 bilhões de dólares para montar suas máquinas mi-

litares. Um preço exorbitante, mas que não inclui as perdas materiais, nem contabiliza a involução que sofreram ambas as economias, paralisadas pela guerra. E o que é mais triste, tudo isso para chegar à conclusão de que nenhum regime, por mais autocrático ou impopular que seja, pode ser trocado por meio da intervenção externa, como comentou uma autoridade de Teerã.

Agora, começa o desafio da reconstrução material e a superação dos traumas causados pela guerra, o que exige restaurar a convivência entre as duas nações vizinhas.

Questão palestina: a perspectiva de um estado independente

No caso dos territórios ocupados por Israel desde 1967, as condições para uma solução negociada não estão tão maduras como na guerra do Golfo ou do Afeganistão, mas possivelmente a paz está mais perto do que nunca desde que em 1948 – com a partilha da antiga Palestina e a criação, por mandato da ONU, do Estado de Israel – começou o conflito que assistimos até hoje.

A rebelião da população árabe de



Com a rebelião nos territórios ocupados a questão palestina voltou ao primeiro plano



Pérez de Cuellar com o chanceler do Irã: hábil e dedicado mediador

Gaza e Cisjordânia (ver artigo "Unidade sem fronteiras de classe" nesta edição) alertou o mundo sobre a gravidade da crise nos territórios ocupados, e tornou a colocar a necessidade de realizar uma conferência internacional de paz sobre o Oriente Médio. Nela deverão participar todas as partes envolvidas, para encontrar uma saída negociada a essa luta que alguns classificaram de genocídio palestino.

As Nações Unidas têm um papel decisivo a cumprir, pela sua direta responsabilidade na origem do conflito: a recém-criada Liga das Nações - que antecedeu à ONU - determinou a divisão da antiga colônia britânica da Palestina, uma parte destinada a abrigar um Estado para os judeus da diáspora, e outra, aos árabes que ali residiram por séculos. O Estado árabe nunca foi proclamado.

Depois que o rei Hussein da Jordânia decidiu, em agosto passado, cortar seus vínculos com a Cisjordânia que se remontavam a 1950, quando esse território passou à administração da monarquia hachemita, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) começou a analisar seriamente a possibilidade de

proclamar um Estado independente ou de criar um governo no exílio. Ambas as hipóteses foram tratadas em várias oportunidades, em anos anteriores, mas a direção palestina sempre as adiou, sem dúvida por achar que as condições ainda não eram propícias.

A confirmação de que agora a OLP está, novamente, estudando o tema foi dada, em fins de agosto, pelo representante palestino ante as Nações Unidas, Zuhdi Labib Terzi. Ele anunciou oficialmente que "a OLP está estudando a possi-

bilidade de declarar um Estado palestino" na Cisjordânia e na faixa de Gaza. Depois seria estabelecido um governo transitório para dirigir os assuntos do Estado, segundo as resoluções da conferência de cúpula árabe de Fez (1982) e do Conselho Nacional Palestino, em sua reunião de Argel de 1987 (Ver **terceiro mundo** nº 100: "Palestina: uma luz no fim do túnel"). Ambas as instâncias apoiaram a criação de um estado palestino independente nos territórios ocupados, com Jerusalém como capital.

O fim da guerra do Golfo beneficia a causa palestina, que agora poderá contar com o apoio mais decidido do mundo árabe, dividido diante do conflito entre Iraque e Irã. E concentrar sobre si a atenção de muitos países (e também da ONU), antes dedicados plenamente à mediação diplomática na guerra vizinha.

Calcula-se que o presidente da OLP, Yasser Arafat, poderá usar o foro da Assembleia Geral das Nações Unidas, reunida neste mês de setembro, para ali expor a nova iniciativa política.

A mesma deverá ainda ser aprovada pelo Conselho Nacional Palestino (CNP), o parlamento no exílio, que deverá reunir-se no mês de outubro, possivelmente em Argel.

África Austral: A independência da Namíbia pode estar próxima

Desde 1º de setembro, a Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano - South West Africa People's Organization, movimento de libertação da Namíbia antes conhecida por África do Sudoeste) anunciou um cessar-fogo unilateral nesse território ilegalmente ocupado pela África do Sul. Trata-se, segundo afirmaram porta-vozes da Swapo de "uma contribuição a favor dos acordos regionais de paz", que estão terminando de ser negociados entre Angola e Cuba, de um lado, e África do Sul e Estados Unidos, de outro (ver **terceiro mundo** nº 111: "A paz depende de Pretória").

Desde que Angola se tornou independente, a Namíbia vinha sendo utilizada pela África do Sul para desfechar ataques sistemáticos, com o intuito de desestabilizar o governo de Luanda.

Crescentes pressões da comunidade mundial e uma importante derrota militar recente no sul de Angola, na região de Cuando Cubango (na qual as forças armadas angolanas e cubanas enfrentaram os sul-africanos, numa batalha blindada que os especialistas

consideram como uma das de maior envergadura desde o fim da Segunda Guerra Mundial), forçaram os sul-africanos a ceder na mesa de negociações.

Se a África do Sul mantiver os compromissos que assumiu, em 1º de novembro próximo começará a ser implementada, na Namíbia, a Resolução





Saara: a proposta da ONU da realização do referendo foi aceita por Marrocos e a Polisário

435 da ONU, que data de 1978, e, em 1º de junho de 1989, se realizarão as eleições gerais, definidas na citada resolução como a forma adequada de pôr fim a mais de um século de domínio colonial nesse território.

É praticamente unânime, nos círculos diplomáticos da África Austral, a convicção de que a Swapo ganharia uma eleição livre na Namíbia, convertendo seu líder máximo, Sam Nujoma, no primeiro presidente do novo Estado independente. As repercussões regionais desse fato serão, sem dúvida, muito profundas. Sem sua base de operações na Namíbia, o regime de Pretória carecerá de um apoio geográfico apropriado para agredir Angola e será difícil justificar uma política de desestabilização de Moçambique. Por isso tudo, o processo de negociação em curso é seguido atentamente pelos dirigentes da região, cujo pensamento se resume nesta frase do primeiro-ministro do Zimbábue, Robert Mugabe: "O processo de paz para Angola e Namíbia consolidará a independência econômica e política da África Austral".

O calendário negociado inclui a retirada das tropas sul-africanas do território angolano (anunciada por Pretória como tendo sido concluída em 30 de agosto). A saída de Angola, em data a ser anunciada em breve, do contingente militar cubano, completaria o cronograma de pacificação. Como disse o embaixador angolano no Brasil, Fran-

cisco Romão, "com a Namíbia independente, essas forças não têm razão para permanecer em nosso país".

Saara: o povo decide

Em 11 de agosto último, os marroquinos e os saarauís receberam de Pérez de Cuellar um plano de paz, que foi considerado um compromisso aceitável pelas duas partes em luta na antiga colônia espanhola do Norte da África. Elaborado no meio de um grande sigilo pelo próprio secretário-geral da ONU

com o apoio de dirigentes da Organização de Unidade Africana (OUA), o plano prevê a realização de um referendo entre a população saarauí, para votar a favor da integração do Saara ao Estado marroquino ou se pronunciar pela independência.

Apesar de aceitar a tese do referendo, Marrocos e a Frente Polisário ainda têm divergências, em relação a quem estaria em condições de votar. A proposta da ONU é de se tomar como ponto de partida o último censo realizado no Saara, que data de 1974, quando ainda se encontravam no território as forças coloniais espanholas. Essas listas seriam posteriormente atualizadas com critérios imparciais, pela própria ONU, nos locais onde mora atualmente a população saarauí.

O porta-voz da Frente Polisário, Béchir M. Mustafá, afirmou que a proposta tinha sido considerada aceitável por sua organização, e no mesmo sentido se pronunciou a monarquia marroquina, que através de seu ministro das Relações Exteriores, Abdelatif Filali, concordou, em Nova Iorque, com o plano de paz da ONU. Isso fez com que Pérez de Cuellar manifestasse a sua confiança na possibilidade de pôr em marcha o plano de paz, antes do final desse ano. Mas, subsistem diferenças de critérios em relação ao contexto no qual se realizará



P. W. Botha recebe o Dirk Mudge, da Namíbia. Tema da reunião: as negociações de paz

MATÉRIA DE CAPA

o referendo: a Frente Polisario reivindica controle da ONU sobre o território, antes do plebiscito. Hassan II e as forças marroquinas defendem a tese de que suas tropas no Saara (estimadas em 150 mil homens) poderiam se retirar para determinados pontos do território, a partir dos quais não iriam interferir na realização da consulta popular.

Pérez de Cuellar só disse que exigirá "resultados transparentes" e a proposta da ONU fala de "uma retirada substancial e gradual" das tropas de ocupação que não deveriam ultrapassar os 25 mil, no momento da realização do plebiscito. O documento reconhece que os recentes progressos, na saída negociada para o Saara, se devem à reaproximação entre a Argélia e o Marrocos, que "possibilitou a paz" (Ver **terceiro mundo**

ificação para a região, reconheceu que "mesmo com um balanço positivo, as metas (do seu plano) eram muito ambiciosas e talvez por isso não puderam ser alcançadas em sua totalidade".

Um ano depois de assinados (7 de agosto de 1987, ver **terceiro mundo** n.º 103: "Cúpula centro-americana: um revês para Reagan"), os acordos ainda não prosperaram em quase nenhum dos países da área.

As principais razões desse fracasso foram as dificuldades e resistências que

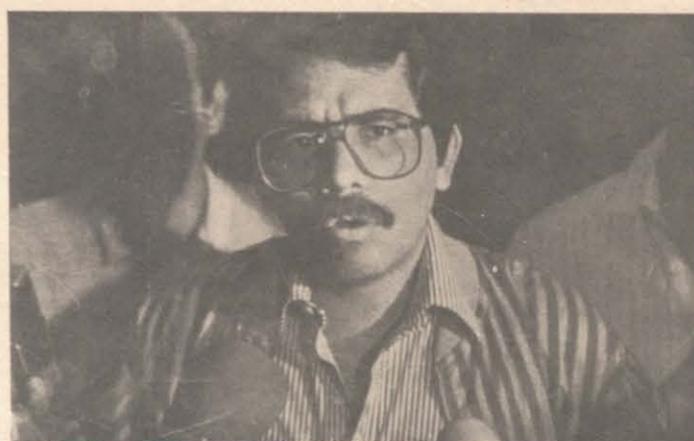


Fidel Castro, em Quito, sobre o processo de paz centro-americano.

Castro também viajou ao Equador para assistir à posse de Borja e acabou criando um fato político de grande repercussão ao se reunir, pela primeira vez nos últimos 20 anos, com

todos os presidentes latino-americanos ali presentes (Alfonsín, Sanguinetti, Arias, Lusínchi, o próprio Borja) e com Mário Soares, de Portugal.

Sem grandes resultados para exhibir ao mundo, a América Central vive com



Fidel Castro e o ex-presidente equatoriano León Febres Cordero (esq.) e Daniel Ortega (dir.): há condições para a unidade latino-americana

n.º 112:) "Saara, a hora da negociação".

Na ONU, considera-se que já tendo sido superados tantos obstáculos, essas últimas diferenças de critérios acabarão sendo limadas e o referendo poderá ser realizado nos próximos meses.

América Central: sem grandes novidades

De todos os conflitos – de alta, média ou baixa intensidade – que obscureceram as perspectivas do Terceiro Mundo nesta década, o centro-americano é o que registrou menos progressos concretos. O próprio presidente da Costa Rica, Oscar Arias, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz por sua proposta de paci-

o diálogo, proposto entre os governos e as forças insurgentes, encontrou nos casos de El Salvador e Guatemala, e nas violações contínuas dos acordos por parte dos Estados Unidos, principalmente em relação à Nicarágua. "Se os ianques respeitassem os acordos, as condições para a paz estariam dadas", afirmou Daniel Ortega, durante sua visita a Quito. Ele viajou ao Equador depois que o recém-empossado presidente Rodrigo Borja anunciara o reatamento das relações diplomáticas com a Nicarágua, interrompidas pelo ex-presidente Febres Cordero.

"O único preço que não se pode pagar pela paz é a liberdade, a justiça e a dignidade", disse o presidente de Cuba,

intensidade, entretanto, a discussão do tema da pacificação. Embora todos saibam que o resultado depende fundamentalmente de esforços próprios para viabilizar a paz, existe um consenso no sentido de que a próxima eleição nos Estados Unidos terá uma influência tão direta quanto lá. Nem mesmo Bush se manifestou disposto a manter a política de Reagan com relação à Nicarágua. E, na eventualidade de uma vitória de Dukakis, as bases do Partido Democrata que respondem à liderança do pastor negro Jesse Jackson (que calculam ter o controle de cerca de 35% da máquina partidária) seriam fator decisivo, na mudança de atitude da Casa Branca em relação ao governo sandinista. •

Política de duas caras

Apesar do equilíbrio nas últimas pesquisas, a eventualidade de uma vitória eleitoral dos democratas propicia especulações sobre mudanças na política externa da Casa Branca em consequência da perda da hegemonia mundial norte-americana

Marcelo Montenegro

Depois de oito anos de administração republicana, parece chegar a hora da volta do Partido Democrata à Casa Branca. A pequena diferença que tem alternado a preferência pré-eleitoral a favor ora de um, ora de outro candidato, indica que a predominância republicana dos dois últimos pleitos presidenciais perdeu fôlego com a chapa George Bush-Dan Quayle. Os estudiosos da política norte-americana estimam que, em caso de uma vitória de Dukakis, as mudanças na orientação da política exterior norte-americana irão mais além do superficial. A África do Sul, por exemplo, já está com as barbas de molho.

A oportunidade parece propícia para analisar mais a fundo a evolução das relações hemisféricas e os altos e baixos da política exterior dos Estados Unidos. E nada melhor para isso do que ser guiado por um diplomata, embaixador na Nicarágua durante o governo Carter.

Ao finalizar sua conferência para um grupo de professores e alunos pós-graduados do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o diplomata Maurício Solaun se manifestou aliviado "por não haver recebido nenhuma agressão do auditório". O embaixador

do presidente Carter na Nicarágua, durante a última etapa da insurreição popular que conduziu à queda do ditador Anastasio Somoza Debayle, afirmou não poder assegurar que os Estados Unidos mudarão sua política exterior com uma administração do Partido Democrata. Em contrapartida, explicou as diferenças que historicamente existiram entre os partidários de uma política



"A síndrome do Vietnã enfraqueceu a posição hegemônica dos Estados Unidos"

ca exterior baseada no realismo político (*realpolitik*, uma posição tradicionalmente mais aproximada às posturas do Partido Republicano) e os que apóiam a "cruzada democrática" (uma política tradicionalmente defendida pelos presidentes do Partido Democrata).

"A persistência da síndrome do Vietnã e as transformações na economia mundial debilitaram a posição hegemônica global dos Estados Unidos" – afirma Solaun – e isso pode conduzir a uma mudança na diplomacia do "clientelismo", pela qual os governos norte-americanos justificaram, perante a opinião pública interna, as diferentes interven-

ções, armadas ou não, diretas ou encobertas, numa quantidade de países ao longo de todo o globo, neste século.

Nessa lógica de pensamento, "a política externa norte-americana em relação à América Latina sofreu mudanças substanciais desde a guerra hispano-norte-americana, e seus objetivos, à exceção da construção do Canal do Panamá em 1898, não foram de expansão territorial, mas de manutenção de esferas de influência política dentro dos Estados soberanos, muitos dos quais são frágeis e pequenos, especialmente aqueles situados na América Central e Caribe".

Os "clientes" nem sempre pagam

Essa política de esfera de influência levou – afirmou Solaun – ao estabelecimento das chamadas relações

clientelistas. O Estado "cliente" celebra uma aliança "mais ou menos formal" com um Estado mais forte, por meio da qual o segundo proporciona "amizade e apoio" ao governo dependente, em troca de um determinado alinhamento internacional. As relações clientelistas são necessariamente variáveis. Alguns governos são mais dependentes que outros e não existe uma correlação perfeita entre dependência econômica e dependência política. Desse modo, o México é altamente dependente dos Estados Unidos em termos econômicos, mas sua política externa nas últimas décadas tem sido independente e às vezes



Kennedy e Krushev: da crise dos mísseis surgiu um acordo entre as potências

“Embora os Estados Unidos prefiram aliar-se às democracias, sua política exterior deve estar orientada para garantir o interesse nacional. Isto torna irrelevante o tipo de governo que exista nos diferentes países, desde que seja um governo amigo”

antagônica à dos Estados Unidos, exemplificou o diplomata.

O controle dessas relações “clientelistas” a nível internacional sempre foi muito complicado para os Estados Unidos, especialmente nos países da América Central e Caribe, tão próximos ao seu território. A primeira razão dessa complicação – sublinha Solaun – “deve ser atribuída à falta de implantação do sistema democrático de governo nesses países”. A não existência de governos democráticos traz junto – na opinião dele – processos sumamente instáveis e convulsivos, dentro dos quais Washington não pode deixar de intervir”.

A América para os americanos

Por outro lado, como o sistema “clientelista” consiste em apoiar governos estrangeiros, Washington se viu de repente “aliado a ditadores deploráveis que, do ponto de vista dos valores democráticos da sociedade norte-americana, são altamente questionáveis”.

Em segundo lugar – explicou o diplomata – “os governos norte-americanos, com base nos princípios da doutrina Monroe, procuraram sempre manter os países latino-americanos, especialmente aqueles mais próximos dos Estados Unidos, distanciados de qualquer influência de outras potências extracontinentais consideradas adversárias dos Estados Unidos”.

A primeira exceção a esse princípio foi o acordo entre Kennedy e Krushev para não instalação de mísseis soviéticos em Cuba, em troca do compromisso do governo cubano de não exportar sua revolução ao resto dos países da América Central e Caribe. Nas palavras do ex-embaixador, aquele acordo “procurou impedir a expansão do clientelismo cubano-soviético”.

A partir da administração do presidente Franklin Roosevelt, os Estados Unidos adotaram uma política de não intervenção na América Latina, que ficou expressa na constituição da Organização dos Estados Americanos (OEA). “No entanto, essa doutrina de não intervenção não coincidiu temporalmente com a existência de democracias estáveis na América Latina”, disse Solaun. “Por isso” – acrescenta – “diferentes governos norte-americanos se viram tentados a intervir naquelas nações, especialmente em momentos de comoção interna que podiam levar ao surgimento de regimes hostis e possibilitar alianças com o bloco socialista”.

Uma característica desses processos políticos de grande comoção interna é que “os próprios governantes estrangeiros assinaram alianças mais ou menos intervencionistas com os Estados

Unidos” com o objetivo de garantir sua permanência no poder. “É precisamente essa característica não-democrática da relação clientelista a que tenta ou convide os Estados Unidos a intervir em outras nações”, completou o ex-embaixador. A situação de instabilidade doméstica potencial e a provável ou real intervenção de outra potência no conflito é um importante fator na crise de retorno que experimentou a doutrina de não intervenção na América Latina.

O que acontece dentro dos EUA?

De que modo os dirigentes norte-americanos explicam sua política externa para a opinião pública interna? Existem dois conceitos – ressalta – que, se não esgotam todas as possibilidades, servem para enquadrar a análise. Esses conceitos são: a *realpolitik* ou racionalidade pragmática, por um lado, e a chamada “cruzada democrática”, pelo outro. “A predominância de uma racionalidade sobre a outra nos permite classificar os diferentes governos norte-americanos em relação a esses conceitos. Por exemplo, a administração Kennedy, com sua Aliança para o Progresso, implementou uma política “pró-democracia” que, por si mesma, distanciou os Estados Unidos dos regimes latino-americanos resultantes de golpes de Estado, e outros tipos de ditaduras existentes no subcontinente”. Em contraste com essa política, a administração de Richard Nixon adotou explicitamente uma diplomacia de *realpolitik*. Os argumentos que a sustentam consistem em que – destaca Solaun – ainda que os Estados Unidos prefiram se aliar às democracias, sua política externa deve estar orientada para assegurar o interesse nacional. Consequentemente, para Washington se torna irrelevante o tipo de governo que exista nos diferentes países, sempre que sejam amigos. Assim, “se os norte-americanos necessitam instalar uma base militar em um país determinado, o governo deve procurar conseguir esse objetivo, independentemente do fato desse país ter ou não um governo autocrático”.

A denominada cruzada democrática (*democratic crusade*), por outro lado, enfatiza a dimensão moral da política

exterior norte-americana. Em consequência, – explica – como os cidadãos norte-americanos consideram que a democracia é a melhor forma de governo, a política exterior deveria procurar que essa forma se efetive nos países amigos. Apesar dessas diferenças – afirma o diplomata –, existem dados de relevância histórica que demonstram que a intervenção, o uso da força para derrubar um governo estrangeiro determinado, tanto ocorre sob governos que aplicaram os princípios da *realpolitik* como sob a orientação da “cruzada democrática”.

Paradoxalmente, em termos de política interna, quanto mais intervencionista a política externa norte-americana, mais se tenta explicá-la ao povo como sendo de objetivos “pró-democráticos”. Dessa maneira, se fizermos uma breve referência comparativa entre a política externa do presidente Carter e a da atual administração, veremos que o presidente Reagan não deixou totalmente de lado o discurso da política externa de respeito aos direitos humanos de Carter, pelo menos quando essa é apresentada para o povo norte-americano – observa Solaun.

Para o diplomata, os princípios estabelecidos pela política externa do presidente Kennedy, com os quais quis frear o avanço das idéias da revolução cubana, foram mais ou menos mantidos por todas as administrações que o sucederam. Entretanto, os motivos e objetivos que determinaram essas políticas, durante as duas últimas décadas, não foram os mesmos para os diferentes governos.

A síndrome pós-Vietnã

O que se conheceu como a síndrome pós-Vietnã continua – na opinião de Solaun – sendo um dado da realidade norte-americana. Como se manifesta politicamente essa síndrome? “Primeiro, porque os Estados Unidos expandiu sua presença no mundo, muito além das suas possibilidades; segundo, a convicção de que os norte-americanos deveriam deixar de ser o gendarme mundial; terceiro, por uma reavaliação do movimento comunista internacional, que já não era considerado como uma



A revolução cubana: desde Kennedy, Washington tenta frear seu avanço



Carter: a ênfase nos direitos humanos

ameaça eminente, pois as divisões internas terminaram diluindo seus objetivos. Em consequência, fortaleceu-se a opinião de que os Estados Unidos deviam adotar uma política de **detente**. Quarto, constatou-se que as intervenções militares norte-americanas no exterior já não se justificavam, salvo em casos excepcionais, e que a intervenção da CIA já não era necessária, exceto como fonte de informação; não mais como fator de desestabilização de governos estrangeiros”. Existia também a idéia de que alguns subpoderes regionais, como o Irã, por exemplo, poderiam substituir os Estados Unidos na

“Desde sua chegada à Casa Branca, Reagan criticou e atacou a política exterior baseada no respeito aos direitos humanos, por não ser “realista”. Tanto a revolução do Irã como a da Nicarágua foram atribuídas por seus assessores a falhas de tal política”

proteção dos interesses ocidentais, nas denominadas “zonas chaves”, disse Solaun.

Esses princípios foram levados em conta pela política externa implementada pela administração Carter, que enfatizou o respeito aos direitos humanos e minimizou o intervencionismo aberto ou encoberto.

Como consequência da guerra do Vietnã, se fortaleceu a idéia de que as relações clientelistas já não eram importantes para o país, que não precisava mais de alianças com nenhuma ditadura e que os Estados Unidos podiam participar da comunidade internacional, mi-



"Como o sistema clientelista consiste em apoiar governos estrangeiros, os Estados Unidos se viram de repente aliados a ditadores deploráveis, que, do ponto de vista dos valores democráticos imperantes na sociedade norte-americana, são altamente questionáveis"



Um passo da *realpolitik* foi nomear Kirkpatrick (acima) embaixadora na ONU

nimizando a *realpolitik* e maximizando sua liderança moral. "Isso implicava – explica – que Washington devia romper suas alianças com os regimes ditatoriais, especialmente naquelas regiões onde os interesses norte-americanos eram menos vulneráveis, especificamente na América Central". Os Estados Unidos estavam abandonando seu tradicional papel de primeira potência mundial.

Reagan e Kirkpatrick

Desde sua chegada à Casa Branca em 1981, Reagan criticou e atacou a política externa baseada no respeito aos direitos humanos, por não ser "realista". Tanto a revolução no Irã como a revolução sandinista na Nicarágua foram atribuídas por seus assessores às falhas daquela política. Paralelamente, a invasão

soviética no Afeganistão, em 1979, indicou à administração republicana que os soviéticos continuavam com uma política expansionista, enquanto que, os Estados Unidos, ao abandonar e perder seus "clientes", reduziam a passos de gigante sua influência mundial.

Solaun diz que um dos primeiros passos da *realpolitik* implementada por Reagan foi a designação de Jeane Kirkpatrick como embaixadora perante as Nações Unidas. A senhora Kirkpatrick havia conseguido uma projeção nacional, ao garantir que os Estados Unidos deviam fazer uma diferença entre os regimes autoritários e os regimes totalitários, ao definir sua relação com as ditaduras latino-americanas amigas. No entanto, – afirmou Solaun – bem cedo a administração Reagan tornou a mudar seu discurso e adotou uma política mais flexível para a América Latina, manten-

do os objetivos anticomunistas, no que era similar à do presidente Kennedy.

Quais foram as razões para essas mudanças? O embaixador estima que o motivo mais importante é a descentralização interna do sistema político norte-americano, tanto a nível institucional como partidário: o presidente necessita do apoio do Congresso para implementar sua política externa; a Câmara de Representantes se renova completamente a cada dois anos; os congressistas estão obrigados a expressar os interesses dos eleitores que votaram neles e não dependem do presidente para serem eleitos; e o presidente nem sempre conta com o apoio de seu próprio partido para todas as decisões.

Em segundo lugar, existe uma tendência na sociedade norte-americana a crer que seus próprios gostos devem ser incorporados pelas outras nações e



Estudantes queimam a bandeira norte-americana, em protesto contra as bases nas Filipinas

que podem ensinar outros povos a serem democráticos.

Solaun acredita que existe outra razão de ordem prática, que se soma às já mencionadas, para determinar as preferências dos dirigentes norte-americanos pelas chamadas políticas "pró-democráticas": a instabilidade dos regimes autoritários pode chegar a colocar em perigo os interesses dos Estados Unidos. "Como consequência das crises provocadas pelos governos autoritários, os Estados Unidos se viram obrigados a modificar a política, retirando o apoio de algumas ditaduras militares", explicou.

"O exemplo das Filipinas é pertinente: em 1981, coincidindo com a chegada de Reagan ao governo, Ferdinand Marcos iniciou um novo período presidencial. De acordo com a doutrina popularizada por Kirkpatrick, o vice-presidente Bush foi à cerimônia de posse do ditador e tratou Marcos como se fosse um grande democrata. Essas atitudes, criticadas duramente na imprensa liberal norte-americana, perseguiam um claro objetivo: manter as bases norte-americanas nas Filipinas. No entanto, o apoio a Marcos não foi suficiente para garantir a estabilidade do seu regime.

"Essa doutrina de não-intervenção não coincidiu temporalmente com a existência de democracias estáveis na América Latina. Por isso, diferentes governos norte-americanos se viram tentados a intervir naquelas nações, especialmente em momentos de comoção interna, que podiam levar ao surgimento de regimes hostis e possibilitar alianças com o bloco socialista"

Em 1983, com o assassinato de Benigno Aquino precipitou-se uma crise política originada no repúdio filipino contra o ditador. Não foi uma insurreição comunista que o derrubou, mas a sua falta de popularidade", analisou.

Bastou pouco tempo para que ficasse evidente que "a continuidade de Marcos no poder poderia derivar em uma carnificina inaceitável para o mundo democrático, ou em um processo de anarquia que poderia conduzir a uma revolução com características antinorte-america-

nas. Em consequência, os Estados Unidos retiraram seu apoio a Marcos e finalmente seu regime caiu", assinala Solaun.

Como mensagem final, Solaun reiterou que existe uma crise na intelectualidade norte-americana e nos meios políticos, com relação ao papel que cabe ao país como potência mundial. A síndrome do Vietnã ainda está fresca e pressiona, para que a nação se retire do primeiro plano no cenário mundial, inclusive daquelas regiões que, como a

América Central, foram consideradas tradicionalmente o quintal dos Estados Unidos. "Existe consenso em que, se se consegue sair dos limites que impõem uma estratégia anticubana e anti-soviética, podem-se obter melhores apoios bilaterais e multilaterais para levar adiante a política externa".

Mas, o embaixador faz uma advertência: "A falta de consolidação dos regimes democráticos impede que os norte-americanos descartem completamente o uso da força em favor de métodos consensuais ou de pressão política moderada". Em outras palavras, Solaun estima que aos norte-americanos não ocorre, por exemplo, "desestabilizar" o governo da França só por ela ter se retirado da Otan. Mas, caso se desencadeasse nesse país uma crise política institucional de grandes proporções, os Estados Unidos se sentiriam tentados a intervir e, possivelmente, interviriam. ●

* Este artigo foi adaptado da conferência pronunciada por Maurício Solaun no Instituto de Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O diplomata é doutor em Sociologia pela Universidade de Chicago e foi embaixador dos Estados Unidos na Nicarágua (1977-1979). É autor, também, de artigos e livros sobre problemas políticos latino-americanos.

Eleição sem novidades

A cômoda posição de Carlos Andrés Pérez nas pesquisas de opinião o converteram no virtual vencedor de uma disputa, na qual o único elemento novo foram as agressões por parte de alguns candidatos



Carlos Andrés Pérez (foto acima) vence nas pesquisas, que apontam Eduardo Fernández (ao lado) como segundo colocado

Héctor Escobar

Em dezembro, os venezuelanos acorrem às urnas para eleger o sétimo presidente constitucional, desde que, em 1958, a última ditadura militar foi derrubada. As pesquisas colocam nos primeiros lugares da preferência popular o ex-presidente Carlos Andrés Pérez, candidato do partido Ação Democrática (AD), de tendência social-democrata e Eduardo Fernández, do Partido Social Cristão (Copei). Pela vantagem que mostra sobre seu principal rival, o candidato social-democrata parece ter garantido o triunfo.

Apesar da Venezuela ter vivido os últimos trinta anos sob regimes democráticos, em matéria econômica enfrenta

uma situação similar à que atravessam outros países latino-americanos, como Argentina, Brasil e Uruguai, os quais depois de uma etapa de ditaduras militares, vivem agora um período de transição para a democracia: o endividamento externo limita as possibilidades de crescimento econômico e o pagamento dos serviços da dívida absorve o dinheiro necessário ao desenvolvimento.

O fim da tranquilidade

O ex-presidente (1973-1978) Carlos Andrés Pérez, líder carismático e candidato pela segunda vez ao executivo, "está em seu melhor momento", comentam os observadores. As pesquisas de opinião o colocam 17 pontos acima do seu rival social-cristão. Pérez governou a Venezuela numa época da tran-



quilidade econômica originada pela alta dos preços do petróleo, e usufrui de grande ascendência sobre amplos setores da população, particularmente os menos favorecidos, que são os que em definitivo decidirão a disputa eleitoral. Os intelectuais e as classes média e alta não pensam o mesmo, pois o acusam de corrupção e malversação de fundos públicos durante seu mandato.

Com a queda dos preços internacionais do petróleo e a crise provocada pela dívida externa, os anos posteriores ao mandato de Pérez foram difíceis para a Venezuela, que viu minguar suas riquezas e diminuir o nível de vida da população. Hoje, muitos venezuelanos sonham em recuperar seu bem-estar com a volta do candidato social-democrata.

Pérez nacionalizou o petróleo e o ferro – dois produtos fundamentais na economia do país – e sancionou uma



O presidente Jaime Lusinchi

série de leis e reformas sociais, que permitiram certa distribuição interna da renda. Sua política progressista a nível internacional, de apoio ao general Omar Torrijos, na reconquista do Canal do Panamá, e de ajuda aos sandinistas em sua luta contra Anastasio Somoza, é

outra das razões que hoje pesam no julgamento da cidadania e parecem dar a Pérez melhores possibilidades na eleição. Seu partido, Ação Democrática, é membro da Internacional Socialista e a ele pertence o presidente atual, Jaime Lusinchi. Se Carlos Andrés Pérez torna a ganhar, a AD colocaria pela quinta vez um de seus homens na presidência. Os dois períodos restantes da etapa democrática estiveram nas mãos do Copei.

Eduardo Fernández é um social cristão conservador de 50 anos e de temperamento sagaz, que, segundo se fala a nível popular, "tem pouco a esperar dessa festa". Fernández era, até há pouco tempo, um líder de segunda grandeza no partido que, surpreendentemente, conseguiu derrotar o ex-presidente Rafael Caldera, nas prévias internas. Ao constatar que as tendências eleitorais não lhe eram favoráveis, o candidato

Uma mulher na disputa

□ Ismênia Villalba passou à história da Venezuela como a primeira mulher que aspira à presidência do país. O Partido União Republicana Democrática (URD) – surgido em 1945 como uma divisão da Ação Democrática – e grupos independentes apresentaram, ante o Conselho Supremo Eleitoral (CSE), a candidatura de Ismênia, de 59 anos, mulher de Jovito Villalba, velho dirigente, considerado um dos pais da democracia moderna do país, atualmente recluso em casa devido ao seu delicado estado de saúde.

Jovito Villalba e a URD venceram as eleições presidenciais de 1952, mas o triunfo eleitoral lhes foi retirado pelo ditador Marcos Pérez Jiménez, cujo regime caiu exatamente faz 30 anos, em 1958, depois de impressionantes manifestações de descontentamento popular.

Alguns críticos da candidatura de Ismênia afirmam que a mesma não conta com o aval do seu marido e que foi incentivada pelo presidente Jaime Lusinchi, para atrair o voto de protesto, que assim não iria engros-

sar as filas do principal adversário de Pérez, nem favoreceria a esquerda. Grupos feministas estão protestando porque Ismênia tampouco representaria uma candidatura que promova a mulher, já que ela explora a imagem tradicional da dona-de-casa preocupada com os problemas da "família venezuelana". No entanto, neste sentido nem todas as mulheres encaram a sua candidatura com a mesma ótica. Além de ter atraído figuras de credibilidade em diferentes setores, a candidatura de Ismênia conta com o apoio de alguns grupos de mulheres que vêem em sua postulação um avanço e uma conquista.

Na Venezuela, a mulher representa 52 por cento da população e está à cabeça de 25 por cento dos lares, além de ter uma ativa participação no campo de trabalho. Mas, foi marginalizada na direção dos partidos políticos e sua presença nos cargos públicos de primeira linha é absolutamente marginal.

Ismênia, que não mudou seus hábitos por causa da candidatura, deixou claro que nada deve estar vetado

à mulher por razões de sexo, na Venezuela atual.

As pesquisas mostram que a presença de Ismênia no cenário pré-eleitoral causou grande impacto no país. Com sua candidatura lançada



A candidata do URD: Ismênia Villalba

durante a primeira quinzena de julho, pouco depois já havia passado a ocupar o quarto lugar nas pesquisas, atrás de Carlos Andrés Pérez (AD), Eduardo Fernández (Copei) e Teodoro Petkoff (MAS).

Bipartidarismo permanece



A tradicional tendência do bipartidarismo se mantém nesta eleição

conservador imprimiu à sua campanha um caráter mais agressivo, deixando de lado a tradição ética de campanhas anteriores e, inclusive, os bons costumes. Na estratégia desenhada pelo Copei, vale tudo para conquistar o voto do eleitorado. A frase mais usada na campanha é: "Ganharemos da mediocridade e seremos um país de primeira". Carlos Andrés Pérez tem demonstrado que é um político experiente, não caiu na cilada e mantém sua imagem, sem aceitar provocações.

Quatro candidatos de esquerda

Bem distantes e com não mais do que 10% das preferências, segundo indicam as mais recentes pesquisas, aparecem os partidos de esquerda, que nesses 30 anos de vida democrática não aumentaram seu eleitorado. Alguns comentaristas afirmam que, nesta campanha, a esquerda parece mais preocupada em treinar seus militantes para serem candidatos do que em definir uma política que lhe permita alcançar definitivamente o poder. A esquerda se apresenta dividida em quatro candidaturas: Teodoro Petkoff, dirigente do

Movimento ao Socialismo (MAS); Edmundo Chirinos, do Partido Comunista; David Nieves, um ex-guerrilheiro, da Liga Socialista (uma coalisão que baseia sua campanha eleitoral na exigência de liberdade para os presos políticos que ainda existem na Venezuela) e, por último, Andrés Velásquez, dirigente sindical que se apresenta pelo Partido Causa Revolucionária.

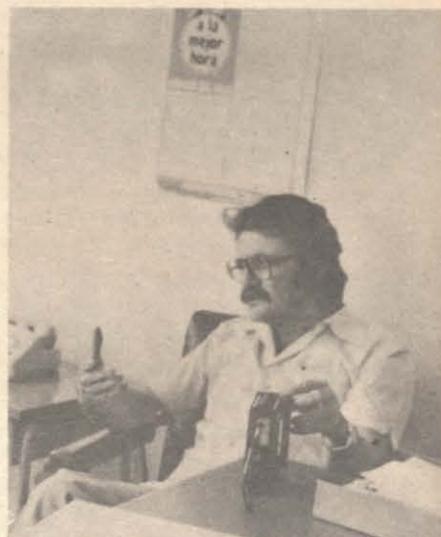
A presença de uma mulher candidata produziu a primeira surpresa desta campanha (ver quadro), e a segunda foi a aparição de um candidato religioso – num país que poderia ser considerado laico – o pastor protestante da Bíblia Godofredo Marín, da Organização Renovadora Autêntica.

Nesta campanha sem maiores disputas, o que mais preocupa os estudiosos da evolução política venezuelana não é tanto o resultado, bastante previsível, da eleição, mas a margem de manobra que terá o próximo presidente para governar, amarrado como está o país ao peso da dívida externa.

Uma coisa é certa: o que aguarda o próximo presidente da Venezuela não é simples, pois nos últimos 30 anos de convivência democrática, o país não foi

☐ Cerca de dez milhões de venezuelanos acorrerão às urnas, em 4 de dezembro, para eleger o presidente, parlamentares e representantes em assembléias legislativas regionais, em um sistema que – salvo o cargo presidencial – não se vota por pessoas, mas sim por partidos.

De acordo com cifras preliminares, no processo participarão umas 72 organizações políticas, entre nacionais e regionais e haverá uma dezena de aspirantes presidenciais. Mas o fato principal é que a maioria dos cargos será disputada entre os dois grandes partidos do país – Ação Democrática e Copei – que são os protagonistas do chamado bipartidarismo que predomina, há duas décadas, no sistema democrático da Venezuela.



Teodoro Petkoff, do MAS

capaz de democratizar a riqueza. "Oitenta por cento das famílias venezuelanas vivem em estado de pobreza; trinta por cento delas em estado de pobreza crítica e setenta e sete por cento dos assalariados não ganham o suficiente para adquirir a cesta básica", como reconheceu a ministra do Bem-Estar Social, Virginia Olivo.

Primavera quente

O governo de Alfonsín anunciou uma série de medidas destinadas a conter a inflação, no momento em que a credibilidade interna de sua política econômica está no nível mais baixo

Dados calculados pelo jornal inglês "Financial Times" indicam que o governo de Raúl Alfonsín, já em 1.700 dias de mandato, administrou uma taxa de inflação acumulada de 51.000%.

Nos primeiros dias de agosto, o ministro da Economia, Juan Sourrouille, anunciou um conjunto de medidas destinadas a alcançar ambiciosos e contraditórios objetivos, como são os de buscar a vitória eleitoral no próximo ano e, simultaneamente, corrigir deformações estruturais da economia, como, por exemplo, o déficit fiscal.

O novo plano econômico - denominado Primavera - prometeu congelar os preços por dois meses, em troca de uma trégua sindical, quanto a aumentos salariais. O plano estabelece o afastamento de 30 mil funcionários públicos, inclusive através da aposentadoria voluntária, e define cortes nos gastos supérfluos do Estado, entre os quais a redução da frota de veículos oficiais.

Quanto ao mercado financeiro, as novas medidas fixaram a paridade para o câmbio do dólar norte-americano, com cotações diferentes para importações, exportações industriais, exportações agrícolas ou turismo. O governo propôs-se também a suspender as obras de construção de uma usina nuclear, cortar subsídios e pagar apenas as dívidas das indústrias estatais.

A União Industrial Argentina

(UIA) agrupa as empresas de maior porte, que produzem não apenas para o mercado interno, mas também para exportação. Ao concordarem com o congelamento de preços, os industriais obtiveram do governo uma franquia, que lhes permite trocar os dólares provenientes de 50% de suas exportações a um preço mais alto.

O bolo não dá

Para os pequenos e médios empresários, que produzem somente para o mercado interno, o plano tem poucos atrativos, pois o congelamento foi precedido por uma impressionante alta das tarifas dos serviços públicos, como gás, eletricidade, transportes e combustíveis. Um curto período de congelamento de preços pode, por isso, levar à ruína as empresas daquele porte.

Pelo lado dos sindicatos, as coisas não vão melhor. Tendo em conta a alta

dos preços ocorrida nos dias anteriores ao anúncio das medidas, os representantes trabalhistas não têm interesse em moderar suas reivindicações e até se lançaram a atos contra o plano, exigindo melhores salários. No item medicamentos, por exemplo, o aumento chegou a 30%, enquanto os alimentos subiram de 30% a 70% e as tarifas dos serviços públicos, 30%.

Agricultores reclamam

Os mais indignados contra o novo pacote de medidas, porém, foram os produtores rurais, poderoso grupo de pressão que age através da Sociedade Rural Argentina-SRA. Eles estão particularmente irritados com Alfonsín, em decorrência do que consideram uma discriminação contra a capacidade do setor em obter lucros maiores na conjuntura, afinal favorável, do mercado internacional.

Quando, em fins de maio, se começou a saber da devastadora seca no campo norte-americano, os fazendeiros argentinos esfregaram as mãos de contentamento, aguardando a melhora dos preços internacionais. Com a queda das exportações norte-americanas de cereais, os preços começaram a recu-



Os trabalhadores organizaram manifestações contra a política econômica do governo Alfonsín



Juan Sourrouille: ministro da Economia

perar-se, depois de anos de quedas incontroláveis, estabilizando-se, por fim, na faixa dos 30% acima do nível que tinham antes da seca no meio-oeste dos Estados Unidos.

As medidas anunciadas por Juan Sourrouille obrigam os fazendeiros a trocar os dólares provenientes de suas exportações a um preço mais baixo do que o fixado para as exportações industriais. Isto diminui o lucro potencial dos exportadores de grãos, um grupo particularmente conservador e extremamente sensível a tudo o que possa afetar seu bolso. A diferença no câmbio dos dólares vai parar no Banco Central e será usufruída pelo Estado.

Os produtores rurais chegaram a or-

ganizar uma vaia contra Alfonsín, durante a inauguração da feira agropecuária anual, evento tradicional a que comparece costumeiramente o presidente da República. Pela primeira vez, Alfonsín recebeu repúdio tão direto de um setor da sociedade argentina. Foi também a primeira vez que os normalmente circunspectos fazendeiros perturbaram uma fala presidencial, impedindo, com assobios, que seu discurso fosse entendido. Alfonsín chamou-os de fascistas, por tentarem impedi-lo de falar, e lembrou-lhes que muitos ditadores haviam passado por ali, em outras feiras, sem que tivessem que ouvir um único grito de protesto. O chanceler argentino, Dante Caputo, em conferência

Repressão a passeata leva a explosão das ruas



□ A greve geral da sexta-feira, dia 9 de setembro, foi considerada um sucesso pela direção sindical, mas o ato de encerramento do protesto contra a nova política econômica governamental transformou-se numa espécie de estopim de novos desentendimentos entre a Casa Rosada e a massa trabalhadora, quando já se vive o clima da campanha eleitoral. A repressão policial ao comício que coroaria a greve desatou cenas há muito ausentes das ruas argentinas: confrontos entre soldados e manifestantes,

apedrejamento de lojas, saques e incêndios de automóveis demonstraram o nível de tensão existente.

Em protesto pela violência policial, que deixou centenas de feridos, a CGT realizou nova greve geral no dia 12, com adesão maior no operariado industrial, ato que o governo considerou uma provocação.

A tradicional liderança peronista sobre a massa trabalhadora torna mais difícil o diálogo nas novas circunstâncias políticas e econômicas.



O candidato peronista Carlos Menem

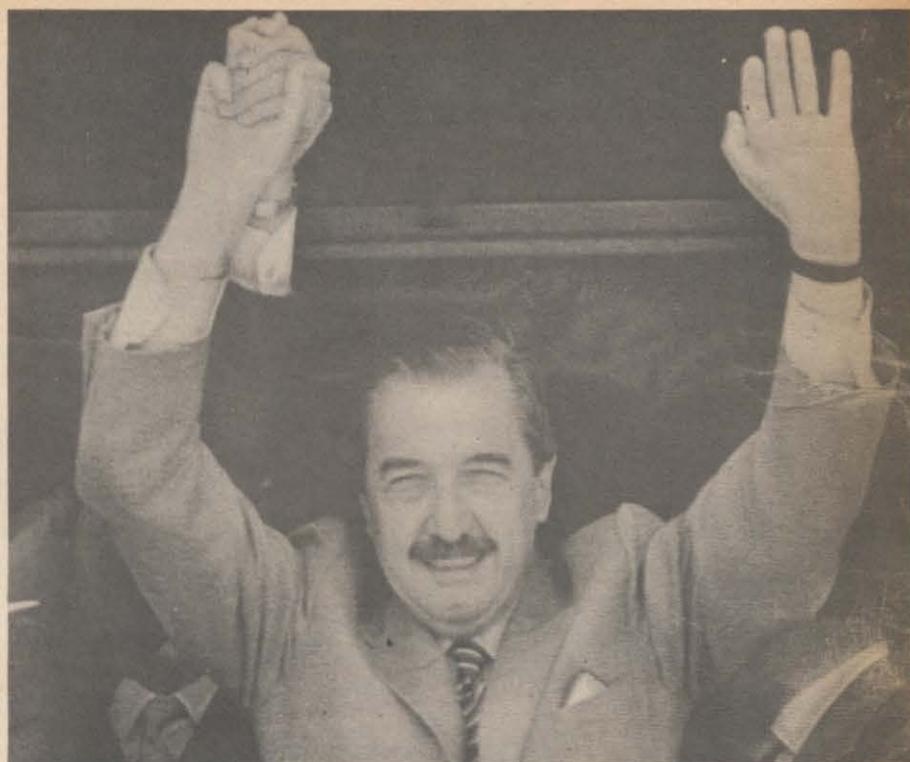
numa universidade privada, referiu-se aos produtores rurais como "um setor incapaz, especulativo, inútil, adulator de ditadores e inspirador da tortura".

Os homens do campo, porém, não se dão por vencidos e planejaram protestos fortes contra o governo, no decorrer deste mês. Um dos pontos de tais protestos é a decisão de que não comprarão, não venderão, não cobrarão nem pagarão coisa alguma. A consequência esperada é a crise no abastecimento de alimentos às cidades e uma onda de carestia.

O próprio Eduardo Angeloz, governador de Córdoba e candidato do Partido Radical às eleições presidenciais do próximo ano, encarregou-se de assinalar que a economia argentina perde o rumo com os atuais índices inflacionários, num tácito reconhecimento de que terá dificuldades eleitorais em tais condições.

Segundo o ministro Sourrouille, o plano econômico anunciado objetiva domar a inflação, que em agosto alcançava o índice mensal de 25%, e melhorar as perspectivas eleitorais do governo, em relação ao pleito presidencial de 1989.

De acordo com cálculos de especialistas eleitorais ligados ao Partido Radical, a escolha de Carlos Menem como candidato do Partido Justicialista (peronista) garante-lhe apenas de 20% a 25%



Alfonso Alfonsín anunciou o Plano Primavera tentando domar a inflação e estabilizar a economia

das preferências eleitorais de um total de 19,7 milhões de votantes. Para tais analistas, o governo deve aproveitar esse fato para romper a imobilidade em que se encontra desde a derrota das eleições estaduais do ano passado. Eles acham que o controle da inflação precisa ser tentado, embora não resolva todos os problemas. Reconhece-se que o objetivo é difícil, especialmente para uma equipe desprestigiada por cinco anos de uma gestão, que já não suporta a aplicação de políticas de choque anti-inflacionário.

Vitória peronista?

O peronista Menem, entretanto, continua engrossando as fileiras de seus eleitores. Pesquisa realizada em agosto por uma empresa privada revelou que, num universo de 400 eleitores da capital, 28,5% votariam em Menem, 16,5% escolheriam o candidato radical e 10,3% ficariam com o conservador Alvaro Alsogaray da União do Centro Democrático (UCD). Já começou a disputa pelos 36% de indecisos que a pesquisa constatou, e, contra o que esperavam muitos

observadores, Menem tem respeitado o espaço do setor derrotado dentro do peronismo – a renovação dirigida por Cafiero – e dispõe-se a apresentar ao eleitorado um partido que conseguiu resolver suas diferenças de forma democrática.

Os conservadores votarão no Alsogaray, um alto funcionário em quase todas as recentes ditaduras. Colocado em terceiro lugar nas preferências, desempenhará papel importante no colégio eleitoral, caso nenhum candidato consiga a maioria absoluta.

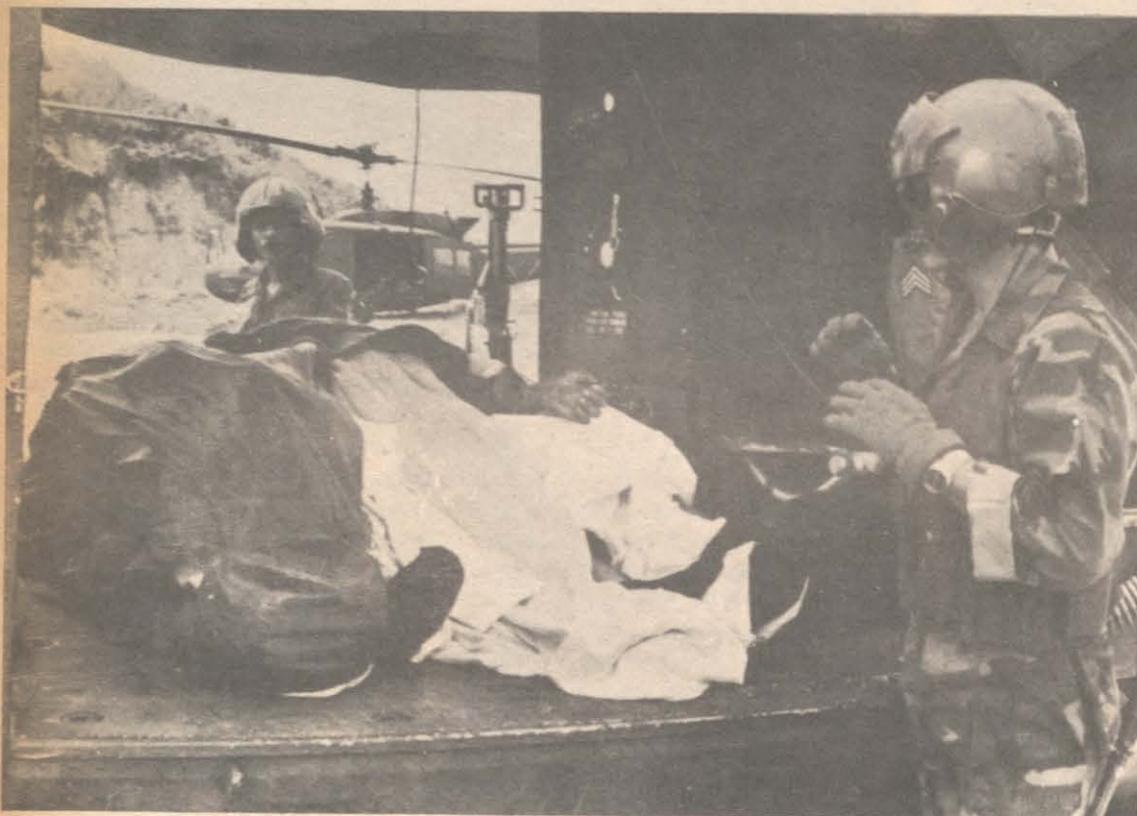
O escritor e jornalista argentino Jacobo Timermann, em recente artigo publicado no "New York Times", lembrou a piada que corre no país, segundo a qual o melhor resultado seria a derrota dos três candidatos.

Seja como for, parece claro – como também assinala Timermann em seu artigo – que, para a maioria dos argentinos, todas as dificuldades experimentadas nos cinco anos de democracia são preferíveis ao pesadelo sofrido sob a ditadura militar. ●

Marcelo Montenegro

A estrutura do novo poder

O enviado especial de "terceiro mundo" visita os departamentos sob controle da FMLN, que começa a organizar estruturas administrativas como teste para o futuro, quando espera controlar o poder a nível nacional



A guerrilha controla extensa área e os confrontos custam muitas baixas às forças do governo

Jaime Brener

A Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador, está concentrando esforços em construir estruturas paralelas de poder nas áreas sob seu controle, à espera de uma maior polarização política com a extrema-direita, o que aceleraria o fim do "empate técnico militar" entre o exército e a insurgên-

cia, mantido desde 1981.

A nova tática da FMLN parte do fracasso do projeto de "terceira via" entre a guerrilha e os esquadrões da morte, encarnado pelo presidente democrata-cristão José Napoleón Duarte, com o apoio dos Estados Unidos. O projeto está agonizando junto com o mandatário, que sofre de câncer terminal e está virtualmente substituído pelo vice, Castillo Claramount. Duarte não conseguiu realizar as reformas sociais prometidas na campanha eleitoral de 1984 - em es-

pecial a reforma agrária - devido à resistência do empresariado salvadoreño.

O fracasso das reformas fez com que o governo perdesse o apoio de importantes setores populares, além de não esvaziar as bases da guerrilha. O boicote da iniciativa privada levou Duarte a apoiar-se cada vez mais na ajuda econômica norte-americana, equivalente a 105% do orçamento salvadoreño em 87, uma percentagem de ajuda que não foi concedida pelos Estados Unidos nem ao Vietnã durante a guerra.

A falência da "terceira via" de Napoleón Duarte veio à tona com as eleições municipais e legislativas de marco, quando a Arena, partido de extrema-direita tradicionalmente vinculado aos esquadrões da morte, conquistou 31 das 60 cadeiras da assembleia nacional. Além disso, ficou com a maior parte das prefeituras, inclusive a da capital, San Salvador, onde o "arenista" Armando Calderón Sol derrotou o próprio filho do presidente, Alejandro Duarte.

São muitas as acusações de fraude eleitoral, ou "incha-

ço das urnas" realizado com a concordância de todos os partidos legais, que aceitaram "multiplicar" o número de seus votos, proporcionalmente às cifras reais, para reduzir a importância da abstinência eleitoral defendida pela FMLN e seu aliado político, a Frente Democrática Revolucionária (FDR). Funcionários do governo chegaram a admitir, logo depois do pleito, que menos de 1/4 dos eleitores foi às urnas.

Mesmo assim, nas próximas eleições presidenciais, em março, muitos salva-

dorenhos acreditam que é praticamente certa a vitória de Alfredo "Freddy" Cristiani, da Arena. Ele será favorecido pela divisão da democracia cristã em duas correntes, que defendem respectivamente as candidaturas presidenciais do ex-ministro da Propaganda, Adolfo Rey Prendes, e do ex-ministro do Planejamento, Fidel Chavez Mena. A FMLN talvez volte a boicotar o pleito, mas a FDR poderá participar, em aliança com o Partido Social-Democrata, na coalizão Convergência Democrática.

Aumenta a violência

Vitoriosa por antecipação, a Arena tenta despir-se da imagem truculenta, encarnada por seu candidato presidencial em 1984, o ex-major Roberto D'Aubuisson, que nos comícios costumava rachar uma melancia a golpes de machadinha, gritando: "Assim são os democrata-cristãos: verdes por fora e vermelhos por dentro!".

"Não somos extremistas. Defendemos a democracia e uma solução negociada para a guerra", afirmou a **terceiro mundo** o ex-coronel Sigfredo Ochoa, vice-presidente da assembléia nacional, de olho no apoio norte-americano a um virtual governo da Arena.

Mas, muita gente torce o nariz para a "plástica política" da Arena. "Os patrões estão mais violentos com a vitória arenista e endureceram suas posições nos conflitos trabalhistas", diz Marco Túlio Lima, dirigente da União Nacional dos Trabalhadores Salvadorenos (UNTS), a maior central sindical do país.

"O número de violações aos direitos humanos, assassinatos, torturas, vem aumentando desde a vitória da extrema-direita", afirma Reynaldo Blanco, diretor da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.

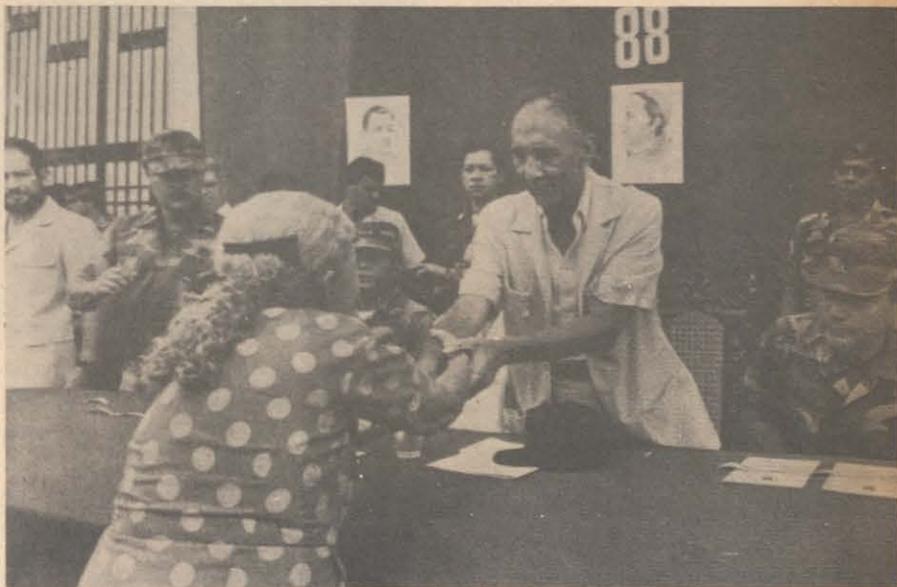
A FMLN, por sua vez, espera um agravamento do conflito, que já causou mais de 75 mil mortes.

"La hierba se mueve"

Nos últimos meses, a atuação política da guerrilha tem sido orientada para a sedimentação de estruturas paralelas de poder, nos quase 30% do território salvadorenho sob seu controle.



Roberto Roca, Mercedes Letona, J. Villalobos e Jorge Meléndez integram o comando da FMLN



Duarte, com câncer avançado, já não tem forças para eventuais iniciativas de paz

Como parte desse processo, em fins de 87 foi constituído o Patronato para o Desenvolvimento das Comunidades do Norte de Morazán e San Vicente-Padecom. Reunindo dezenas de comunidades, o Padecom tem ligações com a FMLN e a "igreja popular" salvadorenha.

Seu objetivo imediato é levantar recursos para fazer frente às necessidades

cotidianas da população das áreas de conflito. A primeira atividade do Padecom vem sendo pressionar o governo a permitir a livre circulação de alimentos na zona de guerra. Por trás das aparências, constitui o embrião de um eventual governo revolucionário. E a experiência parece estar dando certo. Tanto que, há poucas semanas, dezenas de comunidades iniciaram discussões para a cria-



A tentados contra entidades sindicais (foto acima) e repressão aos protestos (foto ao lado) marcam o clima político do país (mapa)



ção de um organismo análogo em Chalatenango, também norte do país.

O norte de Morazán é um dos santuários da FMLN. Lá "la hierba se mueve" (o mato se movimenta), indicando a presença da guerrilha, como diz uma "cumbia", música popular centro-americana.

Chega-se à região após cruzar o pequeno país em 4 horas, duas barreiras militares e três checagens em quartéis do exército. O rio Torola divide as áreas sob controle do governo e da guerrilha. As pontes foram pelos ares há muito tempo, e este repórter, acompanhado por um fotógrafo norte-americano, chegou ao rio em meio à chuva, que afugentou os barquinhos que fazem a travessia. A única saída, cruzar o Torola na *garrucha*, uma bandeja de metal que desliza sobre um cabo de aço acima do rio, à força das mãos do *garruchero*.

Já do outro lado, a estrada é asfaltada e até o início da guerra era um dos principais acessos a Honduras, que é respeitado tanto pelos rebeldes como pelas tropas oficiais. Desde 1980 não há luz ou telefone na área. De tempos em tempos, aparecem casas destruídas pelos bombardeios do exército. No chão,

as pichações são claras: "Soldado, não arrisque a vida por um salário miserável. ERP/FMLN".

A noite caía e a névoa ia cobrindo o belíssimo vale do rio Torola, agora com uma aparência de conto de fadas. Em pleno breu, apareceram quatro camponeses que cruzaram o rio conosco: "Para onde vão?", perguntam. Respondemos: "A Perquin" (centro do poder da FMLN em Morazán).

- Ah, vamos para lá também e podemos acompanhá-los -, dizem.

E fomos juntos. As histórias são muitas. Juan, baixinho e desdentado, perdeu a mulher e 7 filhos em um bombardeio. Francisco, outro camponês, teve a sogra metralhada por um soldado, em presença dos 4 netos.

A conversa estava animada, quando apareceu uma patrulha da FMLN. Nenhum dos seus integrantes parecia ter mais de 16 anos. Pediram nossos carnês de identificação, fornecidos pelo exército. No norte de Morazán, ninguém circula sem autorização da FMLN.

Fomos informados de que não poderíamos prosseguir até Perquin. "Há

operações", disseram. Deveríamos esperar em Jocoaitique, povoado de Juan e Francisco, que aproveitaram a ocasião para identificar-se como bases da FMLN.

Chegamos a Jocoaitique por um atalho, conduzidos pelos camponeses que riam a cada um de nossos tombos na lama úmida. Nos alojaram em uma casa bastante grande, onde recebemos a visita de outra patrulha da FMLN, comandada por uma bela jovem, que anotou nosso pedido de encontro com o comando rebelde, prometendo uma resposta para o dia seguinte.

De manhã, sempre guiados por Juan, conhecemos Jocoaitique, bastante próspera até o início da guerra. Quase toda a população fugiu dos bombardeios do exército, e suas casas foram ocupadas por refugiados das zonas rurais próximas. A comunidade se organizou para nos oferecer seus mais preciosos recursos: ovos, feijão e queijo.

Nas paredes da cidade trava-se uma verdadeira batalha de inscrições: "Soldado, deserte e seja livre. E FP/FMLN", ao lado de um apelo das forças do governo: "Terrorista do ERP, só serás livre quando te entregares. Batalhão Atlacatl do Exército".

Pelas ruas de pedra circulavam combatentes da FMLN, uniformizados, alguns deles levando sua mais recente arma, uma granada caseira acoplada ao fuzil norte-americano M-16, "recuperado" do exército. A aparência é de uma "cabeça de negro", tão comum no Brasil, mas a granada tem sido responsável pela destruição de vários helicópteros militares.

Até uma padaria...

Conhecemos então as dez pessoas que formam a "direção comunitária" de Jocoaitique. "É nossa organização que tem permitido a sobrevivência na zona de guerra", diz Tonho, um dos dirigentes. E explica: "Mantemos uma farmácia e um armazém comunitários, que distribuem os poucos recursos que conseguimos fazer chegar até aqui. Também temos um projetinho de padaria e outro de granja, implementados com o apoio da igreja. E administramos a justiça, já que nenhum organismo do governo



O radical de direita Alfredo "Fredy" Cristiani (acima, à esq.), da Arena, será o provável vencedor do pleito presidencial, em marco, beneficiando-se da divisão interna dos democrata-cristãos entre Fidel Chávez Mena (acima, à dir.) e Júlio Prendes (abaixo)

funciona por aqui", afirma, com plena consciência do poder paralelo que está ajudando a construir. Jocoaitique é um exemplo das novas estruturas de poder popular, apoiadas pela FMLN, e sua "direção comunitária" participa do Padedcom.

"Nosso maior problema é o exército", diz Luísa, outra líder local. "Eles realizam prisões arbitrarias e não nos deixam trabalhar. Chegamos a um acordo com o comandante da guarnição de San Francisco Gotera, para que não houvesse bombardeios em um perímetro de 2km ao redor do povoado, onde plantaríamos. Temos ali nossas *milpas* (roças de milho), mas o exército nem sempre respeita o acordo", conclui ela, apontando um cultivo destruído por uma bomba de 500 libras.

Já íntimos da "diretiva", resolvemos dar uma alfinetada: "O pessoal da FMLN anda livremente por aí. Será que o exército não está certo, quando diz que vocês são camponeses de dia e guerrilheiros à noite?"

Os dez se entreolharam. A iniciativa foi, mais uma vez, de Luísa: "Eles andam tranquilamente porque não nos perturbam, ao contrário do exército. Somos camponeses". E ponto final.

Sáimos do encontro rodeados por dezenas de crianças, que nos levaram até sua escola, semidestruída pelos estilhaços de uma granada. Como as crianças de todo o mundo, elas pediam que tirássemos fotos, em meio a uma enorme algazarra. Maria, uma morena



simpática, nos explicou que o governo salvadorenho manda apenas um professor a Jocoaitique. "Mas, ele não vem há duas semanas. De qualquer forma, somos nós, os mais velhos, que nos responsabilizamos pela educação das crianças", conclui.

Enquanto conversávamos, chegou a notícia. Um comando da FMLN nos esperava. Simbolicamente, o encontro foi na antiga prefeitura, sede de um poder que não existe mais. Três guerrilheiros, um deles quase do tamanho do fuzil, em seus 13 anos de idade, comandados pela mesma jovem da noite anterior.

"Sentimos muito, mas vocês não poderão entrevistar-se com a direção da FMLN - disse ela - pois estamos esperando o início de operações militares". Insistimos, conversamos, mas não

adiantou. Tivemos que voltar.

Com o equipamento às costas, despedimo-nos da população e, à saída, ainda pudemos ver outro exemplo da simbiose entre guerrilha e igreja popular em El Salvador. Dois combatentes da FMLN tocavam os sinos da igreja popular de Jocoaitique. Algum aviso ao comando rebelde ou apenas a chamada para uma missa? Quem sabe...

O caminho de volta ao rio Torola era só descida, onde todo santo ajuda. No meio da viagem começamos a ouvir os primeiros impactos de canhão, a poucos quilômetros de nós. Era o início das operações militares anunciadas pela FMLN. Um camponês, que não conhecíamos, nos acompanhou de longe. "Ele vai certificar-se de que saímos em segurança", disse meu companheiro, mais experiente. De fato ele nos deixou, discretamente, perto da "garrucha" do rio Torola.

Na estrada de volta a San Salvador, vimos dezenas de caminhões carregados de militares, o que denotava uma grande operação oficial. O número de barreiras na estrada também aumentou muito. Acima de nós, circulavam os helicópteros que realizariam o desembarque de tropas no norte de Morazán.

No dia seguinte, os principais diários salvadorenhos anunciavam o início do *operativo*. No canto de uma página, uma pequena nota indicava a destruição de um helicóptero do exército. Derrubado... por uma "cabeça de negro". Em Morazán, *la hierba se sigue moviendo*. ●

O equilíbrio do terror

O recente desaparecimento do líder paquistanês Zia ul-Haq, na explosão de um avião militar, renova o debate sobre a tensão que domina as relações entre a Índia e o Paquistão, a partir de rivalidades históricas. Segundo peritos, a utilização militar da energia nuclear por ambos os países traz graves riscos e tensões para a região

Mushahid Hussain

A quase permanente tensão entre a Índia e o Paquistão renovou o debate sobre a discutida capacidade do arsenal atômico em desempenhar, também nessa região do sul da Ásia, um papel similar ao que lhe foi atribuído na relativa estabilidade das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, desde a Segunda Guerra Mundial. No entanto, há peritos que acreditam que os riscos são bem maiores no caso da Índia e do Paquistão.

Os críticos do equilíbrio nuclear explicam que a rivalidade entre as duas nações asiáticas difere, em aspectos fundamentais, da que existe entre as superpotências, embora advirtam que "isto não significa que os líderes indianos ou paquistaneses sejam menos racionais que os das potências nucleares".

Os dois populosos vizinhos do sul asiático já se bateram em guerra por três vezes, desde que se tornaram independentes da Grã-Bretanha, em 1947. A Índia detonou um artefato nuclear em 1972, mas anunciou sua intenção de não desenvolver armamentos desse tipo e de utilizar tal energia apenas para fins pacíficos. Por seu lado, o Paquistão também nega objetivos militares ao programa que desenvolve, muito embora diversos cidadãos paquistaneses tenham sido presos em países ocidentais, sob a acusação de tentarem contrabandear equipamentos utilizados na indústria militar atômica.

Apesar das mútuas negativas oficiais, a maioria dos especialistas acredita que ambos os países cruzaram a fronteira nuclear no ano passado. No recente informe do Instituto Carnegie para a Paz, com sede em Washington, assinala-se que o Paquistão produz atualmente cer-



A bomba: arma no debate indo-paquistanês

ca de 63 quilos anuais do urânio apropriado para uso militar, quantidade suficiente para a produção de quatro bombas atômicas. No caso da Índia, o informe indica que o país armazena de 100 a 200 quilos de plutônio, o suficiente para a construção de 100 bombas até 1991.

Nenhum dos dois países precisa de

misséis para lançar suas cargas atômicas, porque os aviões de combate que já possuem podem fazê-lo. A Índia tem caça-bombardeiros avançados, como o Jaguar, fabricado no país sob licença anglo-francesa, e o MIG-27, de fabricação soviética e capaz de transportar cargas nucleares de até duas toneladas, para um raio de ação de 1.500km. Isso lhes permite alcançar todas as cidades e objetivos militares ou econômicos importantes do Paquistão.

O regime de Islamabad, por sua vez, dispõe dos caça-bombardeiros norte-americanos F-16, com raio de ação de 1.200km, e do Mirage francês, com autonomia de 1.400km. O informe Carnegie, intitulado "Armas nucleares e segurança no sul da Ásia", consumiu dezoito meses de trabalho de uma comissão, presidida pelo perito em assuntos nucleares Leonard Spector e composta por mais 18 especialistas na política da Ásia meridional. O informe, de 165 páginas, contém a mais detalhada informação sobre as atividades nucleares na região e expressa o pensamento norte-americano sobre o assunto.

Rivalidade no plano nuclear

"A hostilidade e o receio, que marcam desde muito tempo as relações indo-paquistanesas, são os mesmos impulsos que alimentam sua rivalidade no plano nuclear", afirma o documento. O estudo assinala que a Índia se vê impedida a desenvolver um programa de armas atômicas, devido a diversos problemas de segurança, entre eles a potencial ameaça nuclear de seu vizinho do norte, a China, com a qual sustentou um curto, porém intenso, conflito armado na região do Himalaia, em 1962.

"Os receios da Índia em relação a uma intervenção das superpotências na Ásia Meridional, combinados com suas aspirações de potência de primeira

grandeza, são os fatores subjacentes a sua insistência em manter aberta a opção nuclear", afirmam os especialistas.

Os investigadores do Instituto Carnegie pensam que as ambições nucleares do Paquistão nascem principalmente do reconhecimento da superioridade militar convencional da Índia e de seu potencial na área atômica, embora apontem igualmente, como fator importante, a pretensão paquistanesa de prestígio e influência no mundo islâmico.

Pano de fundo: os siques

Mas a questão nuclear não é a única origem das tensões nas relações entre os governos de Nova Déli e Islamabad. Existem outras razões, como o problema separatista do estado indiano do Punjab. Este estado, que faz fronteira com o Paquistão, abriga os siques, que, embora minoria na Índia, formam a maioria da população daquela região. O primeiro-ministro Rajiv Gandhi acusa o governo paquistanês de apoiar os extremistas siques, que lutam pela criação de um Estado autônomo. A acusação



Gandhi: a Índia no clube atômico

surgiu em meio ao aumento da violência e das vítimas no Punjab, onde já foram mortas mais de mil pessoas, até agora, neste ano. Nova Déli reforçou o número de guardas de fronteira naquela área e deu início à construção de fossos reforçados com arames farpados, para dificultar a infiltração de militantes siques, a partir do Paquistão.

Tropas indianas e paquistanesas já se enfrentaram este ano, em diversas escaramuças, na área do Himalaia, a 6.000 metros de altura, pelo controle do estratégico glaciar de Siachen.

Em função do grau de desconfiança mútua, dos litígios fronteiriços não-resolvidos e da superioridade militar indiana em forças convencionais, os especialistas do Instituto Carnegie crêem ser mínima a possibilidade do Paquistão frear seu programa de armas nucleares.

Segundo um dos peritos, Selig Harrison, os objetivos da não-proliferação deste tipo de armamento dificilmente terão algum sucesso na Ásia meridional, se não ocorrer uma significativa mudança no clima político mundial, em relação ao emprego militar do átomo.

O informe, contudo, apresenta as contradições da política norte-americana. Harrison assinala que tanto a Índia, quanto o Paquistão, podem alegar, legitimamente, que as medidas de não-proliferação da URSS e dos Estados Unidos são discriminatórias. Israel, por exemplo, está livre das restrições que Washington aplica a outros países, em matéria nuclear. O mesmo acontece com a África do Sul, apesar de todas as pressões das Nações Unidas para isolar e condenar o regime racista de Pretória.

Uma bomba de tempo

O Departamento de Energia Atômica da Índia continua com seus planos de concluir a quarta planta de energia nuclear do país. O governo tem desprezado a oposição dos grupos defensores do meio ambiente e as reiteradas advertências de especialistas sobre os perigos do local escolhido para o projeto.

O reator da planta de Narora, a 140km ao noroeste de Nova Déli, de 235 megawatts, de água fortemente comprimida, está programado para entrar em seu período crítico em 31 de outubro.

Os grupos defensores do meio ambiente e organismos de pressão antinuclear questionam a localização do reator por ser perto do Rio Ganges, numa área fértil e densamente povoada. Mas, o que é mais importante: naquela região situa-se uma falha geológica instável, que pertence

à zona sísmica na qual em 1956 ocorreu um grave terremoto.

"O governo nos convidou para uma grande catástrofe, ao continuar com o projeto de Narora", declarou Dhirender Sharma, professor da Universidade de Jawarharlal Nehru de Nova Déli, conhecido por suas contundentes críticas ao programa de energia nuclear hindu.

A preocupação de Sharma - que é autor do livro "O estágio do projeto nuclear da Índia" - é de que um erro técnico ou humano exponha toda a região ao oeste do estado Pradesh Uttar a uma ampla contaminação nuclear. Ele lembrou que a terça parte dos 800 milhões de habitantes da Índia vive em regiões banhadas pelo rio Ganges, mais abaixo de onde se localiza a central nuclear. Ele alerta, ainda, que o período de vida do reator de Narora é de 25 anos, "depois

dele teremos uma bomba nuclear sepultada, que poderá ser detonada através de um terremoto ou uma sabotagem".

O projeto de Narora começou há mais de 14 anos, depois que a primeira-ministra, Indira Gandhi, prometeu ao povo de Uttar Pradesh seu próprio reator nuclear, nas vésperas das eleições da assembléia nacional.

A demora do projeto de Narora acarretou um excessivo aumento do orçamento original - dos 148 milhões de dólares projetados, se passou a um custo atual de 394 milhões de dólares.

Sharma disse que não abandonará seus esforços para convencer os membros do parlamento de que o projeto de Narora representa um perigo para o norte da Índia. Caso falhe nessa sua tentativa, apelará à Corte Suprema.

O clube nuclear

A incorporação de quatro nações do Terceiro Mundo ao restrito grupo de países que já dominam o processo de produção e detonação de armas nucleares altera o cenário internacional

Um dos últimos números da revista "Newsweek", de 11 de julho último, publica uma reportagem sobre os países do Terceiro Mundo que, nos últimos anos, entraram no seleto grupo das nações em condições de utilizar a tecnologia atômica para fins militares (que era constituído pelos Estados Unidos, União Soviética, França, Grã-Bretanha e China).

Os novos sócios do clube atômico, segundo as fontes consultadas pela revista norte-americana, são a Índia, o Paquistão, Israel e África do Sul. "Imaginem a Índia lançando um míssil por cima do Himalaia para atingir a China, ou o Paquistão reduzindo Nova Déli a escombros, com a detonação de uma bomba nuclear. Imaginem Israel detonando um artefato atômico sobre Bagdá, no Iraque. Pensem na África do Sul - cercada de inimigos - destruindo o Zimbábue. Nenhum de tais cenários é

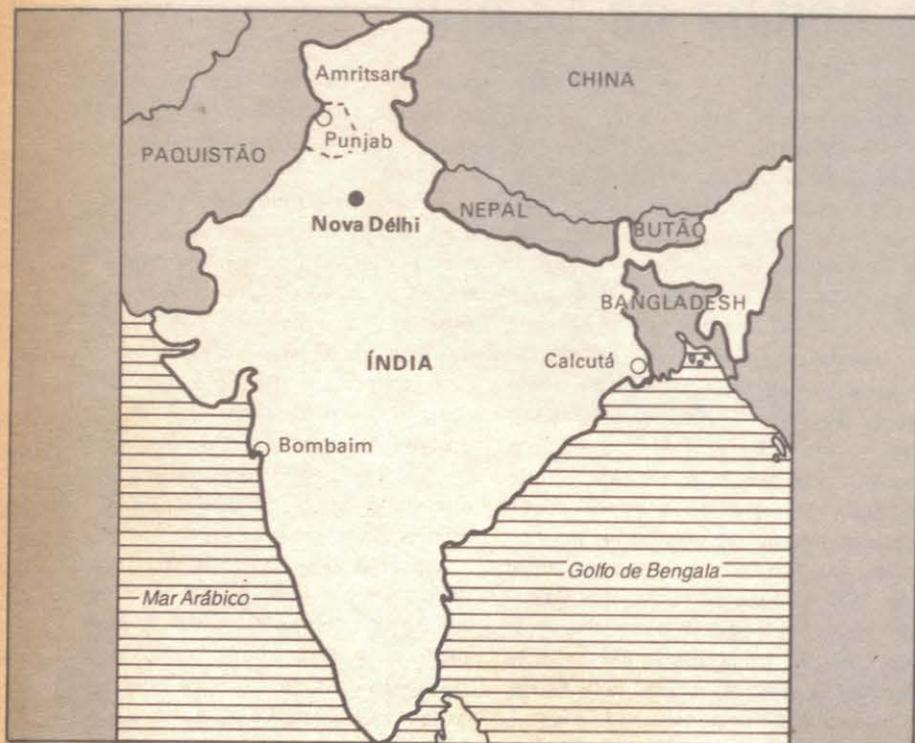
politicamente factível hoje em dia, mas, tecnicamente, uma guerra nuclear entre países do Terceiro Mundo passou a ser uma possibilidade concreta. Estas quatro nações não apenas possuem a bomba, mas dispõem dos recursos tecnológicos para usá-las." Assim, o seu autor, Roy Nordland, começa o artigo onde descreve os avanços dos quatro países na área nuclear, nos últimos anos.

Para estudar o caso israelense, por exemplo, Nordland cita as declarações do técnico nuclear Mordechai Vanunu (veja **terceiro mundo**, nº 102, "Israel: A face oculta" e nº 106: "A ameaça nuclear"). Processado e condenado sob a acusação de alta traição a Israel, Vanunu revelou ao mundo a existência da central nuclear secreta de Dimona, na qual se produzem e armazenam as bombas atômicas israelenses, estimadas pelos especialistas norte-americanos em um mínimo de duzentas.

Quanto à África do sul, o artigo menciona a pressão internacional que obrigou Pretória a cancelar as experiências atômicas no deserto de Kalahari, mas sem conseguir o cancelamento do programa nuclear, desenvolvido por cientistas norte-americanos e ingleses, contratados pelo governo racista. Técnicos do Kennedy School's Center for Science and International Affairs estimam que a África do Sul tem urânio enriquecido em quantidade suficiente para já haver montado de 13 a 21 bombas atômicas.

As instalações nucleares do Paquistão se conhecem, afirma o autor, a partir de fotografias tiradas por satélites, porque o acesso ao centro secreto de enriquecimento de urânio de Kahuta, nas alturas desérticas próximas da cidade de Rawalpindi, jamais foi permitido a qualquer autoridade estrangeira. Quanto à Índia, Nordland afirma que, antes de 1990, o país terá produzido plutônio suficiente para construir mais bombas do que a quantidade que a China possui atualmente. No momento, já teria um arsenal de 20 bombas, quase todas fabricadas nos últimos três anos. Um dos especialistas indianos que trabalha no plano nuclear, Dharendra Sharma, afirma que seu país planeja contar com mísseis balísticos em 1990 e que o objetivo final é colocar a Índia no mesmo nível das superpotências.

Muito aprenderam - para o bem e para o mal - as nações do Terceiro Mundo, que perseguem o controle da tecnologia nuclear, desde o primeiro escândalo, na década passada, quando a Índia realizou sua experiência pioneira, detonando uma bomba "com fins pacíficos", segundo alegou. Hoje em dia, não precisam mais submeter-se aos riscos de uma explosão que será inevitavelmente detectada por sismógrafos e satélites: os simuladores de laboratório permitem evitar a detonação real, com os mesmos resultados. Foi assim que os norte-americanos testaram sua primeira bomba, posteriormente lançada sobre Hiroxima. A segunda, que destruiu Nagasáqui, foi submetida a teste prévio em Nevada. Esta era do tipo que implode, ao contrário da de Hiroxima. É justamente a bomba de implosão o tipo que está sendo produzido pelos países em desenvolvimento.

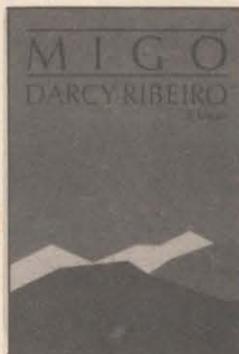


Vizinhos de extensas fronteiras, Índia e Paquistão já foram à guerra três vezes

terceiro mundo postal

FAÇA JÁ SEU PEDIDO - Tel.(021) 252-7440

2 LIVROS DE SUCESSO



MIGO
De: Darcy Ribeiro

Em **Migo** o personagem central é uma força da natureza, um homem em permanente conflito consigo mesmo, capaz da maior vilania ou de diálogo com o absoluto. Raros personagens em nossa literatura fundem com tamanha propriedade e particular e o universal. Humano e comovente, Ageu Rigueira, o Gê, é a confirmação de que todo romance transfigura a vida.

O romance é a reconstrução admirável de uma vida e de um tempo brasileiro.

Darcy Ribeiro - filho de Minas, antropólogo e educador - mais uma vez surpreende seus leitores. 422 pág.

E-178 Cz\$ 6.000,00



AFUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
De: Romero C. Machado

O livro, oferece, não só ao público tradicionalmente leitor, mas também ao julgamento de toda a sociedade brasileira, talvez o título mais polêmico das últimas décadas. Num empreendimento editorial de enorme ousadia, um notável trabalho de investigação jornalística. Sucesso absoluto que se expressa já na 3ª edição em poucos meses. 255 pág.

E-179 Cz\$ 4.000,00

ESTES LIVROS CONTINUAM À SUA DISPOSIÇÃO



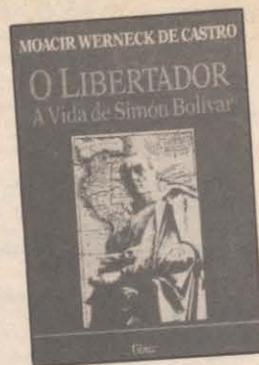
A INTERNACIONAL CAPITALISTA: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO TRANSNACIONAL 1918-1986
De: René Armand Dreifuss

Em a "Internacional Capitalista" René revela as articulações das "elites orgânicas" - um núcleo de agentes planejadores e executores da ação política das classes dominantes internacionais. 544 pág.

E-165 Cz\$ 5.000,00

HISTÓRIA VIVA

3 livros para ler e consultar



O LIBERTADOR
A Vida de Simón Bolívar
De: Moacyr Werneck de Castro

Afinal, uma boa, bela, biografia de Simón Bolívar. Já era tempo. Bolívar é o maior, o mais bravo, o mais lúcido dos protagonistas do fazimento da nossa América. Moacyr aqui nos dá um retrato de corpo inteiro de Bolívar-Libertador, herói de glórias incomparáveis; de Bolívar-ideólogo profético que prefigurou a América Latina como a nossa Pátria Grande que há de ser; e sobretudo de Bolívar-homem, armado da mais alta alegria de viver e do mais capitoso gozo de amar. Tudo isto que faz de Bolívar a figura mais pujante, mais romântica e mais bela de nosso mundo, aqui está, esplêndido. Agarre este livro com as duas mãos e leia, como eu li emocionado. (DARCY RIBEIRO)

E-169 Cz\$ 3.500,00

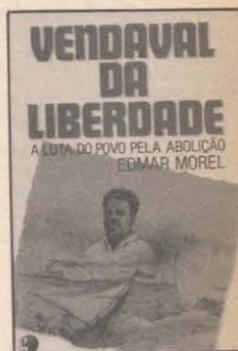


CANUDOS:
A Guerra Social
De: Edmundo Moniz

É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante do final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.

E-170 Cz\$ 3.700,00



VENDA DA LIBERDADE
A Luta do Povo pela Abolição
De: Edmar Morel

Neste seu livro, Edmar Morel reconstituiu o papel desempenhado pelo jangadeiro Francisco José do Nascimento, cognominado o DRAGÃO DO MAR, no contexto da luta pela abolição da escravatura no Brasil.

Estudo objetivo e seguro, mas animado de um frêmito de entusiasmo, o que dá à sua leitura especial interesse **Venda da Liberdade** é obra que revela a ação de um bravo pioneiro no grande combate contra a exploração do trabalho escravo, ainda existente em tantos recantos do mundo, mormente naqueles em que o Imperialismo ou governos impopulares exercem a sua poderosa e opressiva dominação. 217 pág.

E-171 Cz\$ 3.000,00

TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL
De: Celso Furtado

"A decisão de reunir esses ensaios (...) foi motivada pelo desejo de imitar a nova geração a retornar aos estudos dos problemas globais, sem o que estaremos murados no provincianismo intelectual, e continuaremos caudatários de alguma visão do mundo recortada sob medida para que

nos conformemos com nossa secular situação de dependência". (Celso Furtado) 289 pág.

E-156 Cz\$ 3.700,00

NICARÁGUA
NICARAGÜITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA
De: Mirian Goldenberg
156 pág.

E-144 Cz\$ 1.800,00



A HISTÓRIA SECRETA DA REDE GLOBO
De: Daniel Herz

Há um lado da Rede Globo que é invisível para os que se relacionam com essa empresa simplesmente como telespectadores. Há algo que só se percebe por trás da Globo. Há um sentido oculto, no que a Globo representa, que só pode ser percebido quando se tem na mão o atestado de antecedentes dessa empresa. 300 pág.
E-168 Cz\$ 3.700,00

CONSTITUIÇÃO DE CUBA - COMO É E COMO FUNCIONA
De: Osny Duarte Pereira

O autor traça um breve perfil da História cubana - a dominação espanhola, a ditadura de Batista, o movimento 26 de julho e a instalação do poder revolucionário - e analisa o atual texto constitucional. Diz: "Ao ser elaborada a nossa nova Constituição, muitas soluções cubanas, notadamente nos problemas sociais, deverão ser examinadas com respeito pelo constituinte brasileiro." 96 pág.
E-145 Cz\$ 1.200,00

DO EMBUSTE DAS DÍVIDAS EXTERNAS AO ABSUREO DOS PRIVILÉGIOS ÀS EXPORTAÇÕES
De: Jacques Dezelin

Este livro prova que as dívidas externas são um engodo e que os privilégios às exportações servem, exclusivamente, aos interesses dos países desenvolvidos. 352 pág.
E-166 Cz\$ 3.000,00

OUTUBRO E A PERESTROIKA
De: Mikhail Gorbachiov

86 pág.
E-153 Cz\$ 900,00

MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO
De: Mikhail Gorbachiov

77 pág.
E-155 Cz\$ 950,00

NA LUTA SEM PEDIR LICENÇA
De: Eliane Maciel

Depois do sucesso de "Com Licença eu vou à luta", Eliane nos oferece outro livro lúcido, escrito com a cabeça e o coração de quem tem como especialidade não se entregar e botar o dedo nas nossas feridas. 200 pág.
E-161 Cz\$ 2.000,00

A ORIGINALIDADE DAS REVOLUÇÕES
De: Edmundo Moniz

Uma visão abrangente do socialismo no século XX. Começa pela revolução soviética e conclui com a análise do caso particular do Chile de Allende e com a apreciação das guerrilhas latino-americanas. 276 pág.
E-164 Cz\$ 3.500,00

O JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL DEPOIS DE 1964
De: Aylê-Salassié F. Quintão

O livro propõe-se a explicar o desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil, a sua consolidação e o seu papel ideológico. É um livro básico para estudantes e profissionais de comunicação bem como leitores interessados em saber o "porquê" e a função do "econômês" na imprensa brasileira. 212 pág.
E-159 Cz\$ 1.700,00

DESENVOLVIMENTO, CRISE E VISÕES ALTERNATIVAS: PERSPECTIVAS DAS MULHERES DO TERCEIRO MUNDO
De: Gita Sen e Caren Grown

O livro resulta do esforço coletivo da rede DAWN/MUDAR (Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo).

Sintetiza a análise de três décadas de políticas voltadas para a mulher, enfatizando, sobretudo, a última fase que se caracteriza pela forte crise econômica que afeta os países do Terceiro Mundo. 150 pág.
E-158 Cz\$ 2.000,00

1968: A PAIXÃO DE UMA UTOPIA
De: Daniel Aarão Reis e Pedro Moraes

Um panorama político do que foi o ano de 68 no Brasil e no mundo, reunindo mais de 120 fotos inéditas da época.

Wladimir Palmeiras, Jean Marc Wan Der Weid, José Genofino e José Dirceu, são alguns dos ex-líderes estudantis entrevistados nesse livro histórico, que inclui, além da análise dos fatos e das impressionantes fotografias, uma cronologia com os acontecimentos de 20 anos atrás, uma bibliografia específica, e um estudo astrológico sobre o que diziam os astros em 1968. 220 pág.
E-184 Cz\$ 6.400,00

UM OPERÁRIO BRASILEIRO EM CUBA
De: Isaque Fonseca e Sandra Mayrink Veiga

Isaque, um operário, e Sandra, de classe social localizada na outra ponta do novo, se unem para traçar juntos essa aventura: a de um operário brasileiro em Cuba. 172 pág.
E-183 Cz\$ 2.200,00



UM DESAFIO CHAMADO BRASIL
De: Arnaldo Mourthé

O livro consegue não só traduzir em linguagem acessível toda a complexidade da atual crise brasileira como, também, apresentar soluções consistentes para que o Brasil não se transforme definitivamente no pasto do capitalismo internacional, como querem nossas elites no poder. 107 pág.

E-172 Cz\$ 1.150,00



O HOMEM E SUA FICHA
De: Jesus Soares Pereira

Soares Pereira teve seus direitos políticos cassados por dez anos, em abril de 1964, sem qualquer justificativa para tal violência.

Viu-se obrigado a emigrar do Brasil. Antes de abandonar a pátria, no entanto, elegeu o povo brasileiro como Tribunal de Honra e a ele submeteu a candente declaração de princípios e a impecável folha de serviço que é este livro.

Um livro admirável e edificante, que todos os cidadãos dignos deveriam ler. Mais: bem poderia transformar-se em texto escolar, para que as novas gerações tomassem como modelo de conduta a vida de um cidadão excepcional, que colocou o Brasil à frente e acima de quaisquer outros interesses. 266 pág.
E-180 Cz\$ 4.000,00

NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS
De: Samuel de Paula

A dinâmica e contendo da extorsão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples, clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de depositados. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós, 115 pág.
E-073 Cz\$ 1.200,00



CARTAS AO PLANETA BRASIL
De: Geneton Moraes Neto

O que se narra neste livro é dramaticamente real. São depoimentos inéditos, publicados na íntegra, rigorosamente sem cortes que expõem o pensamento completo dos entrevistados: Anthony Burgess, Arnaldo Jabor, Daniel Cohn-Bendit, Francisco Julião, Gilberto Freyre, Gilberto Gil, Gregório Bezerra, Henfil, Hélder Câmara, João Cabral de Melo Neto, João Saldanha, Luiz Gonzaga, Pete Best, Roberto Carlos/Caetano Veloso, Ronald Edwards.

Um documento sobre a história brasileira recente. Fatos e testemunhos até hoje desconhecidos do público. 264 pág.

E-181 Cz\$ 3.200,00

O ESPÍRITO DAS ÉPOCAS
De: Edmundo Moniz

Esta é a quarta edição de O Espírito das Épocas, obra publicada sob o título geral Dialética da Ficção, com ligeiras alterações de forma em alguns ensaios e a inclusão de outros inteiramente novos, representa um dos momentos mais altos do seu fecundo labor intelectual.

Focalizando, entre outros, poetas como Dante e Camões, teatrólogos como Shakespeare e Ibsen, e romancistas como Dostoiéwsk, Balzac e Eça de Queiroz, esta obra evidencia que, para Edmundo Moniz, a poesia, o teatro e o romance não são categorias estéticas que se produzem abstratamente, projetadas para uma dimensão metafísica, mas sim a equação dialética que resulta da interação entre criação espiritual e realidade objetiva de uma determinada época histórica, refletida na inteligência e sensibilidade dos escritores. 216 pág.
E-182 Cz\$ 2.000,00

**LIVROS
EM PROMOÇÃO**

**POLUIÇÃO-ALIENAÇÃO-
IDEOLOGIA**

De: Alilton B. de Souza e
R. A. Amaral Vieira
130 pág.

E-75 Cz\$ ~~700,00~~ 500,00

**O VERÃO DOS
PERSEGUIDOS**

De: José Louzeiro
300 pág.

E-154 Cz\$ ~~1.250,00~~ 950,00

**RAUL SENDIC:
AS IDEIAS DE UM
LÍDER TUPAMARO**

Tradução: Cássia Corintha
Pinto
96 pág.

E-152 Cz\$ ~~1.500,00~~ 1.200,00

**POLÍTICA DA REPRESSÃO
Força e Poder de uma Justiça
de Classe**

De: Luigi Moscatelli
157 pág.

E-132 Cz\$ ~~1.300,00~~ 1.000,00

**RADAMÉS GNATTALI
(Ao piano)**

PROMOÇÃO

Mais que um disco a realização de um desejo: "Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isso em prática".

D-001 Cz\$ ~~1.850,00~~ 1.350,00

CANTORIA 1

Com Elomar, Geraldo Azevedo, Vital Farias e Xangai. Gravado ao vivo no Teatro Castro Alves, em Salvador.

Lado A: **Novena** (Geraldo Azevedo, Marcus Vinicius); **Sete Cantigas para Voar** (Vital Farias); **Cantiga do Boi Incantado** (Elomar); **Kukukaya** (Cátia de França); **Ai que Saudade de Océ** (Vital Farias); **Ai d'Eu Sodade** (tradicional).

Lado B: **Semente de Adão** (Geraldo Azevedo, Carlos Fernando); **Viramundo** (Gil, Capinam); **Cantiga do Estradar** (Elomar); **Saga da Amazônia** (Vital Farias); **Matança** (Jatobá); **Cantiga do Amigo** (Elomar).

D-008 Cz\$ 2.700,00



CANTORIA 2

Com Elomar, Geraldo Azevedo, Vital Farias e Xangai. Participação especial do ceguinho cantor goiano Francisco Aafa.

Lado A

ABERTURA - Xangai, Elomar, Vital e Geraldo
- Desafio do Alto da Catingueira (Elomar)

- Repente (Vital Farias)
- Novena (Geraldo Azevedo/Marcus Vinicius)

ERA CASA ERA JARDIM/VEJA MARGARIDA (Vital Farias) Vital, mais Geraldo no violão

SABOR COLORIDO (Geraldo Azevedo)

MOÇA BONITA (Geraldo Azevedo/Capinam) Geraldo, com Xangai no vocal

NA QUADRA DAS ÁGUAS PERDIDAS (Elomar) Elomar, com Geraldo, Vital e Xangai nos vocais

CANTILENA DE LUA CHEIA (Vital Farias) Vital, Geraldo, Eleomar e Xangai

Lado B

ARRUMAÇÃO (Elomar) Francisco Aafa, em participação especial

SUITE CORRENTEZA - Elomar, Xangai, Geraldo e Vital
- Barcarola do São Francisco (Geraldo Azevedo/Carlos Fernando)

- Talismã (Geraldo Azevedo/Alceu Valença)

- Caravana (Geraldo Azevedo/Alceu Valença)

ESTAMPAS EUCALOI (Helio Contreiras)

Xangai, com Geraldo no Violão
SAGA DE SEVERININ (Vital Farias)

Vital
CANTIGA DE AMIGO (Elomar)

Elomar, Xangai, Geraldo e Vital
D-009 Cz\$ 2.950,00

O SOM DA NOSSA GENTE

JAZZ BRASIL - JOÃO CARLOS ASSIS BRASIL

Swing: virtuosismo no piano de João Carlos Assis Brasil, com músicas inéditas de seu irmão Victor e de Radamés Gnattali, e mais Tom Jobim e Wagner Tiso, este em participação especial.

Lado A: **Steps** Victor Assis Brasil; **Waltzing** Victor A. Brasil; **Arroio** Victor A. Brasil; **Waving** (Victor A. Brasil); **Chorava** Wagner Tiso, a 2 pianos.

Lado B: **Maneirando** (Radamés Gnattali); **Sobre Tom**, improviso-homenagem: Wave (Tom Jobim); **Eu Preciso de Você** (Tom e Aloisio de Oliveira), Estrada Branca (Tom e Vinicius), Moonlight Daiquiri (Tom Jobim), **Eu Te Amo** (Tom e Chico Buarque), **Pela Luz Dos Olhos Teus** (Vinicius de Moraes), **Samba De Uma Nota Só** (Tom e Newton Mendonça); **Negaceando** Radamés Gnattali; **Aos velhos amigos** Wagner Tiso.
D-004 Cz\$ 2.400,00



QUARTETO NEGRO

Paulo Moura no sax e clarinete, Zezé Motta na voz, Djalma Corrêa na percussão e Jorge Degas no baixo, violão e voz. Lançado no mês do Centenário da Abolição, em espetáculo especial no Olympia de Paris. O LP sai simultaneamente no Brasil e na Europa.

Lado 1: **Folôzinha** Marku Ribas/Reinaldo Amaral; **Sobre as Ondas** (Jorge Degas); **Meren-gue** Adler São Luiz; **Festas da Xica** (Paulo Moura); **SEMBA** Jorge Degas/Zezé Motta

Lado 2: **Zumbi** Gilberto Gil/Wally Salomão; **Brucutu**

(J.Degas/D. Corrêa); **Gêlsa** Roberto Guima; **A Quêlé Menina** (Djalma Luz); **Taisho-Koto** (Djalma Corrêa).

D-007 Cz\$ 2.600,00

CONSERTÃO

Álbum duplo com Elomar, Arthur Moreira Lima, Paulo Moura e Heraldo do Monte, mostrando a capacidade do músico brasileiro em arranjar, improvisar, pintar e bordar.

Lado A: **Estrela Maga dos Ciganos / Noite de Santo Reis; Na Estrada das Areais de Ouro; Campo Branco** (Elomar).

Lado B: **Encelença prá Terra que o Sol Matou; Trabalhadores na Destoca** (Elomar); **Pau de Arara** (Luís Gonzaga); **Festa no Sertão** H. Villa-Lobos.

Lado C: **Valsa da Dor** (H. Villa-Lobos); **ENINIA** (Codó); **Valsa de Esquina n° 12** (Francisco Mignone); **Espinha de Bacalhau** (Severino Araújo).

Lado D: **Pedacinhos do Céu** (Waldir Azevedo); **Corban** (Elomar).

D-006 Cz\$ 4.400,00

**OS VILLA-LOBOS
MAIS ORIGINAIS DO
MERCADO EM LP**

**A FLORESTA DO
AMAZONAS**

Wagner Tiso, Ney Matogrosso e Assis Brasil redescobrem a obra de Villa-Lobos. Uma recriação desta obra-prima, a partir de manuscrito inédito para piano recém-descoberto no Museu Villa-Lobos. São as suítes **Na Floresta**, **Além da Floresta** e um improviso, unindo o piano Steinway aos modernos sintetizadores e samplers. Participação especial de Jaques Morelenbaum (violoncelo) e Jurim Moreira (percussão).

D-002 Cz\$ 2.500,00

VILLA-VIOLÃO

Turibio Santos apresenta a obra completa de Villa-Lobos para violão solo. Um dos acervos mais importantes do Século XX, o violão de Villa-Lobos é revisitado por seu maior especialista. No LP, os 12 Estudos, os 5 Prelúdios e Choros n° 1.

D-003 Cz\$ 2.300,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados. com desconto que tiver direito, () assinante () não-assinante

Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel:
Profissão

comprador

TABELA DE DESCONTOS

REVISTA Nº 114

- 5% Para pedidos acima de Cz\$ 10.000,00
- 10% Para pedidos acima de Cz\$ 15.000,00
- 12% Para assinantes com pedidos acima de Cz\$ 10.000,00
- 15% Para pagamento antecipado de pedidos acima de Cz\$ 15.000,00

**PREÇOS
VÁLIDOS
ATÉ
10.NOV.88**

CÓDIGO	QUANTIDADE								

Assine terceiro mundo

•Descontos
até 35%

•Brindes

APLIQUE EM BOA INFORMAÇÃO E GANHE, VOCÊ E OS AMIGOS.



Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	5.800,00	5.800,00	-
2	5.600,00	11.200,00	-
3	5.300,00	15.900,00	1 Livro de nossa escolha
4	5.150,00	20.600,00	3 Livros de nossa escolha
5	4.700,00	23.500,00	1 Assinatura de "cadernos"

OFERTA VÁLIDA ATÉ 10.Nov.88

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag.Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.: Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa	4 Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.: Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa
2 Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.: Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa	5 Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.: Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa
3 Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.: Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa	REMETENTE Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.:

As ruas clamam por mudanças

O regime voltou a endurecer, mas já não poderá ignorar as manifestações de massa por uma ampla democratização e mudanças econômicas

Philip Smucker

O hospital de Rangun, um edifício de tijolos aparentes vermelhos construído pelos ingleses no centro da capital, tornou-se o símbolo do novo poder popular que se afirma na Birmânia. A última onda de violência, que se espalhou pelas principais cidades do país, em agosto e setembro, causou a morte de mais de mil pessoas, segundo informações não-oficiais.

Mas, a pressão popular forçou o homem forte do país, Sein Lwin, a abandonar a presidência, no início de agosto, apenas duas semanas após ocupá-la, passando-a a Maung Maung, afastado por sua vez, pelo general Saw Maung, no dia 17 de setembro.

Naqueles dias agitados, o hospital-geral, repleto de jovens feridos durante as semanas de rebelião, converteu-se no ponto dos manifestantes.

Plebiscito para democratizar

A renúncia de Sein Lwin, general de linha dura, no início de agosto, levou calma momentânea ao país: os negócios retomaram a rotina, mas por toda parte apareciam cartazes reclamando reformas democráticas, e os monges budistas os liam para os transeuntes. Tais reformas queriam dizer, basicamente, a realização de um plebiscito, no qual os quase 39 milhões de birmaneses pudessem manifestar se querem um sistema pluripartidário ou se preferem a manutenção do sistema de partido único imposto por Ne Win, após o golpe de 1962.

Os monges e os estudantes foram o centro dos últimos acontecimentos. Os círculos diplomáticos consideram que o

fechamento das escolas e a frustração política levaram os estudantes a atuar como catalizadores do descontentamento e provocaram o surgimento de uma espécie de "poder popular".

As bem organizadas manifestações voltaram a ganhar as ruas, poucos dias depois da renúncia de Sein Lwin, mobilizando centenas de milhares de pessoas contra as políticas governamentais e o próprio regime, apesar da dura repressão, por fim suspensa pelo novo presidente Maung Maung, antigo ministro da Justiça, que se comprometeu a convocar um plebiscito ou renunciar, se fosse impedido de realizar a consulta pelo Partido do Programa para o Socialismo.

Regime em descrédito

Alguns observadores consideram que a rebelião foi uma contra-revolução, dirigida por uma vanguarda estudantil, com o objetivo de varrer da cena política líderes senis, responsáveis pelo encaminhamento da Birmânia a uma



Estudantes e monges budistas catalisaram o descontentamento social e desencadearam um processo que parece longe do final

concepção muito particular de socialismo (no fundo, um capitalismo de Estado) que, na opinião de muitos analistas, conduziu ao isolamento político e à ruína econômica (ver **terceiro mundo** nº 108: *Birmânia: o socialismo isolado*).

Manifestações que se acentuaram no



A cada promessa do presidente Maung Maung as multidões insistiam na mudança completa do regime, através da criação de um governo provisório e da instauração do pluripartidarismo. À revelia do regime, o primeiro-ministro deposto em 1962, U Nu, liderou no início de setembro a criação de um novo partido, a Aliança para a Democracia e a Paz.

início deste ano levaram, seis meses mais tarde, à aposentadoria de Ne Win e à transferência do poder a Sein Lwin, que não resistiu à intensificação dos protestos de rua, renunciando ao final de duas semanas. Há quem diga que Ne Win continua a manipular o poder, antes por Sein Lwin, depois através de Maung Maung, e agora por trás do general Saw Maung, e muitos estão certos de que as manifestações não desaparecerão.

Os estudantes afirmam que a maior parte do povo birmanês duvida das promessas do regime, por considerá-las apenas uma tentativa governamental de ganhar tempo e adiar as reformas exigidas. A mesma descrença move os jovens com relação ao regime dito "socialista", o que fez com que eles buscassem inspiração nas idéias ocidentais sobre democracia, mais do que no marxismo.

Enquanto mostrava a correspondentes estrangeiros locais onde houve mortes, nos confrontos entre manifestantes e policiais, um estudante assegurou que "nos levantaremos em armas, se nossas reivindicações não fo-

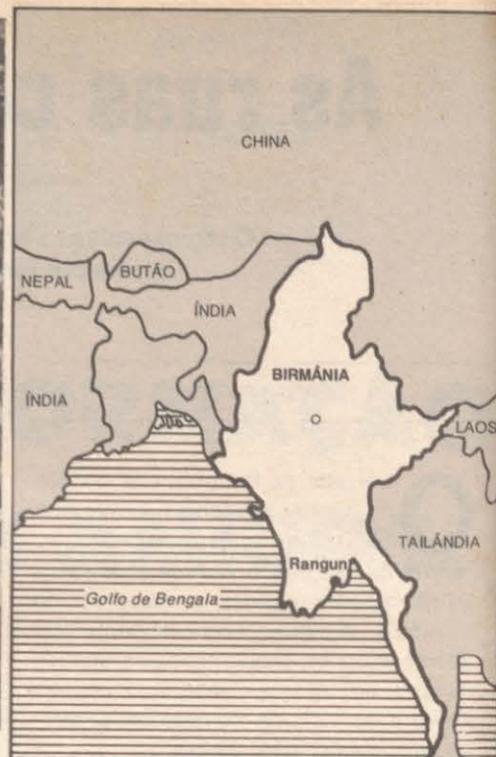
rem atendidas", enquanto outro comentava que "pediremos ajuda ao governo dos Estados Unidos".

Alguma coisa diferente

Um diplomata oriental comentou que "o governo acredita que o movimento estudantil foi gerado pelos planos ocidentais de estabelecer influência sobre a Birmânia, pois os jovens buscam apoio norte-americano para sua luta".

O sistema birmanês teme o Ocidente e sua possível influência e tal atitude remonta aos dias da exploração colonial por parte da Grã-Bretanha. A mesma atitude produz uma oculta curiosidade, quanto aos frutos proibidos da livre expressão e da livre empresa.

Os 39 milhões de birmaneses vivem uma situação paradoxal: representam uma das sociedades do Terceiro Mundo que gozam dos mais elevados índices de alfabetização, mas, simultaneamente, estão entre os povos mais pobres do mundo. A taxa de alfabetização de 80% refletiu-se, por exemplo, na consciência que os manifestantes demonstraram ter sobre o poder dos meios de comunica-



A Birmânia tem 676.552 km² e uma população de 37.150.000 habitantes, a maioria dos quais se dedica a atividades agrícolas

ção para o sucesso dos protestos.

Os economistas culpam o controle estatal pela pobreza, que submergiu a Birmânia numa dívida externa de 5,3 bilhões de dólares, o que corresponde a 100% das exportações num ano. Considera-se contraditório que o governo se diga interessado no desenvolvimento econômico, quando se aterra a práticas burocratizadas e ao expediente dos favoritismos. Aponta-se como um fracasso da política econômica oficial o surto do mercado negro, que movimentava um comércio anual estimado em 3 bilhões de dólares, o que lança por terra qualquer tentativa de dar credibilidade às empresas estatais e ao sistema oficial de regulação de preços. Igualmente fere a compreensão popular a destinação de 50% do orçamento nacional para fins militares.

O acúmulo de erros e o julgamento dos cidadãos sobre o regime podem ser ilustrados pelas cenas diárias de mendigos nas ruas, brigando por restos de comida: "Não queremos que o país se transforme num cenário de guerra, mas são chocantes os resultados do sistema. Por isso, lutamos por algo novo", explicou um jovem militante de Rangun. ●

Unidade sem fronteiras de classe

Uma testemunha ocular dos combates revela aspectos inéditos do levante em Gaza e na Cisjordânia



A pedra é a arma dos dez meses de rebelião palestina na Cisjordânia e Gaza, num duelo desigual contra os fuzis israelenses

David Finkel*

O levante palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza continua sem interrupções há mais de oito meses. Os últimos acontecimentos mais dramáticos incluem o assassinato, em Túnis, do líder da OLP Abu Jihad por um comando do exército israelense; contínuas paralisações do comércio nos

territórios ocupados e a prisão de mais de mil palestinos nos campos de concentração, principalmente no campo denominado "Ansar 3", recentemente construído. Mas também como represália pela morte de um adolescente israelense, baleado por um guarda-costas ultradireitista também israelense, uma dúzia de casas palestinas foram dinamitadas pelas forças de ocupação. E como se tudo isso não bastasse, há informações de que Israel prepara uma nova invasão de grande porte no sul do Líbano.

Marty Rosenbluth é um militante

norte-americano que há três anos vive em Ramallah, cidade palestina da Cisjordânia. Trabalha como investigador do serviço jurídico da agência palestina Al-Haq (o direito a serviço do homem), e presenciou o desenvolvimento da rebelião. Durante recente visita aos Estados Unidos, concedeu-nos a seguinte entrevista:

O que faz com que a rebelião palestina venha se mantendo por tanto tempo? Independente do ódio que possam sentir os árabes nos territórios ocupados, é impossível que um movimento com essas ca-

* Editor da publicação norte-americana "Against the Current" - 7012 Michigan Avenue, Detroit - MI. 48210 - (Contra a Corrente), da qual foi extraída essa entrevista.



O corpo do palestino de 14 anos é levado por amigos

características possa se prolongar por tanto tempo sem uma organização sólida e objetivos claramente definidos.

— A greve geral tem sido mais ou menos contínua desde 9 de dezembro de 1987. A televisão do Ocidente mostra as lojas fechadas, mas não dá idéia de que isto está ocorrendo todos os dias. Existem diferentes organizações de base que cumprem um papel destacado. A rebelião não se limita aos jovens que atiram pedras contra os soldados israelenses. Estende-se a toda a comunidade palestina, desde crianças de 5 e 6 anos até vovôs de noventa anos, sem diferenças religiosas, de geração, de classe ou de tendências políticas.

Existe um comitê de coordenação composto por um representante de cada uma das organizações políticas que têm alguma significação nos territórios ocupados. Al Fatah, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP), a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), o Partido Comunista da Palestina (PCP), todos integrantes da OLP, além da organização Irmandade Muçulmana.

A rebelião é tão generalizada que se torna impossível para cinco ou seis pessoas determinarem a um milhão e meio o que têm de fazer. O comitê está sabendo o que se passa nas ruas, coordena esta atividade, e dessa forma evita que se crie o caos.

O que o povo pensa conseguir?

— Se conversarmos com operários ou camponeses palestinos, a maioria deles dirá que deseja viver em paz na sua terra, sem invasores que mandem neles. Há palestinos que viveram primeiro sob a colonização britânica, depois sob a administração jordaniana e agora sob a ocupação de Israel. Estão fartos. Desejam realizar seus negócios, desenvolver a econo-

mia e a sociedade sem ter que pedir permissão a nenhum governo estrangeiro.

O palestino médio não tem muito interesse em raciocínios políticos muito elaborados, mas quer desfrutar dos mesmos direitos e garantias que qualquer cidadão goza, inclusive o direito de cometer erros. Os palestinos não confiam nem no rei Hussein, da Jordânia, nem no presidente Mubarak, do Egito¹. Apesar de, às vezes, estarem em desacordo com algumas das políticas da OLP, reconhecem claramente esta organização como sua representante.

Que opinião o cidadão palestino comum tem quanto à proclamação de um Estado independente?

— Quando consultados a respeito, os palestinos dos territórios ocupados respondem sempre que muitos deles têm acumulado riquezas nos países produtores de petróleo do Golfo e em outras regiões do mundo. Estariam dispostos a investir na sua terra se se proclamasse o Estado independente. Contam também com o oferecimento de uma ajuda internacional considerável.

O problema mais difícil de resolver é o dos refugiados na Faixa de Gaza, Líbano, Jordânia, Síria e o restante da diáspora palestina. Uma vez proclamado o Estado independente, seriam tomadas as providências necessárias para

a repatriação e alojamento de centenas de milhares de refugiados, porém a dimensão exata do problema ainda deve ser estudada. Pensa-se que tão logo Israel venha a sentar-se à mesa das negociações, será mais fácil encontrar uma saída para os problemas existentes. No entanto, se Israel não for obrigado a negociar com a OLP, todos sabem que não haverá nenhuma solução possível.

Unidade acima das classes

Você mencionou que existe uma unidade que vai além das diferenças de classe e das tendências políticas. Explique de que unidade se trata.

— A classe média palestina — os comerciantes — participou em massa da rebelião, apesar de ter sido sempre a mais temerosa. No início, sentiam-se confusos sem saber o que fazer, pressionados, de um lado, pelos militares israelenses que os obrigavam a manter suas lojas abertas, e, por outro, pelos jovens palestinos que enfrentavam nas ruas os israelenses.

Por que passaram a adotar uma atitude mais firme?

— Os militares resolveram brutalmente a questão. Depois de uma semana de rebelião, vários comerciantes me disseram: "Podem me obrigar a manter meu negócio aberto. O que não podem é me obrigar a vender meus produtos a alguém". Ao ver os militares israelenses atirarem gás lacrimogêneo dentro de suas lojas, estando eles em seu interior, os comerciantes reagiram fortalecendo sua unidade. Outro fenômeno importante é a cooperação entre todos os setores. Os camponeses doam alimentos aos comitês que se ocupam de prestar solidariedade aos campos de refugiados; os proprietários de terras arrendadas evitam cobrar dos camponeses que não estão em condições de pagar. O sindicato dos trabalhadores metalúrgicos se encarregou de reparar as portas das lojas danificadas pelo exército israelense e, também, colocar portas nos restaurantes. Os médicos prestam seus serviços gratuitamente aos feridos que temem apresentar-se nos hospitais, onde podem ser detidos.

— Não é algo espontâneo. Trata-se de



A bandeira, sinal da afirmação nacional

ações totalmente organizadas. Existe uma poderosa corrente de solidariedade voluntária nas bases do movimento.

Quando a comissão agrícola e o comitê médico de solidariedade chegaram ao acampamento de Jalazoun, após quatro dias de toque de recolher, a população não aceitou a ajuda em alimentos. Receberam o auxílio médico e disseram que era melhor que levassem os alimentos para Gaza: "Nós temos fome, mas o povo de lá necessita mais".

O pacifismo e a esquerda em Israel

Que papel desempenham, na sua opinião, a esquerda e as organizações pacifistas israelenses?

– Basicamente, pelo que tenho visto e discutido com amigos israelenses progressistas, a ofensiva das forças de direita é muito mais forte que a resposta da esquerda. No entanto, a reação existe.

Agora há uma cooperação um pouco maior entre os grupos judeus progressistas e as organizações árabes. O problema é que o movimento pacifista mais importante, o Paz Agora, está totalmente vinculado ao Partido Trabalhista. Seu apelo à mobilização popular é fra-

co. O movimento, inclusive, não propõe acabar com a ocupação, e sim "humanizá-la". Alguns dos dirigentes do Paz Agora formulam a política repressiva atualmente aplicada nos territórios ocupados.

A diferença entre esta rebelião e a que ocorreu na guerra do Líbano está na ausência de baixas do lado de Israel. Apenas um soldado foi morto desde que começou o levante. Além dis-

Nesta viagem percebeu alguma mudança na relação entre Estados Unidos e Israel?

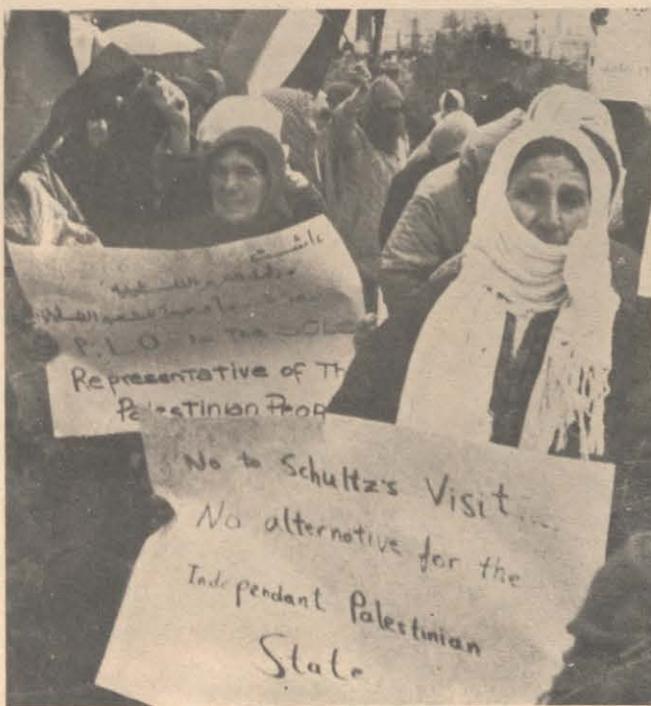
– Estou surpreso. Falei com muitos judeus norte-americanos que estão realmente impressionados com a situação em Gaza e na Cisjordânia. Penso que dentro da comunidade judaica norte-americana, a maioria – não as organizações e sim as pessoas – está reexaminando as coisas. Alguns porta-vozes de instituições judaicas têm reduzido tudo a uma questão de anti-semitismo. BaiB'rith e a Liga contra a Difamação têm publicado páginas inteiras nos jornais apoiando o papel de Israel nos territórios ocupados. No entanto, as pessoas simples, como meus pais e amigos, por exemplo, questionam o que está acontecendo.

Repressão brutal

O tema das brutalidades cometidas pelos soldados israelenses é questão dolorosa. Vários meios de informação têm mostrado detalhes da repressão. Gostaria de que nos falasse sobre esse aspecto.

– Mencionei antes um caso ocorrido em Ramallah, onde as tropas jogaram grande quantidade de gás lacrimogêneo dentro de uma loja e prenderam o proprietário dentro. Aquele comerciante estaria morto se não fosse a ajuda dos vizinhos, que quebraram os vidros das janelas e o

retiraram. Várias horas mais tarde, em um hospital, o homem – com máscara de oxigênio – ainda sofria convulsões tão fortes que eram necessárias várias pessoas para segurá-lo. Muitas horas depois ainda era impossível entrar na loja atingida porque o efeito dos



A participação feminina é intensa nas manifestações

so, as brutalidades do exército israelense não são mostradas na TV. O noticiário de maior audiência da televisão israelense disse, num dia em que três ou quatro palestinos haviam sido assassinados: "Um dia tranquilo transcorreu hoje nos territórios ocupados".

gases persistia.

Não está claro se essa brutalidade é programada ou se são atos isolados, nem se está ou não sob o controle dos chefes militares. A política de espancar a população com cassetetes e de difundir o medo, no entanto, não começou em dezembro, mas muito antes. A Al-Haq e outras organizações têm documentado de forma indiscutível violências indiscriminadas e sistemáticas.

A mudança ocorrida a partir de dezembro é que essa política se tornou pública e passou a ser praticada em maior escala.

Isso significa que há um aval do governo para a brutalidade do exército de ocupação?

– Vejamos um exemplo claro: um grupo de médicos norte-americanos viajou pelos territórios ocupados e observou com raios X os ossos quebrados de vários jovens palestinos internados em hospitais de uma extensa área. Os médicos chegaram à conclusão de que o exército israelense devia ter dado aulas aos seus soldados sobre como quebrar os ossos dos braços, esticando-os e golpeando-os com um objeto plano.

Os norte-americanos, especificamente os judeus norte-americanos, devem buscar a forma, junto com os próprios israelenses, de acabar com isso. O processo de desumanização da pessoa do palestino na psicologia do soldado israelense – a ponto de permitir-lhe colocar um comerciante num recinto fechado e atirar gás lacrimogêneo dentro, ou tirar pessoas de suas casas e espancá-las durante noites inteiras – é muito perigoso. Não está muito longe da psicologia que permitiu aos militares alemães fechar as portas das câmaras de gás.

Os palestinos-israelenses

Como o levante afetou os palestinos que são cidadãos israelenses?

– A transformação começou muito antes do levante. Quando a linha divisória entre os territórios ocupados e o Estado de Israel começou a tornar-se difusa para os israelenses, um fenômeno semelhante ocorreu com os palestinos. Durante os últimos cinco anos,



A caminho da prisão, sob vigilância

muita gente que se considerava árabe-israelense passou a se identificar como palestino. Essa mudança de consciência teve seu ponto marcante em 21 de dezembro, quando a população palestina que vive em Israel, em lugares onde jamais havia ocorrido nada, decidiu apoiar a greve geral deflagrada nos territórios ocupados. Assim deixaram claro que estão fartos de ser discriminados. Não teriam se solidarizado com a rebelião se estivessem felizes na condição de palestino-israelenses.

O fato causou comoção em Israel. Muitos judeus israelenses pensavam que os palestinos com cidadania israelense eram felizes. Não se surpreenderam ao ver manifestações de protestos em lugares como Nazareth ou Umm al-Fahm, onde está concentrada a maior oposição palestina dentro de Israel, mas ficaram surpresos com as manifestações em Jaffa, onde não havia antecedentes nesse sentido.

Você se referiu ao trabalho de solidariedade. Quais são as dificuldades neste terreno?

– O exército israelense tratou efetivamente de bloquear a solidariedade aos territórios ocupados. Um exemplo: na cidade de Bir Zeit (Cisjordânia), um jovem caminhoneiro, que estava longe de ser um ideólogo do levante, teve a idéia de organizar uma caravana de motoristas para levar ajuda alimentar aos campos. Os soldados israelenses invadiram sua casa às duas da madrugada, espancaram-no, destruíram tudo

o que encontraram e ameaçaram levar seus filhos presos caso ele continuasse transportando alimentos para os refugiados.

Em um programa da National Public Radio, em janeiro, você foi mencionado como testemunha ocular de um incidente do qual participaram adolescentes palestinos, os meios de informação e o exército israelense. O que foi que presenciou?

– Quatro rapazes da cidade de Beit Uhr foram espancados e transferidos para um quartel perto de Ramallah. Pouco depois foram libertados e levados para um hospital. Quando tiveram alta, conversaram com um grupo de jornalistas, inclusive os correspondentes do Newsday de Nova Iorque e das cadeias de televisão norte-americana NBC e NPR. Eu estava com a equipe da NBC que ia entrevistá-los. Quando levávamos os jovens para suas casas – já dentro do perímetro urbano – um jipe do exército nos interceptou e ordenou que os deixássemos fora dos limites da cidade. Como os rapazes estavam com medo do que pudesse lhes ocorrer, pediram que os levássemos de volta para Ramallah. Mas antes de chegarmos àquela cidade, outro veículo militar nos obrigou a sair do carro, e um oficial israelense nos disse, em inglês, que deveríamos esperar a presença de um comandante militar.

Meia hora mais tarde chegou o chefe militar mais graduado de toda a área da Cisjordânia, que ordenou a prisão dos jovens. Eles foram retirados do carro da NBC e levados novamente a uma prisão, em Jnaid, de onde foram libertados por falta de provas. Era evidente que haviam sido novamente detidos por terem feito declarações à televisão norte-americana. Dois deles tinham os braços quebrados da primeira vez que foram presos; no entanto, receberam novos golpes mesmo na nossa presença. Ali mesmo lhes vendaram os olhos e os obrigaram a deitar no chão do jipe com os braços para trás. A última notícia que tive deles é que continuavam na prisão de Jnaid. ●

¹ Jordânia e Egito eram responsáveis, quanto à administração, pela Cisjordânia e pela Faixa de Gaza, respectivamente, até 1967, data da ocupação israelense desses territórios.

Literatura e política



Os problemas do continente refletem-se na literatura, diz León, ouvido por Beatriz, Poerner, Gullar e Edilberto Coutinho

Dentro da "Semana da Venezuela", o consulado-geral no Rio de Janeiro e **terceiro mundo** promoveram em 24 de agosto, na sede da revista, uma mesa redonda sobre "A literatura e o processo político e social na América Latina", com a participação dos escritores Adriano González León, da Venezuela, e Edilberto Coutinho, Ferreira Gullar e Arthur Poerner, do Brasil – este último, presidente do sindicato dos escritores do Rio de Janeiro – além de Neiva Moreira e Beatriz Bissio, diretora e editora de **terceiro mundo**, respectivamente.

Os escritores coincidiram na avaliação de que, influenciada pela realidade do subcontinente, um quadro de miséria, subdesenvolvimento e dependência, a produção literária latino-americana é muito matizada, pois existem tantas literaturas, quantos são os países e, mesmo dentro de um único país, é possível encontrar tendências divergentes.

Da mesma forma, concordaram que existe um grande desconhecimento entre as diversas literaturas. Mesmo quando dividem fronteiras e se interessam por aprofundar questões econômicas, como é o caso do Brasil e da Venezuela, assim como dos países da bacia do Prata.

A influência européia e norte-americana e a tendência das grandes editoras em valorizar mais a novela estrangeira do que a nacional foi outro ponto focalizado.

"Quando Ferreira Gullar diz que não lhe interessa se a Europa conhece ou não a sua mensagem, emocionei-me profundamente. É a primeira vez que escuto um escritor latino-americano falar claramente que não almeja ser traduzido ao inglês ou ao francês, porque já se sente gratificado como escritor, mesmo sem essa repercussão. Identifico-me plenamente com ele. Creio que vivemos num continente superior, de

língua superior, com extraordinárias possibilidades de criação", observou o escritor venezuelano González León.

Com o Prêmio, "Biblioteca Breve", da editora Seix Barral (Barcelona, Espanha) pela sua novela "Pais portátil", muito bem aceita pelos meios editoriais da Venezuela e de língua espanhola, em geral, o escritor se referiu ao fenômeno da regionalização não só existente entre os países latino-americanos, mas também entre as diferentes áreas de alguns desses mesmos países. "Os livros que se produzem em Caracas", observou, "não chegam a Maracaibo ou Mérida. Não existe distribuição coordenada. Não só em matéria de literatura, mas também de discografia e música. É o mesmo na Bolívia e no México, onde o que não acontece nas grandes cidades não existe como literatura e arte. É a divisão. Isso está planejado pelas grandes empresas publicitárias, pelos consórcios transnacionais".

Angola-Brasil: As relações históricas

Embaixador em Brasília recebe título de Benemérito do Estado do Rio



No Palácio Tiradentes, o embaixador Romão discursa. Na mesa, à esquerda, sua mulher, Ana de Fátima M. O. e Silva e parlamentares

José Nibeiro

Assistência numerosa e representativa lotou o salão nobre do Palácio Tiradentes para o ato de entrega do diploma de cidadão Benemérito do Estado do Rio de Janeiro ao embaixador da República Popular de Angola, Francisco Romão de Oliveira e Silva. A proposição do líder do PDT, deputado Eduardo Chuahy, foi aprovada unanimemente pela assembléia.

O embaixador Francisco Romão foi saudado pelo autor da proposta e vários outros oradores, que puseram em relevo os laços de amizade que unem historicamente os povos do Brasil e de Angola e a ação eficaz e competente do embaixador Romão em favor do desenvolvimento das nossas relações. A perspectiva de paz na África Austral foi lembrada com entusiasmo pelos oradores, que destacaram o papel histórico do povo angolano na preservação da independência nacional e no decisivo apoio à libertação da Namíbia e à luta contra o *apartheid* na África do Sul.

Em seu discurso de agradecimento, o embaixador Francisco Romão frisou

que a honrosa distinção que recebia "só tem valor, se for entendida como uma prova mais de solidariedade, de reconhecimento e um símbolo de enaltecimento das virtudes do povo angolano, do seu exemplo de luta heróica pela liberdade e independência".

Eis alguns outros tópicos do discurso do embaixador Romão:

Colonialismo - "O trajeto duramente percorrido, desde os longínquos anos de 1482, ilustra bem a dramática experiência do colonialismo, onde os métodos de submissão internos não deixaram nunca de constituir formas de dominação e opressão permanentes do povo angolano".

"A fundação do MPLA-Movimento Popular de Libertação de Angola, em 10 de dezembro de 1956, foi o fator determinante na condução da luta, sob a orientação do saudoso presidente Agostinho Neto."

Paz, otimismo moderado

A Paz - "As perspectivas de paz que se avizinha em Angola são encaradas com otimismo não exagerado. O povo angolano é um povo pacífico. Fez a guerra apenas porque era necessário

garantir a paz. Ao longo de todas estas agressões, Angola sempre defendeu a idéia de que os problemas deveriam ser resolvidos por via do diálogo e não pelo uso da força. Por esta razão, o presidente da República, camarada José Eduardo dos Santos, apresentou sucessivamente várias propostas, que só não foram implementadas, por não terem merecido a necessária atenção das autoridades da África do Sul."

Unita - "É frequente ouvir-se falar da Unita, apresentada pela propaganda, no exterior, como uma organização nacionalista, o que não é verdade. A Unita é, na sua essência, um grupo de bandidos armados, de ambiciosos pelo poder, que se colocaram conscientemente ao lado dos colonialistas portugueses e racistas sul-africanos contra o seu próprio povo. O problema da reintegração de muitos desses elementos à sociedade angolana será resolvido no quadro da política de harmonização nacional, seguida pelo partido e o governo."

Relação com o Brasil - "As excelentes relações existentes entre Angola e o Brasil resultam de uma convivência salutar, alicerçada pela firmeza e clareza de posições assumidas pelo Brasil em relação a um período difícil da história recente de Angola."

"O Brasil foi o primeiro país não-africano a reconhecer a independência da República Popular de Angola."

"O Brasil não concordou nem fez parte do grupo de países ocidentais que pretendiam boicotar Angola, impedindo-a de adquirir produtos provenientes dos países ocidentais, logo após à nossa independência."

"O Brasil é o terceiro parceiro comercial de Angola e abrem-se ótimas perspectivas para se tornar o primeiro."

Ainda no Rio de Janeiro, o embaixador angolano participou, no auditório de **cadernos do terceiro mundo**, de uma reunião de intelectuais brasileiros com o escritor venezuelano Adriano González León. A mesa foi composta, além do embaixador e do conferencista da Venezuela, pelo presidente do Sindicato de escritores Arthur Poerner, os escritores Ferreira Gullar e Edilberto Coutinho e nossos companheiros Beatriz Bissio e Neiva Moreira, diretor e editora da revista, respectivamente.

SUPLEMENTO BRASIL



A promulgação da nova Constituição imprime um selo de novidade à próxima etapa da vida política brasileira. Como todos os cidadãos aprenderam – duramente – ao longo do período de elaboração da Carta, generosos propósitos são incapazes, por si mesmos, de comover a todos ou de modificar situações solidamente instaladas ao longo de décadas. A cidadania brasileira reteve, da experiência dos trabalhos constituintes, que os avanços sociais são difíceis, obstaculizados a cada passo. Mas, pôde viver a experiência de que, mesmo assim, é possível dar alguns passos a mais.

O resultado constitucional, que rege agora a nação brasileira, atesta que vários desses passos estão incorporados ao acordo coletivo de convivência do país chamado Brasil. Mas, será preciso ainda transformar, em realidades e em rotina cívica, o espírito e a letra da lei. Caso contrário, aos dramas antigos, outros novos virão somar-se.

De qualquer maneira, real ou formalmente, o país ingressa numa nova etapa de sua vida política, pois tem a orientar-lhe as relações um documento capaz de assegurar novos caminhos. Será apenas o trabalho de seguir. E o peso desse trabalho será tanto menor, quanto mais tiverem servido de lição as dores sofridas há muito, ou as novas, desses tempos de reconstrução democrática.

Este **Suplemento Brasil** traz ainda uma reportagem sobre a polêmica Ferrovia Norte-Sul, que já pulou das pranchetas para se transformar numa via às vésperas de ter seus primeiros trens em circulação, num trecho de 100km, no sul do Maranhão.

A presença dos escritores José Louzeiro, com reflexões sobre a novela de televisão, e Nelson Werneck Sodré, estudando o fenômeno social do futebol no Brasil, traz ainda ao leitor assuntos de intensa significação cultural.

Norte-Sul: o trem vai correr

A polêmica ferroviária já está a ponto de receber trilhos, num trecho de 100km
p. 48

Constituição: novos caminhos

A nova Carta não elimina os problemas, mas aperfeiçoa os meios de resolvê-los.
p. 52

Panorama Nacional

Assuntos de significação política e social
p. 54

Novela: para confundir ou mudar a ética das elites?

O autor José Louzeiro reflete sobre uma das mais avassaladoras formas de comunicação
p. 60

Grupo Buscón Cuba mostra obra de Benedetti

Grupo cubano colhe aplausos ao mostrar obra de Benedetti em cidades brasileiras
p. 65

Sociologia do futebol

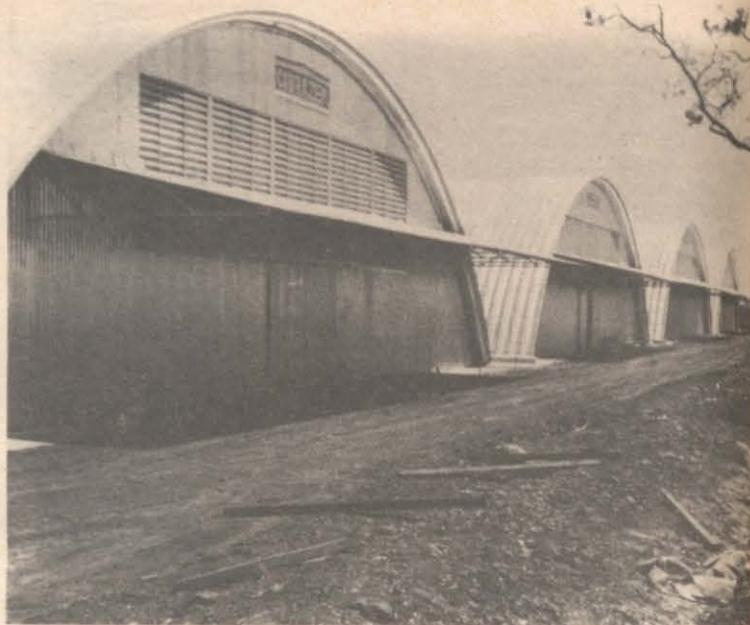
Nelson Werneck Sodré fala do significado social do que se tornou o esporte das multidões
p.66

Opinião: Quando as forças progressistas se unem

Neiva Moreira aponta o quanto podem os progressistas, quando trabalham juntos
p.72

NORTE-SUL, ○

A polêmica estrada-de-ferro está pronta para receber trilhos em seu trecho inicial e desperta ampla região para as possibilidades econômicas que oferece



A Ferrovia Norte-Sul tomou forma em 100km, no sul maranhense, e para ela já surgiram armazéns de carga em Imperatriz



trem vai correr

Procópio Mineiro

Podem falar mal da Ferrovia Norte-Sul em todos os cantos do Brasil, mas não é conveniente fazer as críticas de corpo presente, na extensa e rica região por onde ela passará, principalmente no sul do Maranhão, onde hoje o projeto é uma realidade composta de 100 quilômetros de leito preparado para receber trilhos e, depois, locomotivas, vagões, produção. Lá não pega bem maldizer, como utópico, o projeto que já tem forma e jeito de coisa real.

Numa impressionante arrancada de apenas quatro meses, a Norte-Sul começa a esboçar respostas para os que a consideravam impossível, e prepara-se para o teste da viabilidade, que significa sobretudo induzir a produção num mundo de terras férteis, mal exploradas por falta de estradas ou de transporte barato.

A todo o vapor

Os estudos preliminares relacionados com a área de influência da Ferrovia Norte-Sul indi-

cam que o potencial econômico da região é extraordinário, podendo quase triplicar a produção num espaço de dez anos, até alcançar uma produção total de 30,6 milhões de toneladas em 1995, incluindo artigos agrícolas (soja, arroz, milho), de pecuária, florestais (madeira, carvão) e minerais (calcário, níquel, fosfato), incremento este só possível

diante da oferta adequada de transporte.

A quem sobrevoa a região de Açailândia, pouco ao norte de Imperatriz, no sul maranhense, chama a atenção o avermelhado risco que se prolonga até o horizonte, no que parece uma larga rodovia de terra, serpenteando entre raros morros, numa região de matas rarefeitas, fazendas, sítios e poucas marcas de qualquer lavoura mais extensa ou criação.

O risco é o leito que está sendo preparado para a ferrovia, numa extensão já de 100 quilômetros, alcançando o que será o trecho final da Norte-Sul. O risco

por larga e cuidada estrada de terra, quase pronta para receber asfalto. Mas, ali será estendido um traçado de dormentes e trilhos, já agora, a partir de outubro, tornando real o primeiro trecho construído da Ferrovia Norte-Sul, o que mais tarde será considerado o seu trecho final.

Ao visitante desprevenido causará surpresa saber que, neste fim de ano, haverá trens rodando numa seção da mais discutida obra ferroviária dos últimos tempos. Os debates que provocou só tiveram paralelo nas discussões geradas pela Ferrovia do aço, a complicadíssima estrada-de-ferro das dezenas



As facilidades do terreno deram às obras uma velocidade que surpreendeu os próprios engenheiros

que desemboca na pequena estação de Açailândia significa a junção com a já existente e em pleno funcionamento Estrada-de-Ferro Carajás, que liga o porto de Itaqui, em São Luís, com a Serra dos Carajás, no Pará.

Quando se percorre, já em terra, o que de cima era uma linha avermelhada, anda-se a boa velocidade num carro

de túneis e viadutos caprichosos, nas montanhas mineiras. As duas obras só se assemelham, aliás, no aspecto da importância para o transporte regional.

De resto, o terreno plano, por onde começa a passar a Norte-Sul, cria condições de construção inteiramente diversas da estrada mineira, pois não exige um único túnel sequer e haverá ape-

nas uma ponte de maiores proporções, sobre o rio Tocantins, na altura da cidade maranhense de Estreito.

As facilidades do terreno é que explicam a velocidade com que se avança na Norte-Sul: estes primeiros 100 quilômetros serão entregues em pouco mais de seis meses, pois o cronograma prevê o mês de dezembro próximo como o da

abertura oficial do trecho, cujas obras foram iniciadas no final de maio, num ponto, e em fins de junho, num outro.

A primeira seção da obra é nomeada pela sigla 1AC e compreende 48 quilômetros de extensão, além de outros cinco – a “pera”, em torno da estação de Açailândia – que servirão de pátio de manobras e enlace com a estrada de Carajás.

A segunda seção – ou trecho 2AC – tem 53 quilômetros de extensão e leva a estrada para além de Imperatriz, em direção ao sul. A conclusão dessa primeira fase significa que Imperatriz e áreas vizinhas disporão, desde já, de acesso ferroviário ao interior do Pará e à capital maranhense, S. Luís.

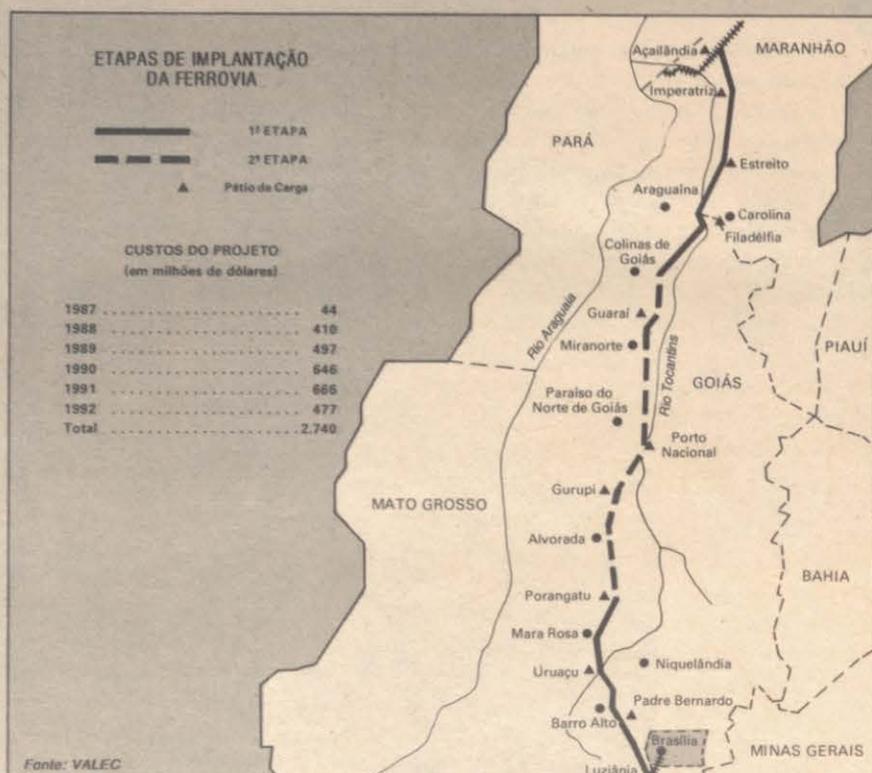
“Podemos dizer que dois aspectos

A ficha da Norte-Sul

A Ferrovia Norte-Sul está projetada para realizar a integração do Brasil Central, via estrada-de-ferro, dinamizar a produção ao longo de seu trajeto e melhorar o nível de competitividade de produtos brasileiros nos mercados internacionais, especialmente Estados Unidos, norte da Europa e área do Mediterrâneo. O fator final dessa melhor competitividade será o complexo portuário de Itaqui, em S. Luís, cujas características de profundidade e localização privilegiada, em relação aos mercados norte-americano e europeu, o tornam uma espécie de “nosso porto no Atlântico Norte”.

A Norte-Sul terá a extensão total de 1.570km, tendo seus pontos extremos em Luziânia, ao sul de Brasília – enlaçando-se aí com o sistema sudeste da Rede Ferroviária Federal – e Açailândia, no Maranhão, onde encontrará a estrada-de-ferro S. Luís-Carajás. Assim, tornará possível que mercadorias do centro-sul ou centro-oeste alcancem Itaqui, com suas consequentes características de custos menores e maior competitividade, no caso de exportações. Em relação ao mercado interno, representará a integração à produção e ao comércio de uma extensa região ainda subaproveitada.

A maior extensão do traçado compreende terreno plano, o que reduz os custos de implantação, e somente uma grande ponte está prevista: será sobre o Tocantins, na ci-



dade de Estreito, com a extensão de um quilômetro. Estes aspectos permitirão que o custo da ferrovia fique em 1,5 milhão de dólares por quilômetro, quase um quarto do custo da Ferrovia do Aço por quilômetro implantado.

Fases

Ferrovia destinada a induzir a produção, integrar mercados e dinamizar a exportação, a Norte-Sul terá ao longo de seu percurso um total de 11 grandes pátios de carga – incluindo os das duas estações extremas, Açailândia e Luziânia. Os demais centros de armazenamento – que funcionarão como pólos regio-

nais – serão Imperatriz, Estreito e Filadélfia, no Maranhão; e Guarai, Porto Nacional, Gurupi, Porangatu, Uruçu e Padre Bernardo, em Goiás.

A construção da estrada-de-ferro está planejada para ser efetuada em duas etapas distintas. Na primeira, serão tocadas as obras dos dois pontos extremos, isto é, 423km entre a cidade de Colinas de Goiás e Açailândia (100km a partir de Açailândia já em conclusão) e outros 475km entre Porangatu e Luziânia, ambas em Goiás.

O segmento do meio – correspondendo a 672km, entre Porangatu e Colinas de Goiás – constitui a segunda etapa de obras e será desenvolvida pela engenharia do Exército.

Potencial Econômico da Área de Influência

Setores	Produção* (1985) ¹	Taxa de Crescimento Anual (%)	Potencial Anual*	Projeção* 1990	1995
Agricultura					
Soja	0,8	10	30	1,3	2,1
Arroz	1,5	9	20	2,4	3,7
Milho	1,4	9	25	2,1	3,3
Pecuária²					
Bovinos	0,5	6	2	0,7	0,9
Peq. Porte	0,2	6	1	0,3	0,4
Florestal					
Madeira	1,9	12	30	3,3	5,9
Carvão	0,2	20	10	0,5	1,2
Mineração					
Calcário	3,1	7	20	4,3	6,1
Níquel	0,5	7	6	0,7	1,0
Fosfato	2,8	8	15	4,1	6,0
Total	12,9	-	159	19,7	30,6

* milhões de toneladas ¹ IBGE ² Abate (peso de carcaça); Fonte: Valec



A ferrovia dinamizará produção de grãos

influem, na realidade, para a velocidade dos trabalhos, permitindo mesmo que estejamos com o cronograma adiantado em cerca de 20%: as condições do terreno e a experiência adquirida pela Vale do Rio Doce Construções-Valec, na construção da ferrovia de Carajás. Estas condições estão permitindo velocidade e custos menores", afirma Cícero Braz, o engenheiro-residente responsável pelas obras dos primeiros 48 quilômetros, a partir de Açailândia.

A dinâmica dos trabalhos não deixa de surpreender os próprios engenheiros, pois a estrada foi rasgada no terreno em praticamente 100 dias, com trabalho nas 24 horas do dia, grande parte do tempo empregando um contingente de 3.000 homens. Dezenas de retro-escavadeiras, tratores, motoniveladoras, caminhões-pipa e caçambas puderam realizar o trabalho com certa facilidade, devido às boas condições do terreno.

A implantação dos trilhos seguirá a mesma dinâmica, pois eles serão deitados no terreno já soldados aos dormentes, o que permitirá que se lancem grades de até 400 metros de cada vez,

aumentando a ferrovia em 3km/dia.

O portal do sul

A pequena cidade de Açailândia, de 70 mil habitantes, começará a transformar-se no elo de união, pois em sua futura estação, estarão se encontrando os comboios vindos do sul de Goiás, com produtos que podem ser também de Mato Grosso, Minas ou até S. Paulo, e os trens de Carajás, vindos do oeste em direção a São Luís. Será uma espécie de portal para o que vier do Sul com o objetivo de abastecer o Norte ou embarcar para os mercados externos, no complexo portuário de Itaquí.

Grande centro regional, cerca de 70km ao sul de Açailândia, a cidade de Imperatriz, às margens do Tocantins e caminhando para os 300 mil habitantes, prepara-se igualmente para receber o impulso da nova ferrovia. O pátio de cargas que começa a esboçar-se - a Cibras terminou seus próprios armazéns em agosto, com capacidade de estocagem total de 40 mil toneladas, perto dos depósitos da Eletronorte - tornará Imperatriz, conhecida como o Portal da Amazônia, um dos onze grandes depósitos, que existirão ao longo da

ferrovia, para a estocagem de milhões de toneladas de produtos diversos.

O exemplo de Carajás

A expectativa que se lança sobre a Norte-Sul leva em conta o efeito multiplicador do fator transporte barato - que é o trem - e uma experiência recente e positiva na região, com o desempenho da Estrada-de-Ferro Carajás.

Estendida por 890km, entre o porto de S. Luís e as minas de ferro de Carajás, no leste paraense, a ferrovia - administrada pela Vale do Rio Doce - é considerada uma história de sucesso: tornou viável o aproveitamento comercial de Carajás, aumentou a competitividade do minério brasileiro, dinamizou a economia na extensa faixa que percorre nos estados do Maranhão e Pará.

O mesmo se prevê com relação à Norte-Sul, que garantirá aos produtores o escoamento eficiente e barato das safras.

A ferrovia polêmica continua em debate, a partir de agora como realidade e com a oportunidade de apresentar os primeiros resultados, já que o trem vai correr.

Fotos: Procópio Mineiro

Constituição

Novos caminhos



As multidões jogaram as esperanças na Constituinte e aguardam efeitos positivos

A promulgação da nova Constituição brasileira, neste 5 de outubro, não solucionará qualquer dos imensos problemas com que se defronta um país continental, em processo de desenvolvimento econômico, sob crescente expansão populacional, que vive há muitos anos as consequências de políticas econômicas que deixaram de contemplar aspectos sociais e que sacaram sobre o futuro, legando uma pesada, quase insuportável herança de dívida e desorganização.

Mas, a Carta Magna entra em vigor cercada de expectativas, na maioria positivas, pois terá a virtude de implantar novos e melhores balizamentos à caminhada que o país vem retomando no rumo da plena democracia, que é a via de qualquer solução. Produto de ano e meio de debates e negociações – que lhe deixaram a marca de um texto desigual, segundo denunciam todas as correntes políticas, conforme o ângulo de onde olham – avanços políticos e sociais garantem-lhe valiosa posição dentre os instrumentos de que a nação pode lan-

çar mão, para construir o futuro de forma mais ordenada.

Cidadania

Um dos aspectos conceituais básicos da Carta é a que estabelece um novo patamar de importância para a cidadania, exatamente um dos pontos que menos respeito alcançou durante a vigência da constituição do regime militar. O desprotegido cidadão da época da ditadura e do arbítrio tornou-se, agora, uma figura que goza de proteção contra a violência policial e o racismo, e tem assegurada a observância de direitos como o sigilo de suas comunicações. Os direitos passam a incluir o acesso a dados que existam arquivados sobre sua pessoa em repartições oficiais e começa a existir o mandado de segurança coletivo, que permitirá a um partido, associação ou entidade de classe impetrar

medidas de proteção contra atos governamentais. A ampliação da liberdade passa a ser uma das marcas da Constituição.

Este sentimento – que registra a disposição nacional de esquecer e impedir o retorno de uma situação que lançava o medo sobre o país e o fazia regredir a etapas históricas ultrapassadas – estimulou igualmente a afirmação clara dos direitos sociais à educação, saúde e trabalho, um programa que por si só significa um extraordinário avanço na concepção do que deva ser a nova sociedade brasileira, isto é, uma comunidade de base solidária.

Não é de se esperar, naturalmente, que a promulgação do novo documento fundamental do país reverta de imediato o precário quadro educacional, melhore o sistema de atendimento à saúde, garanta efetivamente a cada brasileiro os meios de sobrevivência digna

e ampare adequadamente a maternidade, a infância e os abandonados.

Descentralização

Mas, estas metas tornaram-se programas nacionais, ao constarem da Carta, e isto significa que a nação fixou para si algumas metas que fazem dife-

rença entre o passado e o que se pretende para o futuro.

Outro aspecto destacado da nova Carta brasileira prende-se às determinações relacionadas com o mundo do trabalho, como a fixação da jornada semanal em 44 horas, no máximo, a licença-maternidade de quatro meses e licença-paternidade de cinco dias. Esta-

belece, ainda, o salário-mínimo unificado nacionalmente, capaz de atender a todas as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, na verdade outra das conquistas a se consumarem ao longo do tempo. E estende os direitos de sindicalização e greve aos funcionários públicos, exceto aos militares.

Uma das mais profundas reformas impostas pela nova Carta, porém, decorre do fortalecimento do Congresso e da destinação de maiores recursos para os estados e municípios, numa verdadeira redistribuição de poderes na república, em que se chegou a um resultado final mais equilibrado, extinguindo-se a excessiva centralização do poder no governo federal, o que dará mais responsabilidade às administrações estaduais e comunitárias.

No Brasil, uma das distorções sempre apontadas pelas administrações locais foi o ultrapoder do governo federal, no manejo de recursos, enquanto, em relação ao Congresso, a queixa se relacionava com as limitações de poderes, que tornavam o parlamento uma casa submissa e sem instrumentos efetivos para afirmar a representação popular.

Assim, o Congresso retoma seu poder de influir sobre orçamento, emissão de moeda, dívida em títulos do governo e matéria financeira e cambial.

A economia

Na configuração do sistema econômico nacional, destaca-se a nova Constituição pela fixação de princípios que lhe dão um aspecto de grande preocupação social, ao visar a um tipo de desenvolvimento que assegure a soberania nacional, o enriquecimento do país, o progresso tecnológico, a proteção da micro-empresa, e contemple a possibilidade do pleno emprego.

Um dos objetivos explícitos de tal conceituação do sistema econômico é o de permitir a superação das desigualdades regionais e proteger as empresas brasileiras de capital nacional, para que possam sustentar o desenvolvimento do país (veja, a propósito, "Empresariado assume nacionalismo", em **terceiro mundo**, edição nº 113, p. 60). •

Procópio Mineiro

terceiro mundo - 53

O campo, a porteira intransponível



A ânsia dos trabalhadores sem terra não obteve a resposta esperada na Carta

□ Para os setores progressistas, uma das lacunas da nova Constituição brasileira, destinada a varar o milênio, é levar para o século XXI uma concepção de propriedade rural desvinculada das necessidades reais do país e que lança suas raízes na época da própria colonização, uma estrutura e uma concepção de vários séculos atrás.

A contradição está em que todos os países que deram o salto do desenvolvimento realizaram sua reforma agrária (em geral, no século passado), adequando o campo às novas necessidades da sociedade, dominada pela economia urbana, industrial. No caso brasileiro, o que se buscou agora de avanços na economia urbana ficou sem contrapartida, em termos de avanços da estrutura rural,

reconhecidamente arcaica e um dos empecilhos para a mais rápida modernização do país, além de se constituir num dos mais graves focos de tensão social (veja "O perigo da ruptura ronda o campo brasileiro", em **terceiro mundo**, edição 103, p. 60; "A guerra civil no meio rural", em **terceiro mundo**, edição 112, p.64).

Ao proibir a desapropriação de "terras produtivas", sem definir o conceito, a Constituinte vedou o caminho por onde se poderia proceder a uma reforma agrária ampla, que desse terras a quase 40 milhões de brasileiros e aumentasse a produção agrícola nacional, particularmente a destinada à alimentação dos cada vez mais numerosos centros urbanos, que abrigam cerca de 75% da população nacional.

A corrida presidencial



A ação política e o efeito da tevê

A mais completa pesquisa de opinião sobre presidencialiáveis, feita pelo Instituto Gallup e divulgada pela revista "Isto É Senhor", apresenta Leonel Brizola à frente dos outros adversários. Foram ouvidas 2.845 pessoas, em 21 Estados e em todos os níveis.

Outra peculiaridade dessa enquete foi a espontaneidade das perguntas. Ao contrário de outras pesquisas, essa não tinha nenhuma lista de nomes, as pessoas é que citavam seu nome preferido para a presidência da República. Por isso, na região norte e centro-oeste o apresentador de tevê Sílvio Santos aparece na frente de Brizola.

Mas, no cômputo geral, o ex-governador leva vantagem significativa sobre os

demais candidatos, principalmente porque, na região sul, ele se distancia com mais de 10% das intenções de voto de Sílvio Santos, seu mais direto perseguidor em todas as regiões.

No sul, em cada três pessoas uma é eleitora de Brizola. A pesquisa também detectou que o PDT não se dissocia de sua liderança, o partido sem ele não existe. Já o mesmo não ocorre com outras legendas, onde seu nome não é rejeitado. Brizola é o preferido no PTB e é terceiro no PFL e PT.

Uma novidade é que, além de ser o primeiro nas classe C, D e E, aparece também na frente junto à classe média alta, embora com índice menor.

Só mesmo na classe dos ricos é que seu nome cai de

primeiro para quinto, ficando evidente que na classe A as preferências são outras. Entre os ricos os preferidos são Antônio Ermírio, Fernando Collor e Mário Covas.

Em setembro de 87, o Gallup fez uma pesquisa similar sobre os presidencialiáveis. Na ocasião, Leonel Brizola também apareceu na frente, embora com ligeira diferença de sua atual marca: das intenções de voto obteve naquela ocasião 8,3%, subindo agora para 9,4%. Enquanto isso, concorrentes tradicionais como Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e Luis Inácio Lula da Silva baixaram significativamente, não obtendo nem 3% das intenções de voto nessa enquete nacional.

Os números globais da pesquisa indicam, por ordem de preferência: Brizola (9,4%), Sílvio Santos (8,2%), Collor (4,6%), Quêrcia (3,9%), Ermírio (3,3%), Lula (2,6%), Covas (2,5%), Maluf (2,2%), Aureliano (2,1%), seguindo-se Ulysses, Jânio, Álvaro Dias, Figueiredo, Antonio Carlos Magalhães e Montoro, com variações entre 0,5% e 1,7%.

Brasil pega fogo

Nesses meses de agosto e setembro, quando chove pouco, os incêndios acontecem com mais frequência do que em outros períodos do ano. Somam-se à estiagem prolongada as queimadas de limpeza e ambas causam enorme devastação. A queimada é uma prática camponesa rudimentar de desmatamento, muito utilizada em função da falta de



O fogo, um prejuízo irreversível

instrumentos para cuidar da terra. Tem sido, também, empregada nas grandes propriedades rurais para facilitar a preparação de pastagens.

Nem bem estava contornada a tragédia que devastou 62% do Parque Nacional das Emas em Goiás, novamente as matas voltaram a arder, alastrando-se simultaneamente em 11 estados, principalmente em São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, Acre e Amazonas, além do Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde o Parque Itatiaia, na divisa dos dois estados, teve carbonizados 50 quilômetros quadrados de sua vegetação. O parque já havia sofrido outras três queimadas, a maior delas em 63, que durou quatro meses, destruindo 80 por cento da área verde. Em 82, de novo o fogo acabou com metade da flora e, em 84, a região também incendiou, mas devido à técnica dos aceiros (pequenas picadas junto ao fogo, que evitam a propagação das chamas), utilizada pelos bombeiros, a mata não sofreu grandes perdas.

Denunciadas pelos satélites meteorológicos, as queimadas brasileiras são em tal número e extensão que afetam o clima da terra,

Ulysses e Aureliano: Índices baixos



segundo denúncia da imprensa dos Estados Unidos e da Europa. Utilizou-se o acontecimento para alertar as agências internacionais que financiam projetos, principalmente na Amazônia, sem o cuidado e o estudo necessários sobre o meio ambiente e as técnicas adequadas para um real aproveitamento do solo.

O jornal "The New York Times" divulgou informação apurada pela Nasa de que em 1987, na Amazônia ocidental, foram detectadas 170 mil queimadas. O editorial do NYT aponta os criadores de gado e os milhares de colonos, assentados naquela região pelo governo, como os pedradores da floresta.

"A floresta, onde se encontra um quinto das espécies animais e vegetais do planeta, está sendo destruída irreversivelmente, e seus índios estão morrendo vítimas de doenças de branco", citou o jornal lembrando conhecidos males da ocupação da Amazônia. O mesmo editorial chama a atenção para o fato de que com essas queimadas diminui o gás carbônico, o efeito estufa se agrava e com ele a temperatura da Terra se eleva.

S.O.S. Jari

O BNDES tentará sanear o Projeto Jari, aplicando 270 milhões de dólares na reorganização da empresa. A operação de salvamento prevê o reforço da companhia Monte Dourado, subsidiária do Jari, com o objetivo de recuperar os enormes recursos que já foram aplicados lá, inclusive um aval de 300 milhões de dólares dados pelo Tesouro Nacional ao seu ex-proprietário, o



Jari: legado das megalomanias.

multimilionário norte-americano Daniel Ludwig.

Ele declarou ter aplicado um bilhão de dólares nesse que é considerado um dos projetos mais custosos do

Governo muda a política nuclear

Depois de manter guardado sob sete chaves o desastrado programa nuclear brasileiro, permitindo a manutenção de contas bancárias secretas, gastando mais de 3,2 bilhões de dólares em Angra II e III, sem produzir energia alguma, e com Angra I funcionando em compasso de "vagalume", o governo comunica: "A partir de hoje, energia nuclear deixará de ser um bicho-de-setecabeças".

Será que esse simples anúncio, divulgado no início de setembro pelo governo federal nos jornais de todo o país, vai de fato esclarecer tudo que se passou nessa área nesses 16 anos de existência do programa nuclear?

Uma resposta afirmativa a essa pergunta pode ser no mínimo precipitada, porque de certo o que se sabe é que o programa atômico brasileiro desde sua implantação

país. Em 1982, Ludwig desistiu do projeto, repassando-o para um consórcio de 22 empresários brasileiros. Entre estes o principal acionista é Augusto Trajano de Azevedo Antunes, quem vem negociando há algum tempo a participação do BNDES no projeto, sob a forma de investimento.

Observadores econômicos consideram a tentativa surpreendente, principalmente pelo fato de o banco ter anunciado recentemente cortes nas linhas de crédito.

tem acumulado sucessivos fracassos.

Portanto, é mais lógico deduzir que um simples anúncio não poderá reestruturar os órgãos que cuidam do tema nuclear no país. Um exemplo de que a revisão proposta pelo governo não é tão profunda como se alardeia está no recém-criado programa nuclear paralelo da Marinha, com custos e objetivos desconhecidos da opinião pública.

Através de uma série de decretos, o presidente Sarney extinguiu a Nuclebrás, junto com as seis subsidiárias. Em seu lugar surgiram as Indústrias Nucleares do Brasil-INB, já com uma subsidiária, a Urânio do Brasil. Agora, parte do capital dessas estatais (49%) passará às mãos da iniciativa privada. Com isso o governo tentará dividir com os empresários o ônus da política nuclear.

FAO no Brasil

Será realizada em Recife, entre 2 e 8 de outubro, a 20ª Conferência regional da FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. No temário estão previstos a apresentação e o debate das principais recomendações do encontro anterior (Barbados 1986). Entre elas, a preparação de um estudo, com avaliação de experiências passadas, e a proposta de um plano de ação, delineando medidas práticas para a produção agropecuária, de modo a fazer do setor rural o verdadeiro pivô do crescimento econômico.

O diretor-geral da FAC, Edouard Saouma (Líbano), que vem ao Brasil participar da conferência, disse em pronunciamento recente que a América Latina "figura entre os maiores produtores mundiais de trigo, carne, açúcar, café e outros produtos agrícolas". Segundo Saouma, "cerca de dois terços das terras que serão cultivadas no mundo, por volta do ano 2000, estão na América Latina, que além disso conta com enormes recursos florestais e pesqueiros".

Angra II: dúvidas



Memórias da luta pelo desenvolvimento

O livro póstumo de Jesus Soares Pereira traz revelações sobre a batalha econômica de várias décadas, referência e origem dos avanços na nova constituição

Domar Campos

E muito oportuno o lançamento do livro "O Homem e a Sua Ficha", de Jesus Soares Pereira, edição da Civilização Brasileira, às vésperas da promulgação da nova Constituição Brasileira. Trata-se do relato enxuto, sem palavras sobranes e sem concessões, das fraquezas da estrutura econômica e política do Brasil, particularmente no que concerne às suas relações com o exterior, ou melhor, com os capitais estrangeiros, e a influência e

intromissão dessa poderosa força na economia nacional.

Sem dúvida este foi o tema que empolgou as discussões, na Assembléia Constituinte, durante a elaboração da nova Carta, seja diretamente nos assuntos referentes a investimentos estrangeiros ou na conceituação de empresa nacional, seja sobre liberdade de comércio e de investimento definida intransigentemente pelos interesses dos países mais ricos e desenvolvidos. Eles sabem que planejamento e métodos de disciplina econômica são as armas dos povos menos desenvolvidos e menos ricos, para evitar intromissões inconve-

nientes e assegurar independência econômica e soberania política.

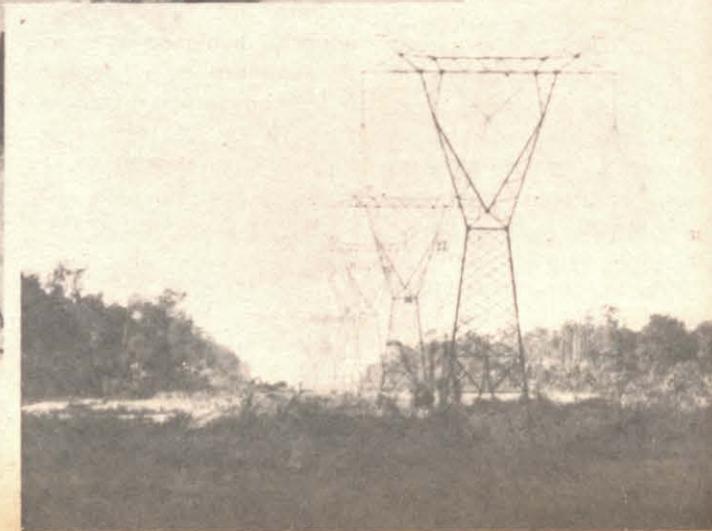
Contra o neocolonialismo

O livro de Jesus Soares Pereira, contando a história da cassação de seus direitos políticos pelo golpe militar de 1964 e procurando saber por que foi cassado, conta sua vida profissional e particular, uma carreira pautada pela dedicação ao serviço público e sem vacilações, na defesa dos interesses nacionais.

Nessa trincheira ele compreendeu o processo daquela intromissão, contra a qual se rebelou, pois havia aprendido que o seu país era independente e livre. Procurou recordar seus estudos de economia política e concluiu simplesmente, que o Brasil vivia ainda a fase do neocolonialismo. Isso não



A criação da base energética para o país foi uma das preocupações de Jesus Soares Pereira, que dedicou sua vida de técnico a lutar pelo desenvolvimento brasileiro



HISTÓRIA

era difícil de perceber, mas só alguns poucos tinham a coragem cívica de dizer, sem subterfúgios, como ele disse.

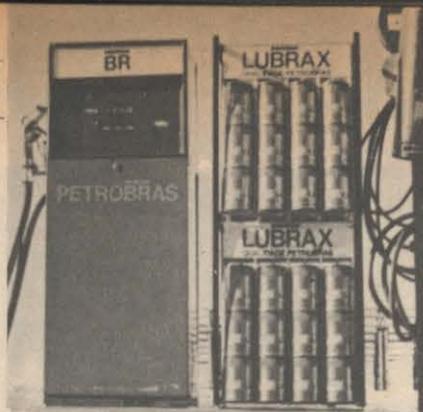
A oportunidade do livro de Jesus Soares Pereira é notável, pois conta os processos do neocolonialismo, que forma, em última análise, os "destaques" mais debatidos nas discussões da nova Constituição.

O Brasil pode agora romper, talvez, os últimos elos do neocolonialismo, mas ainda está preso a inúmeros vínculos de dependência, que acompanham o seu processo de desenvolvimento econômico e social. Muitas conquistas já foram alcançadas, como da criação das grandes empresas de energia e mineração: a Petrobrás, Eletrobrás, a Vale do Rio Doce, e, logo após a guerra, a Companhia Siderúrgica Nacional, esta em decorrência de negociação oportuna com uma potência dominante durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante as discussões de elaboração da nova Constituição, observou-se reação de correntes favoráveis à maior liberalização de investimentos estrangeiros no país, bem como maior liberdade da legislação para exploração de minerais pelos setores privados e estrangeiros.

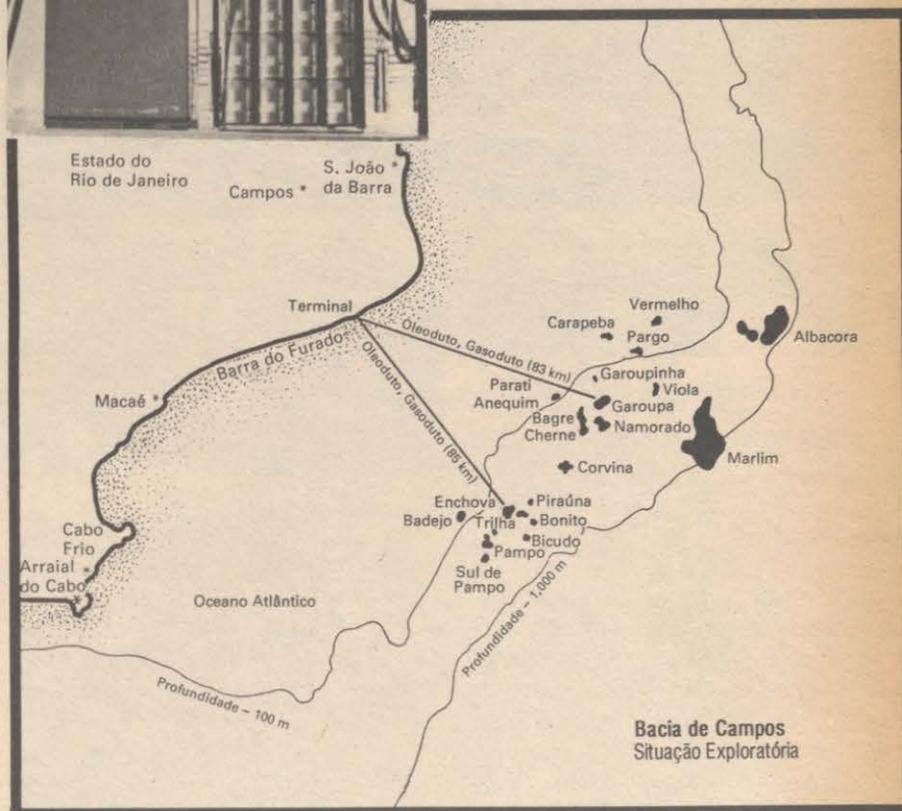
Formaram-se grupos de pressão, propondo medidas que se constituíam em verdadeiro recuo na legislação anterior, já bastante liberal. Em verdade, o que tais grupos de pressão pretendiam era a igualdade com investidores nacionais, sem privilégios para o setor estatal. Um absurdo que não tem paralelo sequer nos países que detêm o poder econômico, político e de todo tipo no mundo capitalista. Tal "igualdade" — ninguém desconhece — significa vantagem implícita para os países mais fortes, nas disputas comerciais e econômicas em geral, no mercado mundial.

Estas questões, as diferenças e contradições naturais existentes entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, foram o centro das preocupações de Jesus Soares Pereira, um lutador nacionalista durante toda a sua vida. Todos os assuntos discutidos exaustiva e por vezes dramaticamente, durante a elaboração da nova Carta, foram questões, que Soares estudou desde a ju-



SUPLEMENTO BRASIL

A Petrobrás transformou-se numa das maiores empresas petrolíferas do mundo, atestando a validade das teses nacionalistas, que apostam num crescimento cada vez mais autônomo



ventude e acompanhou sem descanso, pesquisando, opinando e participando diretamente.

Injunções históricas

Além da curiosidade, segundo afirma Soares, de procurar saber por que teria sido cassado em 1964, na primeira das cassações do poder reacionário, era levado por outra curiosidade, que se constituiu no motivo central de sua vida: conhecer tudo sobre o Brasil.

Por que a terra que tanto amava não afirmava "seu futuro autêntico, generosamente grandioso"? Tinha fé e sonhava um Brasil economicamente forte e socialmente livre da mediocridade e da miséria. Logo percebeu que o subdesenvolvimento brasileiro não era devido a algo irremediável mas a injunções históricas que podiam ser corrigidas. Concluiu que o Brasil era parte de um processo comum a muitos países, envolvendo as relações entre países

pobres e ricos.

Analisou todos os aspectos do colonialismo e de suas etapas de agressão armada, opressão e de pressões econômicas, e tornou-se especialista em procedimentos de imperialismo econômico, que restringiam a soberania do país. Concomitantemente, estudava e se empolgava pela magnífica potencialidade do Brasil, de seus recursos naturais e humanos.

Não ficou apenas na posição do civilista nacionalista, mas entregou-se à tarefa de denunciar as razões do subdesenvolvimento e desvendar a forma de superar essa fase humilhante e ao mesmo tempo incoerente, dado o vigor indiscutível que o país demonstrava possuir, latente.

E não foram inúteis seus esforços, pois em todos os problemas relevantes, nos destaques da nova Constituição, houve, em praticamente todos, a participação de Jesus Soares Pereira, particularmente os relativos ao se-



As memórias de JSP resgatam a história da modernização desencadeada por Getúlio Vargas e assumida agora pela Constituinte

tor de energia e minerais.

Base energética

Na criação da Petrobrás, foi decisiva sua atuação, discutindo, dia-a-dia, com o presidente Getúlio Vargas a lei 2.004, que instituiu o monopólio estatal do petróleo. Mas não parava aí a sua dedicação e participação: atuava também nos debates políticos relacionados às questões energéticas e de minerais. Justamente as questões em que foram vitoriosos os princípios nacionalistas na nova Constituição.

Este foi o ponto culminante de sua obra nacionalista – “Não me considero, de fato, vinculado a outra coisa, afora o patriotismo brasileiro”. Entregou-se à sua tarefa patriótica depois de meditar e de munir-se de muito conhecimento sobre a economia e o processo político e social dos países do Terceiro Mundo, tema sobre o qual escreveu um livro cada dia mais atual “Terceiro Mundo, Unidade e Emergência”. Muniu-se de conhecimentos teóricos e práticos, para chegar à convicção do processo e dos métodos do neocolonialismo.

“Acompanhei – relata Soares – a violentíssima repressão às idéias vinculadas à defesa dos interesses econômicos nacionais, principalmente no que concerne a petróleo”.

É ainda mais contundente, quando se refere ao lado brasileiro vinculado ao imperialismo dominante “Há séculos



que a direita conservadora forma os seus quadros humanos, espontânea e naturalmente, com recursos próprios ou a conta dos cofres públicos que administra. Habilita os mais capazes ou credencia os mais dóceis para a manutenção dos privilégios, cada vez mais ampliados, à sombra dos quais prospera.”

Seu livro, em que pese não tenha sido esse o intento, nos proporciona uma síntese da história econômica e política do Brasil nos últimos 50 anos, não tanto no detalhe, mas nos seus aspectos estruturais. Às novas gerações é difícil imaginar como era o país sem a Petrobrás, sem produção de petróleo, sem as refinarias monumentais que hoje possui; sem estrutura e tecnologia de energia elétrica, hoje entre as primeiras do mundo; sem uma siderurgia e produção de minerais básicos, também hoje entre as primeiras.

Ademais da produção de base para o desenvolvimento econômico, que sempre foi o centro das preocupações de Soares, possuía ele também, profundos conhecimentos de teoria econômica, inclusive, financeira e monetária. O aproveitamento do imenso potencial de recursos naturais do Brasil era contudo a sua preocupação fundamental. Entre os seus estudos econômicos mais brilhantes, está o esquema financeiro que criou para permitir o funcionamento eficiente, sem maiores sacrifícios para o tesouro do País, do monopólio estatal do petróleo.

Desenvolvimento autônomo

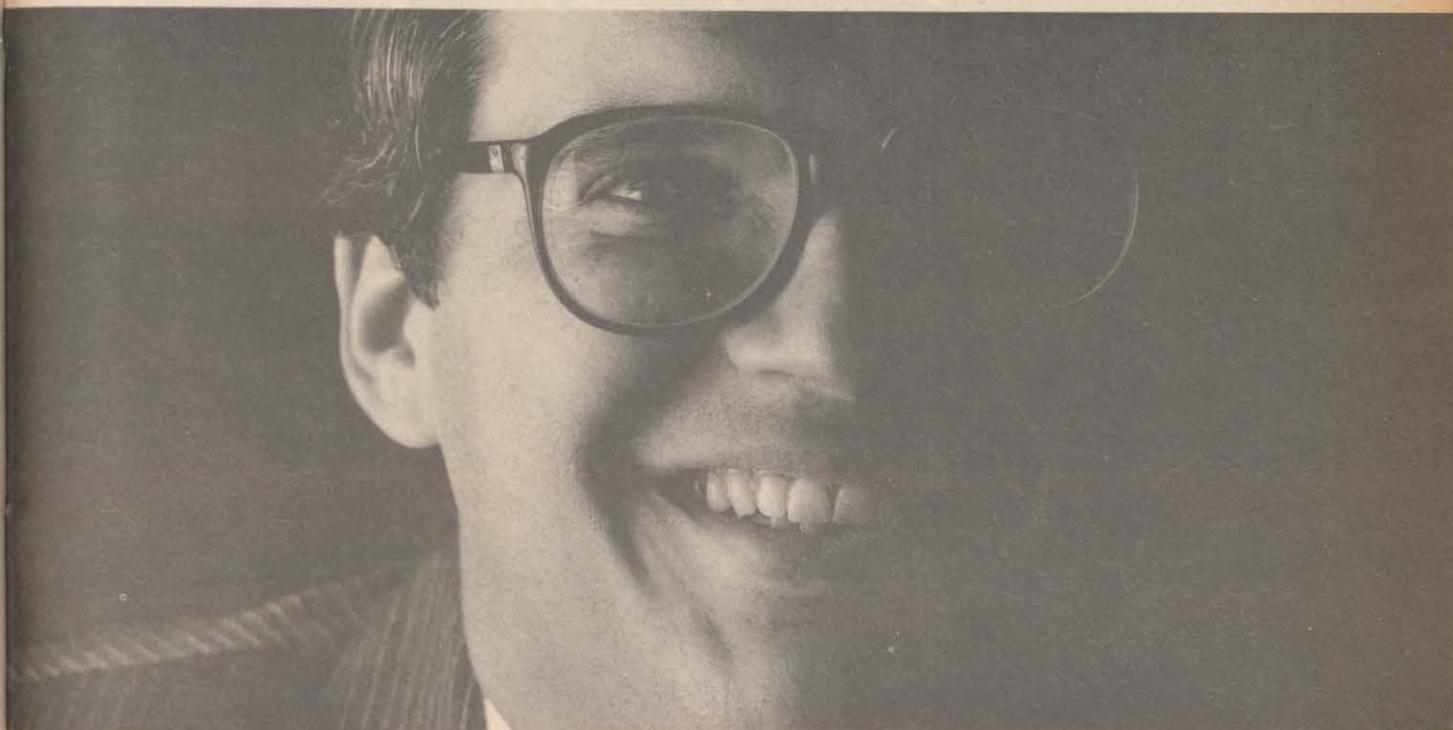
Sobre os problemas da inflação brasileira e a política antiinflacionária mais conveniente, disse em seu livro “O Homem e Sua Ficha”: “Uma coisa é, num país já enriquecido, dominar a inflação pela redução da demanda global – que pode exigir apenas, a eliminação de uma parcela do supérfluo –, e outra, bem diversa, vem a ser a redução do poder de compra de uma massa assalariada de país subdesenvolvido que, por isso mesmo, já se encontra em dificuldade permanente para adquirir apenas o indispensável.”

Sobre política econômica, a melhor e mais realista, diz Soares, é o Brasil voltar-se para um desenvolvimento autônomo, onde o setor externo da economia não seja determinante, mas apenas complementar.

Não era Jesus Soares Pereira um revolucionário, embora admirasse os movimentos populares de libertação, contra a exploração do imperialismo econômico. Ao contrário, sua filosofia positivista o levava a uma idéia conciliatória, como solução para os problemas brasileiros. Sempre pensando no formidável potencial do Brasil, tinha em mira acordos entre o capital e o trabalho, visando à ampliação do setor interno da economia, da estrutura de produção, industrial e agrícola.

O objetivo essencial era a expansão do mercado interno, ou seja do consumo do povo brasileiro, na sua totalidade, e não apenas, em nenhuma hipótese ou pretexto, de camadas da classe dominante.

Conta Azul Remunerada da Caixa.



Sem dúvida, com toda segurança.

Conta Azul Remunerada.
Agora, ao invés do seu dinheiro
ficar parado, perdendo minuto
a minuto, ele vai render.
Diariamente.
E já a partir do dia da
aplicação.

Você não tem tempo definido

para sacar ou depositar.
É quando você resolver.
No caso de retiradas, é só avisar
24 horas antes. E a movimentação
pode ser feita pessoalmente ou até
por telefone, se preferir.
Você deve estar achando que a

Conta Azul Remunerada é muito

parecida com as outras que estão
no mercado.

Mas só ela tem uma coisa que
nenhuma outra tem: a segurança
da Caixa Econômica Federal.

É segurança é o que um homem
de decisão nunca pode deixar de ter.

Não é?

**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**



NOVELA

Para confundir ou mudar a ética das elites?

A televisão, sua linguagem e seu produto mais visto são analisados por um autor comprometido com a inovação e que questiona o comportamento do veículo

José Louzeiro

A televisão substituiu o rádio na preferência do grande público e, desde sua instalação no Brasil, vem sendo motivo de acirrados debates por parte dos críticos.

Muito mais que o rádio, a televisão é

acusada de ser um meio de comunicação massificante e que, por manter um discurso simplista, termina contribuindo para o "empobrecimento cultural" das comunidades, além de ser "elemento de pasteurização" de princípios e costumes. Diz-se, também, que a televisão ainda não tem uma linguagem definida e que, por isso, ocupa grande parte do seu "precioso tempo", no horário no-

bre, de preferência, com coisas maciças de programas que nada mais são que a representação do besteirol nacional.

A novela é apenas uma novela?

À frente do besteirol os críticos colocam os programas de auditório e as telenovelas, até recentemente também conhecidas como telelgrimas.

Para uns, a TV é instrumento de poder, presa aos interesses de uma burguesia selvagem; para outros é simplesmente um importante canal de comunicação sem destinação adequada, por não procurar impor "o pensamento artístico e cultural" do nosso tempo, visando a melhorar o nível de entendimento das camadas "menos favorecidas" da sociedade.

Enquanto o debate se estende, a preferência do público pela televisão aumenta, a TV a cabo está chegando por aí, na mesma medida em que o jornalismo tradicional diminui de interesse, principalmente por contentar-se em ser um prolongamento dos jornais eletrônicos, todos os dias no ar e com imagens em movimento. Funcionando de 7h da manhã a 1h ou 2h da madrugada, diariamente, as emissoras de TV contam com os mais diferentes programas, a fim de captar a preferência do público. Entre esses programas, conforme o gosto popular, situam-se as novelas, cujas audiências são sempre muito elevadas.

Por que as novelas atraem tanto?

Nenhum programa na televisão brasileira – sejam os noticiários, shows, filmes ou até partidas de futebol – conseguem chegar a níveis como os que têm sido alcançados por certas novelas, com audiências superiores a 70 e 80



MARIANA DE MORAES (Marlene)

– O papel de Marlene Barjal é fascinante. Ela representa toda a amargura da prisioneira de uma situação neurótica. A Marlene é um passarinho na gaiola. Foi educada na Europa para ser a mulher culta e bem formada. Ama profundamente o marido. Porém, ele não pode retribuir esse amor: é impotente sexual.

pontos na previsão do Ibope.

As novelas, na primeira fase de implantação da televisão brasileira (anos 50), constituíam um seguimento da radionovela, responsável pela elevação da audiência da famosa Rádio Nacional, onde havia elencos permanentes, reunindo os melhores artistas do Rio de Janeiro.

O auge das radionovelas verificou-se, também, na década de 50, quando a Nacional, com audiência absoluta, transmitiu *O direito de nascer* que, praticamente, esvaziava a cidade, no horário

em que era transmitida.

O mesmo fenômeno ocorreria na Televisão (TV Globo), ano de 86, quando foi ao ar *Roque Santeiro*, novela de Dias Gomes e Aguinaldo Silva, com audiência de mais de 80% da preferência dos telespectadores.

As telenovelas atraem por dois motivos simples: elas penetram no universo particular dos telespectadores e, de modo geral, ainda seguindo os parâmetros do rádio, desenvolvem narrativas em que o impossível acontece, a felicidade está a dois passos, o mundo feliz parece existir bem ao lado, em que pese que esse "bem ao lado" seja tão distante quanto as lendas das *Mil e Uma Noites*.

Se há personagens maus nas novelas, fatalmente eles se tornarão bons, pois os finais das telelgrimas, invariavelmente, são

realistas e nada melhor para a audiência do que seguir a preferência do grande público. A filha que odiava a mãe termina desenvolvendo um grande sacrifício para ajudá-la; o marido que se afastou da família retorna no "Dia das Mães" e a cunhada perversa, responsável pelo divórcio, apela para o suicídio, a fim de que o casamento não seja desfeito. Coisas do tipo "vamos ser felizes", nem que seja nas novelas.

Vale dizer: certo tipo de novelas tem sido escrito e gravado, unicamente, com preocupação mercadológica. Não inte-

ressa se os problemas no dia-a-dia se complicaram, não interessa saber se as greves explodem, o campesinato morre de fome, os operários ganham salários miseráveis.

O universo geral está praticamente excluído das imagens de televisão, dessa televisão que se mantém quase que 24 horas do dia no ar, também com o objetivo de "fazer cabeças", de orientar ideologicamente, emburrecer para não permitir que o discurso dos oprimidos

ganhe força.

A grande autora que fez a transição da linguagem do rádio para a linguagem da televisão foi Janete Clair.

O autor que procurou dar caráter social às novelas e minisséries, também homem do rádio, chama-se Dias Gomes.

Na obra *O Bem Amado*, mais até do que em *Roque Santeiro*, Dias Gomes mostra aos novos autores do folhetim eletrônico, como as narrativas podem se

desenvolver com humor e simplicidade, sem perder de vista o discurso crítico, sério, profundo, sem se perder em maniqueísmos.

É com Dias Gomes, mais do que com qualquer outro, que a linguagem televisiva vai se soltando dos apelos radiofônicos, para abrir seu próprio espaço, sem confundir-se, de outra parte, com o código cinematográfico.

Uma novela diferente

A novela que correspondeu a "uma rajada de ar novo na televisão", no dizer do pesquisador Ismael Fernandes, autor de "Memória da Telenovela Brasileira", foi *Beto Rockfeller*, de Bráulio Pedrosa.

O diretor Lima Duarte não "se restringiu apenas a marcar os atores em função da câmara. O despojamento dessa marcação provocou a libertação dos autores - diz Ismael Fernandes -, no sentido de fazer um trabalho artístico também na televisão.

Mas, como reconhece Ismael Fernandes, se as novelas se modificavam quanto à estrutura, mantinham-se inal-

Um passo além do folhetim

Olho por Olho é uma novela que transcende o folhetim tradicional e mais se aproxima do romance moderno. Daí seu ritmo cinematográfico, intenso, e uma sucessão de estórias paralelas à narrativa central, que os autores chamaram de esquetes.

Trata-se da saga de uma família de pequenos proprietários rurais que, de uma hora para outra, teve seu chefe Horácio Falcão assassinado.

A viúva - Ana Falcão - depara-se, a partir daí, com uma dura realidade. A fazenda onde viveram tantos anos, onde os filhos nasceram e se tornaram homens, de repente já não lhes pertence.

A perda das terras representava, para Ana e filhos, o início de uma aventura, a par de muitas privações. Ela se transfere para o Rio, a fim de encontrar meios legais de reaver a fazenda, mas os caminhos a percorrer são longos e muitas vezes intransitáveis.

Para agravar a situação, o filho mais velho de Ana - Justo Falcão - decide vingar a morte do pai e nunca mais retorna. Justo envolve-se com organizações criminosas, sempre buscando localizar os verdadeiros responsáveis pela morte do pai.

Ana, por sua vez, se envolverá com advogados inescrupulosos.

Essa é a estória principal de *Olho por Olho*. São humilhados e ofendi-

dos clamando por justiça. Na verdade, a família de Ana funciona como microcosmo do universo cotidiano carregado de perversões. E, de acordo com essa simbologia, Ana é a determinação; Justo, a vingança; Máximo, a fantasia; Caio, o cidadão de bem, responsável; Júlio, filho mais novo de Ana, é aquele que abriu mão dos bens materiais e luta em favor da solidariedade.

Olho por Olho é uma novela animada pelo lado mágico das pessoas, pela alegria de viver das prostitutas Paula e Dinorah, mas sua força maior está na fé bíblica de Júlio, que vê o mundo com os olhos do amor, da humanidade, da tolerância, sempre desejando que os mais pobres sejam respeitados.

Para ele, a felicidade é possível, desde que tenhamos forças para amar e repartir, para sonhar e nos solidarizarmos.

Novela prevista para 160 capítulos; vai ao ar no horário das 21h30min, na TV Manchete, Canal 6; autores: José Louzeiro e Geraldo Carneiro; baseada em argumento de Wilson Aguiar Filho; diretor-geral Ary Coslov; diretores assistentes: Tânia Lamarca e Marcos Schechtman; diretor-geral de produção: Geraldo Matheus Tortoni; produtor-geral: Vivian Perl; figurinos: Rita Murtin e cenografia: Raul Neves; iluminação: José Quintino.



BETH GOULART (Paula)

- A novela vai mostrar a ligação do poder com a marginalização, o que escapa de uma análise meramente maniqueísta da realidade das coisas.

**JONAS BLOCH (Capitão Flores)**

– Tenho tomado o máximo cuidado para que o Capitão Flores nem de longe se pareça com “Russo” de *Corpo Santo*. Mas, ambos, inegavelmente, têm a mesma postura radical. Estou gostando de fazer esse personagem. Nunca se sabe do que ele é capaz.

teradas no conteúdo. E, nesse particular, nem mesmo *Beto Rockfeller* fugiu à regra. Deveu-se isso, na época, à censura do regime militar que via pornografia e insinuação contestatória em tudo. Quando cassou a ditadura, passou a prevalecer a censura econômica e a censura da própria direção de certas emissoras. Exemplo: *O Pagador de Promessa* na televisão, projeto que contou com a direção da cineasta Tízuca Yamazaki, foi censurado por orientação da direção da TV Globo, sem qualquer ingerência do DCDP (Departamento de Censura e Diversões Públicas).

Corpo Santo e seu código

Quando fui chamado para desenvolver esse projeto na TV-Manchete, Carlos Heitor Cony, respondendo pelo Departamento de Teledramaturgia, disse que a empresa gostaria de colocar no ar alguma coisa que se parecesse, no seu núcleo central, com o caso Aida Curi, crime brutal, ocorrido no Rio de Janeiro, no final da década de 50.

Depois, o projeto sofreria modificações estruturais e ficou acertado que eu

**MÁRIO GOMES (Máximo)**

– Máximo é um jovem ingênuo. Ele vai conhecer a cidade na rua, experimentando tudo, para refletir depois. Passa por todos os tipos de experiência e, acredito, com elas vai crescer, procurando escapar das situações que o afligem. Mas ele tem energia muito positiva. Como ele, eu acredito que só se pode dizer se uma coisa é boa ou ruim, depois de prová-la.

**RENÉE DE VIELMOND
(Bárbara Zimmer)**

– A Bárbara Zimmer está surgindo mais do visual que do conteúdo. Um personagem que pode ser recortado de um filme *noir* dos anos 40, como um desenho *clean*, despojado e clássico. O que eu curto neste tipo de trabalho é a abertura. Hoje, a Bárbara pode ser isto. Amanhã, será aquilo.

narraria uma estória que se assemelhasse com meus romances-reportagem.

Trabalhei numa sinopse que terminou virando argumento, bastante alentado, e foi a partir daí que chegamos aos primeiros capítulos, de *Corpo Santo*. Tive que trabalhar, inicialmente, com Cláudio MacDowell e, depois, com Eliane Garcia, já experimentados na matéria.

Mas, até o capítulo 70, por melhor que tenha sido a colaboração de Eliane Garcia, não conseguia colocar a estória nos rumos que imaginava, pois ao fazer isso teríamos de romper em definitivo com as normas instituídas pela Casa de Criação Janete Clair e nos aproximarmos, tanto quanto possível, do cinema, sem abandonar aquilo que o plim-plim televisivo já conquistara de fundamen-

**GEÓRGIA GOMIDE (Ana Falcão)**

– Minha personagem é aquela mãe que se recusa a ficar em casa, consertando as meias dos filhos, enquanto a vida acontece lá fora. Ela briga pelo que é seu, além de estimular o filho Justo a vingar a morte de Horácio Falcão, o chefe da família. Estou certa de que um dia conseguirá reaver suas terras.

tal: os ganchos no final de cada bloco e o grande gancho fechando capítulo.

No meio do trabalho, meu companheiro de "escrituração" em *Corpo Santo* passou a ser Wilson Aguiar Filho, que vinha de duas experiências vitoriosas, na própria TV Manchete: *Marquesa de Santos* e *Dona Beija*.

Graças ao apoio dele, pude dar a tônica que *Corpo Santo* precisava: identificar-se com a rua, permitir que o brasileiro comum transitasse na telinha, com todos os seus problemas e suas alegrias; levar o grande universo de um centro urbano como o Rio, para dentro das casas, elemento perturbador do universo particular de cada um.

E se não desse certo? E se as pessoas não quisessem ver uma novela que no 1º capítulo nada tinha daquele velho enunciado geral, que termina explicando todos os outros capítulos que virão?

Cenas do cotidiano

Decidi arriscar. Dividi a novela em oito módulos. Eliminei o conceito de atores e atrizes principais. Suprimi o tal "triângulo amoroso" e, como se isso tudo não bastasse para um retumbante fracasso, fui forçado a matar a atriz do

núcleo central – Simone (Cristiane Troloni) –, a fim de que a narrativa pudesse disparar, pois do capítulo 1 até o 65, a coisa ia de mal a pior, com percentuais de audiência que oscilavam mais do que bêbado no meio-fio de uma calçada.

Consumadas as alterações, feitas as modificações, colocada a cara do brasileiro na telinha, resgatado os momentos duros do cotidiano, eis que os telespectadores começaram a manifestar-se. Passaram a ligar no Canal 6 (TV Manchete) e a audiência foi aos poucos se estabilizando, até conseguirmos a média de 26 pontos, com piques que vez ou outra iam aos 41 pontos.

As pessoas nas ruas, no Rio e em São Paulo, falavam de *Corpo Santo*. As mais reacionárias criticavam. Ameaçavam desligar, mas continuavam olhando. O caso do policial cumpridor do dever (Delegado Portinho, ator Roberto Frota) em confronto com o policial corrupto (Delegado Artuzão, ator Otávio Augusto), foi a gota d'água.

Muitas cartas me chegaram, via emissora, declarando que, se o policial corrupto assumisse o lugar daquele que era honesto, a emissora perderia parte do seu público. Decidi manter o plano original.

A audiência elevou-se. Artuzão é indicado para o lugar de Portinho e este terminou transferido para um distrito bem distante, o que comprova que ser honesto, hoje em dia, é sinônimo de ser defeituoso, de estar criando problema.

Em *Corpo Santo* todo mundo batilhava para viver e, no final, não houve casamentos, as pessoas não ficaram mais felizes, nem mais infelizes. Mantiveram-se como são, em que pese os poderes paranormais de Lucinha (Silvia Buarque de Holanda) que podia detectar o mal, mas não fazia milagres.

Corpo Santo bateu na telinha, do capítulo 72 ao 161, como a novela-verdade.

Peceu por um detalhe: não havia humor, havia pouca ternura, pois a dramaturgia seguia, como não podia deixar de ser, as personagens em sua louca agitação.

Olho por Olho

Agora, neste segundo projeto – *Olho por Olho* –, creio que os pontos dramáticos estão nos devidos lugares. O trágico confunde-se com o bem humorado, a violência defronta-se com a ternura e a aventura humana desenvolve-se nas ruas, onde também brotam as esperanças, as dúvidas, as contradições.

Como em *Corpo Santo*, não há atrizes ou atores principais. Não há um triângulo amoroso. Há muitas pessoas se amando e, também, se odiando.

A proposta, mais uma vez, é levar o universo geral a interferir no universo particular de cada um. Não pretendo chocar ninguém, mas procuro mostrar aos mais acomodados que não é virando as costas à realidade que esta se modificará ou deixará de existir.

A solução para a violência que se avoluma nos centros urbanos acontecerá, a partir do momento em que possamos participar das obras sociais.

São coisas desse tipo que *Olho por Olho* nos mostrará, a par de muito riso, bastante ternura e certa ironia. A violência pinta no espaço do realismo que não podemos negar, sob pena de retrocedermos aos tempos da telelágima. ●

¹ TV Tupi, horário das 20 horas. *Beto Rockleifer* foi lançada dia 4 de novembro de 1968 e estendeu-se a 30 de novembro de 1969.
Fotos: Manchete



O Grupo Buscón Cuba na redação de terceiro mundo, promovendo a confraternização latino-americana

Grupo Buscón Cuba mostrou no Brasil obra de Benedetti

A obra de Benedetti, interpretada por atores cubanos, contagiou o público brasileiro, que assistiu o Grupo Buscón Cuba, em Brasília, Londrina e Rio de Janeiro. Foi a primeira vez que um grupo cubano de teatro se apresentou no Brasil

Em seis apresentações nos teatros Ouro Verde, em Londrina, Nacional, em Brasília, e Rival, no Rio de Janeiro, em julho, o Grupo Buscón Cuba mostrou, no Brasil, uma parte da obra do poeta uruguaio Mário Benedetti. Para o diretor e ator José A. Rodríguez, "a receptividade do público brasileiro foi magnífica. Nós ficamos impressionados."

O espetáculo, *O Assombroso Benedetti*, reuniu seis contos e o poema "Um padre-nosso latino-americano". Em cena, três atores e uma atriz, sob a assistência de direção de Raul Lima e iluminação de Pedro A. Ramirez. No palco, Aramis Delgado, Jorge Hernandez, Monica Guffanti e José A. Rodríguez mostraram que a base cubana de teatro é a comunicação.

A importância da temporada brasileira do Grupo Buscón Cuba foi considerada muito significativa pelos atores, pois "representou uma confraternização entre povos da América Latina". Além disso, o diretor do grupo chama a atenção para a importância da obra de Mário Benedetti na América Latina.

Outros horizontes

Além do Brasil, o Grupo Buscón Cuba já percorreu outros horizontes, apresentando-se em 16 cidades da Espanha, além de giros pela Alemanha Democrática e Portugal, onde participou de um festival. Em outubro, o grupo participará de festival em Cannes e, em dezembro, percorrerá a Nicarágua. Depois

da curta temporada no Brasil, os atores cubanos seguiram para a Venezuela, para apresentação em Caracas.

O Grupo Buscón Cuba é formado por 11 atores (nem todos vieram ao Brasil) e sempre fez estréias das peças no interior de Cuba. A atriz Monica Guffanti considera muito importante o grupo percorrer toda a ilha e, somente depois, então, se apresentar em Havana, capital do país.

Pedro A. Ramirez diz que "a proposta do grupo é de criar do ponto de vista artístico, pois não temos necessidades de explorar o teatro para viver. Nós estamos sempre em busca de qualidade artística e o teatro é um eixo cultural".

L.N.



O futebol é um rico fenômeno, que nivela na mesma vibração pessoas de todas as categorias sociais

Sociologia do futebol

Em menos de um século, o futebol adquiriu no Brasil uma importância que o transforma num fenômeno sociológico de alto alcance, capaz de mobilizar milhões de pessoas, mas ainda pouco estudado

Nelson Werneck Sodré

Quando um assunto ou um problema toca a milhões, trata-se de algo que transcende os indivíduos para pertencer ao domínio da sociedade. Um assunto como o futebol, para países como o Brasil, onde ele cria e abala celebridades, gera interesse em todas as classes e determina paixões, exige tratamento analítico especial. Já não pode ser considerado no nível do particular, do isolado, do irrepetível; deve ser considerado como fenômeno de massa e como tal deve ser tratado.

Ignorar esse sentido de universalidade de que se reveste é desfigurá-lo, desconhecer-lhe a complexidade, a extrema variedade, as ligações com aquilo que o povo tem de mais profundo e de mais peculiar. Na verdade, entre as coisas que interessam ao maior número de brasileiros, o futebol se destaca. É mesmo a que supera, e isso não é pouco, outras coisas muito brasileiras: samba, carnaval, jogo do bicho, por exemplo. Há que distinguir, no tratamento do problema, os dois juízos, o juízo de valor e o juízo de fato: para alguns, muito poucos, o futebol, como o carnaval, pode ser algo de incômodo, de perturbador, — é o juízo de valor; ninguém pode

ignorá-lo, entretanto, e este é o juízo de fato.

Paixão popular

De fato, o futebol é talvez a paixão mais generalizada, aquela em que mais brasileiros comungam, de que maior número de brasileiros participam. O juízo de valor toca a uns poucos; o juízo de fato toca a milhões. Quando se trata de milhões, trata-se do que é popular, do que pertence a todos e não pode ficar esquecido, ignorado, omitido.

Nem sempre foi assim, e isto significa que um estudo desse fenômeno singular que é o futebol exige um trata-

mento diferente, um tratamento pelo método histórico. É preciso compreender como e porque surgiu essa paixão, algumas vezes desvairada, a que se entregam milhões de brasileiros, que os faz vibrar, sofrer, brigar. Que os irmana, acima das classes e condições profissionais e até de origem, de cor, de raça, de religião. Que nivela brasileiros e os coloca em estado acima daquele em que

momento, são perfeitamente iguais, estão nivelados, nada os separa, a não ser a paixão que a todos move.

Assunto de sociologia

Quando acontece um fenômeno dessa natureza e dessa profundidade, e quando esse fenômeno não se apresenta uma vez, mas é corrente, repetido, normal, passa a pertencer ao social e por isso mesmo exige tratamento específico, fora dos domínios comuns, já no nível científico. A sociologia trata desse tipo de fenômeno. Como só há ciência do geral, e nada mais geral do que o futebol, não há que estranhar que se coloque o problema no nível daqueles de que a ciência se ocupa.

É possível que circunspectos professores e pessoas acostumadas a repartir as coisas segundo critérios de valor, arbitrariamente construídos e estabelecidos e obedecidos, fiquem chocados com esta qualificação. Mas, na verdade, ela nada tem de estranho. Pelo contrário, tra-

ta-se de rigorosa obediência ao que a ciência tem de mais normal e estabelecido. A estranheza, que deve resumir-se a áreas muito reduzidas, está ancorada no sentido elitista que a ciência ainda apresenta, em nosso país e não só nele, evidentemente. Trata-se, no fim de contas, de um critério de classe, que desqualifica o que é popular.

O futebol é popular – nada há mais popular – então tudo aquilo que o cerca, que lhe diz respeito não merece ser tratado em termos de ciência. Mas está

fora de dúvida que seria um despropósito desqualificar qualquer fenômeno segundo critérios arbitrários. Quanto mais popular o fenômeno, o fato, o episódio, o caso, mais está próximo do domínio científico, de tudo aquilo de que a ciência se ocupa, de tudo aquilo que é a sua matéria por excelência. Não há que perder mais tempo e espaço com o problema, pois, ou com a contravérsia que ele possa gerar.

Anunciantes sabem

Futebol é assunto de milhões e, portanto, matéria de ciência, matéria susceptível de tratamento científico. E vem sendo assim, aliás, de algum tempo a esta parte, com algumas contribuições interessantes e pioneiras. Ao mesmo tempo, e sem perda desse caráter, continua a ser tratado, como deve, em termos comuns, nas colunas especializadas, nos horários esportivos de televisão e de rádio.

Cabe, aqui, de passagem e para confirmar a nossa linha de raciocínio, que tais colunas, pelo seu prestígio, pelo seu inumerável público, e tais horários de irradiação, pelo som ou pela imagem, ou por ambos, com a sua amplíssima audiência, dão mostra do generalizado e profundo interesse pelo assunto. Os anunciantes sabem disso melhor do que os ouvintes e leitores.

Futebol é motivo, e tem todas as razões para isso, para os mais dispendiosos programas esportivos das estações de rádio e de televisão. A delegação de jornalistas brasileiros enviada ao México, por ocasião do último campeonato mundial de futebol, foi numerosa e representativa. Nenhum acontecimento brasileiro, ou envolvendo brasileiros, em qualquer nível, mereceu cobertura dessa amplitude. Nenhum.

A fonte inglesa

Como até o conselheiro Acácio já sabia, o futebol, como é praticado no Brasil, foi uma criação esportiva inglesa. Há outras formas de jogo que utilizam uma bola, grande ou pequena. Há outras formas de futebol. Entre elas a que é muito praticada nos Estados Unidos, onde desperta paixões e merece amplo



O Vasco foi pioneiro ao escalar atletas negros

imperava a razão, em que começam a aparecer e acabam por se impor todos os condicionamentos que a sociedade gera e generaliza.

Num campo de futebol, habitualmente, comumente, normalmente, sem despertar a mínima estranheza, igualam-se, movidos pela emoção da partida, homens cuja diversidade, fora dali, está estabelecida pela norma social. Um cientista, um artista, um intelectual, um operário, um balconista, um motorista de ônibus, um parlamentar, em dado

espaço no noticiário de imprensa e de rádio e televisão. Mas mesmo esse tipo de futebol, porque se joga com o pé, em alguns lances, não em todos, e não principalmente com os pés, esse tipo de futebol, naquele país não é o esporte único e empolgante, que toca a milhões. Há ali outros esportes que também merecem interesse e encontram numeroso público.

O futebol que nos interessa surgiu na Inglaterra e foi denominado – justamente para diferenciá-lo de outra forma, a que viria a ser predominante nos Estados Unidos – de *association*, porque só pode ser praticado por um grupo de jogadores, o *team*, logo conhecido como *eleven*, porque os jogadores são onze, segundo ficou estabelecido desde a sua criação.

Nomes ingleses

Quando o futebol começou a se desenvolver, em nosso país, as grandes competições seriam entre clubes argentinos ou uruguaios com brasileiros, ou clubes ingleses com brasileiros. Os primeiros times de futebol tiveram nomes ingleses, como na área platina, e abrigaram jogadores ingleses ou de origem inglesa. Toda a linguagem esportiva ligada ao futebol era inglesa como, naturalmente, as regras a que as competições obedeciam. Dos clubes às federações não foi longa a caminhada, embora tivesse sido, por ve-

zes, tormentosa, com dissidências e ligas paralelas.

Até a primeira Grande Guerra, a difusão do futebol, no Brasil, foi relativamente lenta. Ao findar tal guerra, com o mundo em ruínas, seja pelas devastações dos combates, seja pelos efeitos econômicos e financeiros, a imigração, que entrara em declínio certo período, retomou ímpeto e numerosos estrangeiros refugiaram-se aqui, em busca de espaço para trabalhar e melhores condições para isso. Foi a época em que o futebol tomou desenvolvimento e difundiu-se por todo o país.

Na medida dessa difusão e desse desenvolvimento, começou a empolgar o povo, a despertar paixões, a atrair as atenções generalizadas. Era, entretanto, nessa fase, um esporte por assim dizer de elite. Ou melhor: não era de elite o esporte que, pelo contrário, começou a encontrar a mais ampla acolhida entre os jovens e em todas as camadas sociais. Mas era de elite nos clubes: em sua maioria, tais clubes discriminavam os seus associados e praticantes. Nas revistas mundanas da época – Revista da Semana, Fon-Fon, Careta, Seleta – o futebol não ocupava muito espaço, até

pelo contrário, mas denunciava o seu caráter elitista. Geralmente, o que tais revistas publicavam era a fotografia dos principais times, quando dos campeonatos.

Nos jornais, da mesma forma, o noticiário estava muito longe de ter as dimensões que hoje conhecemos. Futebol era um assunto entre outros, perdendo de longe para os assuntos políticos, mundanos ou escandalosos, como os crimes.

Violência, sexo e política já eram temas dominantes. Tratava-se de uma imprensa ainda com raízes artesanais, transitando para o nível industrial, figurando os jornais como pequenas empresas, vivendo da venda avulsa. Estava ainda longe do tipo de imprensa que hoje conhecemos, em que a publicidade dá o tom e regula o prestígio e determina a orientação. O noticiário



O futebol altera o comportamento social, irmana multidões e libera o lúdico

esportivo era pequeno e, nele, as corridas de cavalos, as regatas e até competições automobilísticas tinham tratamento preferencial.

Peladas, o laboratório

Nessa época, não havia, nas grandes cidades – Rio e São Paulo principalmente – a fúria imobiliária que ocorreu principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Havia amplo espaço urbano disponível para a prática de esportes e, assim, surgiam campos de futebol por toda parte. Quem chegava ao Rio, ou a São Paulo, de trem, naquela época, ao amanhecer de domingo, via no desfile do comboio, sucederem-se os campos de futebol, abertos, quase que de quadra em quadra, com os times uniformizados ou não e a assistência local, sem arquibancadas, no nível do terreno, prestigiando os jogos.

Eram times populares, humildes, de pequenos empregados, operários, biscateiros, estudantes. Formar um time, ou mesmo um clube, não era difícil: os jovens do bairro juntavam-se, escolhiam um nome, compravam as camisas e chuteiras, tratavam jogos com outros times e estava feita a festa. Em todos os subúrbios isso acontecia e passou a ser o espetáculo costumeiro, que só se interrompia quando do carnaval, que polarizava as atividades e as atenções.

Assim, pouco a pouco, surgiram os clubes, grandes e pequenos. Os grandes se distinguiam dos pequenos apenas pela dimensão das instalações: tinham sede, campo permanente e próprio, times mais conhecidos pela habilidade de seus jogadores. Pouco a pouco, a diferença entre grandes e pequenos foi crescendo. E esse crescimento se acelerou na medida em que o futebol começou a ser afetado pelo dinheiro, isto é, na medida em que começou a ser cobrada entrada para o jogo. Os jogadores eram amadores, mas o clube necessitava de renda, nas modestas proporções da época, para manter-se, isto é, para manter suas instalações, material esportivo e pouca coisa mais.

Nesse tempo, os times chamados grandes eram mantidos com a renda das entradas dos jogos e com a contribuição dos associados. Tais times, que

se constituíram em associações ou federações, para a promoção de competições mas rendosas, recrutavam os seus jogadores na pequena burguesia, geralmente estudantes, funcionários, militares. Os grandes jogos eram entre clubes ou seleções estaduais, particularmente entre as seleções de São Paulo e do Rio, ou, de raro em raro, com clubes estrangeiros.

Elitismo, no início

O grande impulso do futebol brasileiro, o crescimento de seu prestígio popular, ocorreu com o campeonato sul-americano logo após o fim da Primeira Guerra Mundial. Um benemérito do futebol, Arnaldo Guinle, presidente do Fluminense Futebol Clube, empregou recursos na construção do estádio da rua Álvaro Chaves, onde a competição se realizou. O Brasil, depois de uma estréia pouco auspiciosa, conseguiu vencer o certame.

O nível de prestígio pode ser aferido por um episódio: a chuteira do autor do gol da vitória contra os uruguaios, Artur Friedenreich, foi exibida na vitrine de uma casa comercial no centro da cidade.

Nessa fase de crescimento mais acelerado, entretanto, os grandes clubes discriminavam os seus jogadores. Mais do que isso: dominava o teor racista que os brasileiros negam existir e que, entretanto, está, e esteve muito mais, presente em tantas manifestações da nossa vida comum. Não havia negros nos grandes clubes e seus times.

No Botafogo, campeão de 1910, como se intitulava, timbravam os diretores em afirmar que ali "negro, só na camisa". No Flamengo, o clube de maior torcida desde o seu início, como dissidência do Fluminense, também não havia negros.

Quando o Paulistano, clube paulista de que era presidente Antonio Prado Júnior, fez uma excursão à Europa, le-



A conquista da Copa do Mundo provocou comoção nacional

vou dois reforços: Durval Junqueira, excelente atacante do Flamengo, e Araken Patusca, extraordinário atacante do Santos Futebol Clube. Nessa época, o Flamengo tinha um centro médio chamado Sidney Pullen e o Fluminense um centro-avante chamado Harry Weelfare.

O interessante não é o fato desses ingleses brilharem nos clubes brasileiros da época: o interessante, e característico até, estava no fato de que Junqueira, jogador brasileiro de seleção, estrela do Flamengo, era médico: quando da excursão do Paulistano à Europa, os paredros europeus se espantaram com o caso, então ocorrido, quando Junqueira realizou uma operação cirúrgica. Não podiam supor que o cirurgião fosse um jogador de futebol.

Mas esse fato, que isolado não teria importância – como o fato recente de Sócrates ser médico não tem importância, não caracteriza o futebol brasileiro – ganhou vulto justamente pelo seu ineditismo. Embora os jogadores de futebol, ao tempo, fossem estudantes, em grande parte, ou militares, ou funcionários, depois de formados abandonavam o futebol.

Vasco introduz negros

A atividade futebolística importava em diminuição social. Era natural no estudante; não seria natural no médico, no advogado, no engenheiro. Sérgio Cabral lembrou bem, há tempos, que foi o Vasco da Gama o clube futebolístico que primeiro aceitou negros em seus times. E foi por isso, aliás, que o Vasco da Gama surgiu, nos certames cariocas,

Futebol e carne

Os ingleses não só criaram o futebol e praticaram-no, como o praticam ainda hoje. Eles foram responsáveis pela sua difusão pelo mundo. Império de gigantescas proporções, com uma política de dimensões coloniais e com interesses em todos os continentes, os ingleses levaram o futebol a toda parte. Dizem os sociólogos que o homem emigra com a sua concha: a cultura. Isto é, os homens, ao se deslocarem, levam a sua cultura, isto é, os seus hábitos. Hábitos de toda natureza: culturais, alimentares, arquitetônicos, urbanísticos – e esportivos. Os ingleses levaram o futebol a todas as áreas a que foram levados pelos motivos mais diversos, geralmente e com predominância, motivos de ordem material, comércio principalmente, investimentos, dominação militar e econômica. Claro que os seus usos – o futebol entre eles – foram bem acolhidos em alguns lugares e mal acolhidos em outros. O futebol foi geralmente bem acolhido: levado pelos ingleses, aclimatou-se em muitas áreas do mundo e nelas se desenvolveu, a ponto de se tornar nelas atividades de grande interesse e atração.

Uma das áreas onde os ingleses se tornaram os produtores do futebol foi a área platina da América do Sul. Acontece que os ingleses, tendo se tornado ricos e imperialistas com a indústria, e por isso necessitando de mercados em todo o mundo para a sua produção industrial, precisaram

importar e, em alguns casos, montaram empresas produtoras de alimentos em diversas áreas do mundo. Na área platina, eles se abasteciam do trigo, mas também de carne. Logo organizaram nela a produção de carne que tinha como mercado consumidor a própria Inglaterra. Os frigoríficos ingleses implantaram-se nas áreas próximas dos rios e dos campos. Nos campos, desenvolviam a pecuária de corte, que abastecia os frigoríficos, instalados nos portos. Adiante, houve uma difusão de trabalho: a criação ficou a cargo dos naturais da terra, a industrialização da carne ficou a cargo dos frigoríficos ingleses. Em tais áreas – Argentina e Uruguai, um pouco no Rio Grande do Sul, num segundo tempo – os ingleses que trabalhavam nos frigoríficos difundiram o futebol *association*. Nesses primórdios, os melhores jogadores de futebol eram ingleses, a linguagem esportiva era inglesa, alguns clubes, os principais, eram ingleses ou tinham nomes ingleses. Dessa área platina, onde chegou primeiro, o futebol passou ao Brasil, e nem só por força da vizinhança: os ingleses instalaram frigoríficos também em São Paulo, além da atividade saladeril, funcionários ingleses desses frigoríficos e dos saladeiros, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, lançaram as bases do futebol brasileiro. Que, dali, difundiu-se rapidamente pelo Sul e pelo centro-sul para, mais adiante, atingir todo o Brasil.

como vencedor ou como competidor temível. Mas, o Vasco tinha por si a poderosa colônia lusitana aqui estabelecida, e podia dar-se ao luxo de discrepar da regra costumeira, negada, mas obedecida.

Naquele tempo, os jogadores entravam na sede social pela porta da frente e não pela dos fundos, como depois se tornou normal: eles pertenciam à mesma classe a que pertenciam os diretores

do clube. O título de cadetes, que o São Cristóvão ostentou, por longo tempo, deve-se ao fato de que era o clube dos alunos da Escola Militar. Ao tempo, o extrema esquerda do Fluminense era César Bacchi de Araújo, oficial do Exército; o do Flamengo, era Orlando Torres, também oficial do Exército.

O importante, no desenvolvimento do futebol brasileiro, esteve no fato de que a sua atividade, interessando a cada

dia público mais numeroso, cresceu em dimensões econômicas. O Flamengo, aqui mencionado pelo seu prestígio, pela sua popularidade, desde os seus primeiros anos, viveu longamente no campo modesto da rua Paissandu, com uma pequena arquibancada de madeira. Das mesmas dimensões, era o Botafogo, cuja grande figura de jogador foi, nos primeiros tempos, Benjamim Sodré, oficial da Marinha.

Era do profissionalismo

Na medida em que passou a crescer em dimensão financeira, mais do que em dimensão econômica, o futebol exigiu mudanças radicais. A mudança fundamental aconteceu em 1933, com a implantação do profissionalismo. Acontece que, naquela época, gerou-se evidente disparidade entre a importância do jogador de futebol e os lucros que as competições futebolísticas geravam.

Alguns clubes disfarçavam as coisas e foi assim que surgiu a desigualdade entre o jogador e o associado do clube, este com todos os direitos, aquele apenas com os deveres, inclusive o da discriminação na porta de entrada e a frequência à sede. Os grandes clubes, assim chamados na medida do interesse que os seus jogos despertavam e, portanto, da renda que tais jogos proporcionavam, foram forçados a recrutar jogadores negros. Os jogadores negros, já naquela época eram os melhores, ou estavam entre os melhores.

Não foi fácil a transição do amadorismo chamado marrom para o profissionalismo e deu lugar mesmo a uma dissidência na liga que reunia os clubes cariocas. A profissionalização importava, no entanto, em reconhecer a importância do futebol, importância que, a partir dessa época, não cessou de crescer.

Por outro lado, embora a discriminação continuasse disfarçada, os grandes jogadores passavam a auferir renda com as suas habilidades e com os aplausos que eles mereciam. Daí o destaque e a notoriedade que conheceram. Destaque e notoriedade que, infelizmente, não os salvou de explorações e de desatinos, em que a ingenuidade de

sua formação popular os tornava fáceis vítimas da esperteza de dirigentes que, a partir de então e de maneira crescente, passaram a desfrutar de formas de prestígio que lhes permitiam a conquista de funções de destaque e de importância.

A época de Arnaldo Guinle ou de Antonio Prado Júnior, na categoria de diretores de clube, passara e, agora, surgia a época dos arrivistas e dos que buscavam na notoriedade esportiva um simples trampolim para outros lances.

Poder financeiro

É impossível desconhecer que o futebol se tornou, no Brasil, uma atividade cuja dimensão financeira atingiu nível de grande destaque. Dizem que a droga, nos Estados Unidos, é a segunda atividade financeira, vindo após a automobilística e competindo com a petrolífera. No Brasil, o futebol, com as grandes rendas e com os grandes estádios ultimamente construídos – e só a fúria em construí-los, nos Estados, dá o índice da importância política que o futebol assumiu – tem, hoje, uma dimensão muito grande, talvez ainda não bem dimensionada, porque não foi ainda objeto de pesquisa e avaliação.

A partir da nossa vitória no México, em 1970, o futebol representa, em sua fase mais recente, uma das atividades fundamentais que a sociedade brasileira conhece, uma daquelas que tem poder para atrair multidões e para apaixoná-las. É o grande tema e o grande espaço comum em que os brasileiros se confundem, irmanados na sua fascinação.

Quando o Brasil parou, por ocasião do campeonato mundial de 1986, no México, e apesar do insucesso mais ou menos esperado por todos, isso não foi surpreendente. Ora, uma atividade que tem o poder de parar todas as outras atividades de uma nação inteira, fazendo com que o seu povo fique preso aos rádios e televisões, por um mês inteiro, não é pouca coisa. Muito ao contrário, é uma das coisas mais importantes que o Brasil conhece, qualquer que seja o juízo de valor que alguns lhe possam atribuir.

Como tal, merece a atenção do estudioso de ciências sociais: o futebol é um



Como fato sociológico expressivo, o futebol cria e venera ídolos, como Pelé

fato social da maior importância. Os que desconhecem essa importância não estão se comportando como cientistas.

Momento libertário

A propósito dessa importância, tem sido discutido, e o foi, recentemente, quando o país parou para acompanhar o campeonato mundial, o caráter, atribuído ao futebol, de ópio do povo, de processo de alienação, destinado, por definição, a distanciar a atenção dos brasileiros de tudo aquilo que, na realidade, deveria merecer essa atenção, dada a gravidade da etapa que estamos vivendo. Ora, a discussão é especiosa.

Em primeiro lugar, não há nenhum maquiavelismo que tenha o poder milagroso de gerar distrações, processos de alienação, com a capacidade de desviar os sofrimentos de seus sofrimentos. O que acontece e vem acontecendo há muito deriva de um processo social e histórico, que merece ser estudado para melhor ser compreendido.

Em segundo lugar, o popular não leva, em si mesmo, a um fim nefasto. Pelo contrário, o popular já por si tem uma dimensão digna do maior apreço. O futebol, como o carnaval, não é o ópio do povo – como a religião não é e não foi, senão na interpretação dos que não leram o texto original marxista – mas a sua grande diversão, o seu grande momento libertário e democrático,

quando todos se unem para, igualados, nivelados, fundidos, vibrarem com os feitos dos jogadores e dos clubes ou seleções.

O futebol, por outro lado – como a música popular – tem sido um dos melhores canais de ascensão do negro e do mulato no Brasil, como dos populares, dos humildes. Num país, em que ser de cor é título de classe, existir uma atividade que confere destaque e prestígio a elementos populares é confortador.

Ver, encarando outro aspecto, o ditador de plantão grudado ao seu rádio de pilha, acompanhando o jogo de futebol, como o mais humilde dos homens do povo, sofrido todos os dias, é alguma coisa de confortador também.

Ademais, marca um dos traços mais surpreendentes do brasileiro, quando o futebol assume a grandeza de sua função lúdica. E, mais do que isso, a sua função democrática. Quando a televisão mostrou o lance épico do gol de Josimar e, ao mesmo tempo, a casa de seus pais, no humilde subúrbio em que vivem, retratou o Brasil. E retratou o que é o futebol no Brasil. O contraste entre o lance assistido por milhões e a pobreza da gente do povo foi uma lição inesquecível. Valeu mais do que um compêndio de ciência social. ●

* Nelson Werneck Sodré é jornalista e historiador, com importantes obras publicadas

Fotos: Agência Globo (1 e 2); Hélio Santos (5)

Quando as forças progressistas se unem

Neiva Moreira

Há evidentes razões para se saudar a nova Constituição como um passo à frente na luta pela democracia no Brasil.

Como somos um país surpreendente que gosta de desafiar as verdades consagradas, não é estranho que, com duas ou três semanas de diferença, a nova Carta tenha passado, na expectativa da direita, de conservadora e supercapitalista para estatizante e xenófoba.

Na verdade, a defesa da empresa brasileira de capital nacional, das riquezas minerais, certa contenção nos escandalosos juros bancários, avanços nos direitos humanos e sociais, a conceituação do racismo como crime inafiançável, são avanços significativos mas não representam uma opção socialista. Ao contrário, o socialismo mesmo, este ainda está muito na frente.

O que se fez na Constituinte foi uma atualização de preceitos constitucionais, voltada para o país, "a modernidade" de que tanto se fala e abusa, apesar de um claro retrocesso na questão crucial da Reforma Agrária e de um ponto de interrogação no problema de distribuição da renda. Debilitando o governo federal, teriam saído fortalecidos os estados e os municípios? Ou se abriu a porta à pulverização e desvios colossais dos dinheiros públicos? Nesse ou noutro ponto só o tempo mostrará o que realmente muda para cada um e como, na prática, se vai aplicar a

nova Constituição.

Passada aquela madrugada festiva e cheia de esperanças do término da votação, já começam a aparecer as manobras da direita, para ganhar, na legislação complementar, o que perdeu no projeto constitucional aprovado.

Pululam, agora, os intérpretes, os exegetas, os que sabem manipular, contra o espírito da lei, as carências e brechas do processo legislativo. Esse será o centro do debate que se vai travar nos próximos meses.

A campanha eleitoral de novembro e a presidencial de 1989 oferecem pretextos suficientes para que se adie, o máximo possível, a votação de leis que tornam realidade o preceito constitucional. Ou que interpretações ajeitadas restrinjam, ao mínimo, os dispositivos que o legislador votou para serem auto-aplicáveis.

A luta pela efetiva vigência da nova Constituição não está, assim, encerrada. Apenas começa. Alguns avanços registrados resultaram de dois fatores confluentes: a mobilização da sociedade em sua defesa e a unidade das forças progressistas.

A discussão do texto constitucional foi um dado muito positivo, que estimulou a organização do povo, continuando aquele grande movimento em favor de eleições diretas.

Um saldo favorável do prolongado e exaustivo debate no congresso foi a consolidação da unidade da esquerda em torno de princípios co-

muns. Entendidas as suas bancadas, foi possível atrair para a defesa de posições nacionalistas e de abertura social, setores liberais que até então haviam sido envolvidos pela direita ou se mantinham silenciosos.

Mas a unidade da esquerda é, ainda, precária. Está exposta ao atrito cotidiano de uma trama de intrigas, aguçando contradições e fomentando divisões quase sempre sem base ideológica nem verdadeiras razões de princípios.

É fundamental que os inevitáveis problemas suscitados pelas eleições municipais de novembro não eliminem a possibilidade de um trabalho comum da esquerda na defesa dos avanços constitucionais, nem a convivência e o respeito dos seus candidatos no decisivo pleito presidencial de 89. Tudo indica que, no segundo turno, se confrontarão um candidato da direita conservadora e um candidato progressista, exigindo das forças da esquerda a unidade em torno do nome que mais se aproxime de suas idéias e posições. E o entendimento no segundo turno em 89 deve começar a ser forjado em novembro de 88.

O notável trabalho das bancadas progressistas na Constituinte mostrou que é possível encontrar esse campo de entendimento, sem comprometer as respectivas posições programáticas nem a visão de cada partido sobre o processo de transformação social pelo qual lutam.

**No desenvolvimento
da Indústria Petrolífera
para a reconstrução de Angola,
Sonangol é vital
para o futuro**



SONANGOL

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 - LUANDA - TELEX 3148 - 3260